

BEATRIZ RIBEIRO MACHADO

**SOBRE O RURURBANO: A OCUPAÇÃO DANDARA E OS DESAFIOS DA
LUTA POR MORADIA PARA ALÉM DO RURAL E DO URBANO**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós- Graduação em
Extensão Rural, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2017

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

M149s
2017 Machado, Beatriz Ribeiro, 1990-
Sobre o Rururbano : a ocupação Dandara e os desafios da
luta por moradia para além do rural e do urbano / Beatriz Ribeiro
Machado. – Viçosa, MG, 2017.
xvi, 162f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Douglas Mansur da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Política habitacional. 2. Movimentos sociais. 3. Direito à
moradia. 4. Política social. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-graduação
em Extensão Rural. II. Título.

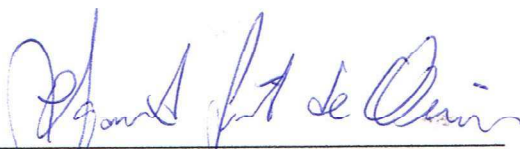
CDD 22 ed. 307.762

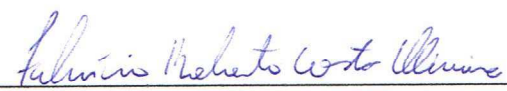
BEATRIZ RIBEIRO MACHADO

**SOBRE O RURURBANO: A OCUPAÇÃO DANDARA E OS DESAFIOS
DA LUTA POR MORADIA PARA ALÉM DO RURAL E DO URBANO**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão
Rural, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

APROVADA: 03 de julho de 2017.



Edgard Leite de Oliveira

Fabrício Roberto Costa Oliveira

Douglas Mansur da Silva
(Orientador)

Dedico esse trabalho aos Ribeiro's.
Elza, José e Claudio, e em especial ao Sebastião Alves Primo, o maior contador de
histórias que já se teve notícia.
In memoriam

“[...] Quando estou na cidade tenho impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos(sic), almofadas de sitim(sic). E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar no quarto de despejo”

- Carolina Maria de Jesus

Hino da Comunidade Dandara

(Música de Zezé, morador da Comunidade Dandara e Letra de Maria do Rosário Carneiro, advogada e apoiadora da Comunidade).

Refrão:

Vamos juntos ó Dandara, passo à frente

Nossa luta é por direito à moradia

Vamos juntos ó Dandara, passo à frente

Vamos ver o raiar de um novo dia.

- | | |
|---|--|
| 1. Esta terra, hoje sim, tem um nome
E se chama Comunidade Dandara
Suas ruas e avenidas batizadas
Sua história na História alargada. | Diz a Bíblia e a Constituição
Mas muita gente vive escrava do
aluguel
Porque pros pobres não tem moradia
não. |
| 2. Na Dandara se conquista pela luta
Esta mãe do povo injustiçado
Nossa luta é uma luta coletiva
Aqui a lei é o povo organizado. | 7. As Brigadas Populares nos ensinam
Que o poder é do povo organizado
Com a juventude e com a Rede de
Apoio
Exigimos: todos sejam respeitados! |
| 3. As crianças soltam pipas, papagaios
Correm, brincam e aprendem a lutar
Em mutirão, construímos nossas vidas
Nos quintais, hortas, flores a plantar. | |
| 4. Em Dandara nós vivemos em família
A união é companheira e irmã
Os idosos são tratados com carinho
Todos juntos construímos o amanhã. | |
| 5. Não invadimos não senhor, nem diga
isso
O que fizemos foi uma linda ocupação
No lugar onde o povo é oprimido
A ele resta ocupar em mutirão. | |
| 6. Moradia é um direito sagrado | |

AGRADECIMENTOS

“Não são nossas habilidades que mostram quem realmente somos, são as nossas escolhas” (Albus Percival Wulfric Brian Dumbledore)

Antes de tudo, agradeço a guerreira Dandara, que me guiou até aqui...

Agradeço aos meus pais, melhores amigos que possuo na vida, minhas fortalezas, meus ombros fortes que me carregam pela estrada da vida, sempre com amor e perdão! Mãe agradeço pelo seu apoio incondicional desde os meus primeiros passos, por ser minha melhor amiga e por revisar este trabalho sempre com um sorriso no rosto!

Pai agradeço pela preocupação, carinho e pelas palavras de apoio para que eu seguisse meus sonhos! Por me poupar de tantas coisas, sempre visando meu bem estar!

Este agradecimento se estende aos seus companheiros, Cristina e Sebastião, que carinhosamente me adotam no afago de suas famílias.

Agradeço aos amigos de longa caminhada, da cidade de Viçosa, minha cidade do coração, onde tive a oportunidade de (re)conhecer a família que escolhemos! Gratidão à todos os amigos, em especial, Elaine Nery, a amizade mais profunda da qual já tive notícias...

Aos camaradas das Brigadas Populares, em especial os companheiros da Brigada Dandara, que juntos construímos as reflexões e as possibilidades deste trabalho que em meio à militância, ocupações, despejos, eleições, reuniões, manifestações e embates, o amor nasce e floresce, mesmo em tempos temerosos!

Aos companheiros do MST que sempre me receberam com gentileza e fartura! Fartura de afeto, de histórias, e também de alimento! Gratidão aos amigos do Emiliano Zapata e Flávia Nunes (Uberlândia) e ao How Chi Minh (União) pelos ensinamentos!

Aos meus queridos colegas de pesquisa da UFV, Márcia, Be, Thay, e o grupo CPC – Cultura e Poder na Contemporaneidade, onde fizemos muito mais que pesquisa, formamos laços de companheirismo e carinho. Em especial, ao Pedro Marques, “co-orientador”, amigo, camarada e braço forte durante estes mais de dois anos! Esse trabalho é nosso!

Ao professor Tiago Castelo Branco Lourenço pelo total apoio, por gentilmente disponibilizar todo seu material acerca da Dandara, além de seu tempo e reflexões essenciais para a construção deste trabalho. Gratidão!

Ao Douglas, um professor que admiro desde que entrei na UFV, um orientador capaz de nos enxergar como pesquisadores e nos dar autonomia e confiança. Um profissional que nos apoia e nos direciona de maneira leve e segura! Gratidão por me apresentar (novamente) o grande norte deste mestrado: a antropologia.

Ao meu companheiro, Igor, pelo tempo e paciência dedicados a este trabalho e a mim, pelo total apoio, carinho e compreensão nestas fases de (des)construção. Gratidão pelo lar que construímos repleto deste amor que nos une.

Por fim, e mais importante, agradeço ao Seu Orlando por ter cuidado de mim todo esse tempo, por se tornar meu professor e grande amigo em Belo Horizonte...

À Dona Ângela pelo carinho e acolhida, pelas mudas e prosas, sempre regadas de muito ensinamento...

Ao Felter, pelas reflexões e pelo apoio no decorrer de todo esse processo! Sem você, amigo, aspectos essenciais desse trabalho não seriam possíveis...

À Wagna, pelo carinho e acolhimento, por me receber em seu lar...

E a todxs da Dandara, o grupo de mulheres, juventude, por todo o carinho e por acreditarem neste trabalho!

Agradeço ao CNPQ e UFV, através do PPGER, que me possibilitaram infraestrutura e financiamentos para que este trabalho fosse possível.

À todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta luta!

Mátria Livre, Venceremos!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Imagem de satélite da Dandara em 14 de junho de 2009.	25
Figura 2: Imagem de satélite da Dandara em 19 de junho de 2010.	28
Figura 3: Imagem de satélite de 31 de maio de 2008, anterior à ocupação	51
Figura 4: Abraço Dandara.....	86
Figura 5: Carta do Grupo Transnacional de Estudos Antagônicos	91
Figura 6: Só entre se for convidado	93
Figura 7: Blog Invasão Dandara	95
Figura 8: Sem casa são recebidos pelo Ministério Público Estadual.....	104
Figura 9: Croqui Tiago Castelo Branco Lourenço.....	111
Figura 10: Banner Ocupação Dandara – Ruas e Casas	114
Figura 11: Prefeitura de Belo Horizonte conhecendo o território da ocupação.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ocupações Urbanas Verticais - 2006 a 2008 - em Belo Horizonte (despejadas).....	48
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAU – Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana
APP – Área de Preservação Permanente
BH – Belo Horizonte
BH Trans – Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte
BP's – Brigadas Populares
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CPDA - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MP – Ministério Público
MPMG – Ministério Público de Minas Gerais
MST – Movimento dos Sem Terra
ONG – Organização Não Governamental
PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social
PM – Polícia Militar
PMBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PRU – Programa de Revitalização Urbanística
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RECID – Rede de Educação Cidadã
RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte
ROTAM – Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas
SMAPU – Secretaria Municipal Adjunta de Políticas Urbanas
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFV – Universidade Federal de Viçosa

URBEL – Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

RESUMO

MACHADO, Beatriz Ribeiro, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2017.
Sobre o Rururbano: a ocupação Dandara e os desafios da luta por moradia para além do rural e do urbano. Orientador: Douglas Mansur da Silva.

Esta dissertação tem como objetivo compreender os sentidos da categoria rururbano e o modo como esta foi elaborada, efetivada e ressignificada na luta por moradia no contexto da Ocupação Dandara, situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A partir da observação participante, da realização de entrevistas semiestruturadas, de pesquisa bibliográfica e documental, incluindo a produção de mídias, o trabalho se propõe a reconstituir a trajetória do projeto rururbano com foco no seu planejamento por movimentos sociais – Brigadas Populares, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Comissão Pastoral da Terra – durante a gestação da ocupação, até os processos contemporâneos de identidade e ressignificação da ocupação pelos moradores. Desta maneira, buscou-se evidenciar os desafios que emergiram na tentativa de desconstrução da dicotomia entre os conceitos formais de rural e urbano, na união das agendas pela Reforma Agrária e pela Reforma Urbana e na construção coletiva do rururbano como um modelo alternativo e contra hegemônico de cidade. Das experiências no campo, dos relatos dos moradores e da revisita ao material escrito sobre a história da ocupação, discute-se a emergência das ocupações urbanas na RMBH como consequência social de significativo *déficit* habitacional, desigualdade social e inclusão precária de uma camada da população no acesso ao direito à cidade. Neste contexto, a Ocupação Dandara surge da união da pauta de diferentes movimentos sociais, da cidade e do campo, sob a bandeira do ideal Rururbano. Destaca-se a importância da formação de redes de apoio provenientes de diversos setores da sociedade para a consolidação e permanência da ocupação no território. Por fim, a dissertação se volta para uma leitura contemporânea dos caminhos do rururbano possível frente às pressões da lógica neoliberal de produção da cidade e as razões de sua trajetória divergente do rururbano planejado.

ABSTRACT

MACHADO, Beatriz Ribeiro, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2017.
About Rururbano: The Dandara occupation and the challenges of the struggle for housing beyond rural and urban. Advisor: Douglas Mansur da Silva.

This dissertation aims to understand the fluidity between the definitions of rural and urban in the struggle for housing based on the analysis of the *rururbano* concept and the challenges of its implementation in the Dandara Occupation, in the Metropolitan Region of Belo Horizonte. Based on participant observation, semi-structured interviews and a bibliographical research, the paper proposes to reconstitute the trajectory of the *rururbano* project since its planning by the social movements - Popular Brigades, Landless People Movement and Catholic Land Commission - during the gestation of Occupation, to the contemporary processes of identity and resignification of occupation by the residents. In this way, it was tried to highlight the challenges that emerged in the attempt to deconstruct the dichotomy between the formal concepts of rural and urban, in the union of agrarian Reform and Urban Reform agendas and in the collective construction of the *rururbano* as an alternative and counter hegemonic model of city. From the experiences in the field, from the reports of the residents and from the revisit to the written material on the history of the occupation, the work discusses the emergence of the urban occupations in the RMBH as a social consequence of significant housing deficit, social inequality and precarious inclusion of a layer of the population in the Access to the right to the city. In this context, the Dandara Occupation arises from the union of the staff of different social movements, the city and the countryside, under the banner of the Rururbano ideal. It is important to emphasize the formation of support networks from various sectors of society for the consolidation and permanence of occupation in the territory. Finally, the dissertation turns to a contemporary reading on the ways that possible “rururbana” behaves in front of the pressures of the neoliberal logic of production of the city and the reasons of its divergent trajectory of the planned.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1.2 Percurso Metodológico.....	11
1.3 Estrutura da Dissertação	15
2.....“ENQUANTO MORAR FOR UM DIREITO, OCUPAR É UM DEVER”	18
2.1. “Daqui não saio, daqui ninguém me tira!” O nascimento da Dandara.....	20
2.2. Por que ocupar?	31
2.3. “Muita casa sem gente, muita gente sem casa”: Déficit habitacional e “Minha Casa, Minha Vida” na RMBH.....	35
3.....MOVIMENTOS SOCIAIS E O RURURBANO: A Dandara como agente da união entre a Reforma Agrária e a Reforma Urbana.....	43
3.1. MST, CPT e Brigadas Populares: A gestação do debate rururbano em Belo Horizonte	44
3.2. Narrativas sobre a dicotomia rural e urbana em locais de fronteira	52
3.3. Os desafios de unir as agendas de movimentos rurais e urbanos	59
3.4. O plano rururbano	66
3.4.1. A Dandara e o sonho rururbano	69
4.....FORMAÇÃO DE UMA REDE SOCIOTÉCNICA E OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CONFLITO	75
4.1. “Mexeu com uma, mexeu com todas”: A formação de redes em prol do direito à moradia	76
4.2. O espaço da festa também é espaço da luta: A experiência coletiva do abraço à Dandara e o aniversário de 7 anos da Ocupação	83
4.3. As mídias como redes de divulgação da luta pela permanência da Ocupação Dandara	88
4.3.1. Invasão Dandara: outsiders na Pampulha?.....	94
4.4. Aspectos jurídicos e a rede de advogados populares pelo direito à moradia	99
4.5. Da distância entre o planejado e o executado: O papel da arquitetura na Ocupação Dandara.....	105
4.5.1. As construções dos lotes individuais e o efetivo processo de ocupação	110

5. HÁ SAÍDAS PARA A CIDADE NEOLIBERAL? O DESENVOLVIMENTO ESPACIAL PRÓPRIO DO CAPITALISMO E AS CONTRADIÇÕES EM ESPAÇOS OCUPADOS	117
5.1. Comunidade dos muros: A reprodução da cidade tradicional.....	121
5.2. O Inevitável (?) Sistema Mercadológico Capitalista.....	125
(IN)CONCLUSÕES	134
REFERÊNCIAS	138
ANEXO I – A VIGÍLIA QUE AGUARDA O DESPEJO	145
ANEXO II – UMA BREVE BIOGRAFIA.....	153
ANEXO III – ROTEIROS DE ENTREVISTAS.....	157

PREFÁCIO

A vida oferece a matéria para a minha escritura. Quando me retiro para escrever, saiba que já colhi tudo lá fora e guardei aqui dentro, no coração (Conceição Evaristo).

Devido a tantas vivências, informações, amigos, lugares, sensações e sentimentos, faço coro aos colegas que compreendem um trabalho monográfico como algo que vai além da academia, além de uma norma e de publicações, ao que aprendi a chamar com Conceição Evaristo de “Escrivência”. A experiência, tocada, falada e sentida durante a vivência na Dandara burila sentimentos até então desconhecidos em meu ser.

De certo que em palavras será sempre penosa a árdua atividade de descrever o que vi, vivi e senti, porém, nesse espaço, estarei constantemente buscando levar ao leitor um pouco da luta destes milhares de famílias que habitam este local, este tempo e este espaço.

Compreendo a nossa pequena possibilidade enquanto pesquisadores em um recorte temporal tão curto, um campo de pouco mais de um ano, e trago uma pequena parcela de famílias e histórias que se misturaram à minha durante esta tentativa de discutir, sim, o rural; os limites deste rural; e suas (re)existências neste campo que é o urbano.

Todavia, estes debates perpassam, (inevitavelmente), por redes de movimentos sociais e suas bases, pelos dramas da violência e do tráfico, (não necessariamente registrados neste documento), por sujeitos oprimidos e opressores, e por um duro golpe político no país, simultaneamente à corrida pelas eleições municipais em Belo Horizonte.

Sobretudo, este trabalho traz a luta em prol da cidade, que por sua vez está imbricada na luta rural caracterizada pela união dos movimentos sociais de luta no campo e na cidade envolvidos. Por uma verdadeira batalha de uma ou várias vidas em busca dos Direitos, em busca da autonomia, em busca do espaço da festa, do poder e do excedente. Estes atores não necessitam apresentações, eles a fazem por si, com seus rostos marcados pelo Estado opressor e seletor daqueles que terão ou não acesso a uma vida minimamente possível.

Por fim, busco trazer Dandara, essa guerreira que nos inspira, que vive em cada um que habita aquele espaço, especialmente as mulheres de luta, que não são Zumbi, são Dandara, pois que através dela e destas tantas Dandaras abriu-se cada rua, e construiu-se cada parede desta comunidade, a Comunidade Dandara.

INTRODUÇÃO

*Ô Dandara, ô Dandara ô
A nossa luta aqui vale mais que ouro em pó...*

(Canto de luta da Comunidade Dandara)

Este trabalho se desenha em um chão de terra repleto de histórias de resistência e luta¹. Baseado em um processo de desconstrução, seja dos próprios sujeitos, seja da pesquisadora, a compreensão da realidade de famílias que lutam por um espaço de dignidade e moradia para viver torna-se material de profunda análise social, política, mas também íntima.

A ocupação Dandara é um território localizado na região da Pampulha, de grande valor imobiliário, no município de Belo Horizonte, capital do estado brasileiro de Minas Gerais. Na madrugada de 9 abril de 2009 a ocupação se instalou - como “um mar de barracos de lona” - em um terreno que há anos não cumpria sua razão social. A partir de então, junto aos movimentos Brigadas Populares – BP’s², Comissão Pastoral da Terra - CPT e Movimento dos sem Terra - MST nasce a ocupação *rururbana* Dandara.

O maior anseio desta pesquisa se encontra na tentativa de compreender o que de fato seria essa nova categoria, modo de vida, organização, denominada pelos movimentos sociais como rururbano. A partir desta inquietação dei início ao trabalho de pesquisa bibliográfica, analisando as dicotomias apresentadas nas definições do rural e do urbano, para então passar a compreender um pouco melhor o que possa vir a ser este elemento que vive na fronteira: rururbano.

No entanto, para compreender o rururbano foi necessário resgatar a construção deste ideal de vida na cidade. Assim, cheguei ao cerne deste trabalho: a união de movimentos sociais rurais e urbanos em prol não apenas de uma nova concepção de moradia, mas também, de busca pela unidade aberta dos movimentos de esquerda, que pudessem atuar conjuntamente, promovendo um espaço de tradução internamente

¹ Utilizo o termo *luta* como categoria nativa dos moradores da ocupação referente aos conflitos enfrentados por eles em busca da permanência no território e acesso à cidade.

² Insiro as Brigadas Populares como movimento social dada sua estratégia de atuação durante o processo de ocupação da Dandara. Entretanto, é importante frisar que eles se denominam enquanto Organização Política.

(entre os movimentos) e destes para com os moradores da ocupação. Ultrapassando diferenças, aprendendo com as experiências de um e outro, e enfim, conquistando um importante território na cidade: a ocupação Dandara.

Assim surge a ocupação Dandara, um território localizado no perímetro urbano mas que, entretanto, se propõe a dinamizar este território tornando-o fértil e produtivo para aquelas famílias que o ocupam, além da junção de duas agendas, três movimentos sociais, e o ideal de ultrapassar as dificuldades encontradas em ocupações e periferias da região metropolitana de Belo Horizonte.

A pesquisa em si e minhas vivências na Dandara se misturam onde, como ser humano, não posso dissociar deste trabalho. Reconheço-me nas linhas de Thoreau (2007, p.1) que diz: “na maioria dos livros omite-se o eu, ou primeira pessoa; neste será mantido, o que, quanto ao egotismo, é a principal diferença. Em geral não nos lembramos de que, no final das contas, é sempre a primeira pessoa que está falando”.

A ciência é um lugar de disputas e neste espaço optei por me posicionar de maneira clara e transparente perante minhas experiências e reflexões sobre a luta pela reforma urbana. A pesquisa, como pontua Hissa (2013), é um processo de compartilhamento, mesmo que nem sempre esse ponto seja perceptível de se ver: entre o leitor, intérprete, tradutor, professor, etc. Aprendemos ao fazer, e sempre com o outro. *O primeiro passo é: aprender a ouvir.* O último (e talvez mais difícil): não há um fim das coisas. Entre o primeiro e o último passo há uma infinidade de outros passos, repletos de tropeços, esquecimentos, abandonos. A pesquisa é esse movimento que devemos fazer na direção da construção de nossa consciência ainda repleta de ignorâncias. Há sempre esse constante processo de auto-construção a partir do ouvir e do aprender com o outro.

Outra característica de ordem íntima deste trabalho é seu caráter interdisciplinar. Minha trajetória, que também é interdisciplinar, inevitavelmente me levou a escolhas epistemológicas que abrangem outras tantas áreas de conhecimento no decorrer da narrativa e resgate da história da ocupação. Proveniente de uma graduação em Secretariado Executivo Trilíngue, leituras densas e análises sociais nunca foram incentivadas durante meus anos de graduação. Para suprir essa ausência, nos meus últimos anos de curso passei a integrar um grupo de pesquisa que trabalhava sob uma perspectiva sociológica. Hoje, concluindo o mestrado, percebi o quanto foi intensa a busca pelos livros, teorias e autores que até então não havia conhecido. Esta busca e interdisciplinaridade de onde falo estão presentes nestas páginas.

O projeto de mestrado perpassa por diversos momentos, áreas de conhecimento, e leituras. Minha curta vivência - pouco mais de ano - junto aos movimentos sociais e moradores de ocupação, saindo de Viçosa e me mudando para uma nova cidade, morando na tal “capital”, convivendo com lideranças da ocupação, etc., produziram consideráveis mudanças em minha percepção de vida e, conseqüentemente, ampliaram meu acesso a diversos debates sociais antes desconhecidos.

Não posso deixar de citar a vivência e a experiência de estar inserida nos movimentos sociais. Em especial, em uma experiência anterior à de minha pesquisa, quando conheci os assentamentos rurais – Emiliano Zapata e Flávia Nunes – na cidade de Uberlândia, do triângulo mineiro, onde estive por alguns dias e lá aprendi mais sobre o Movimento dos sem Terra e sua estrutura. Convivi com lideranças, ouvi músicas, quase hinos que são tocados nas místicas, conheci crianças e adolescentes que cresceram nesse pedaço de chão e desde cedo vivem a luta pelo direito a terra.

Posteriormente, já inserida neste trabalho, conheci as lideranças das Brigadas Populares. Em princípio, não queria me envolver internamente, visto minha posição de pesquisadora (naquele momento ainda compreendendo este papel como algo engessado e distante), mas a maneira como os militantes encararam minha condição naquele momento me surpreendeu. A recepção à minha pesquisa e a abertura do movimento foram motivadoras. As BP's, como são chamadas, possuem grande parte de seus militantes provenientes da academia, visto que seu surgimento se deu a partir de um grupo de Teoria Marxista na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, e os debates sobre o trabalho e as falas sobre a importância da reflexão crítica eram constantes.

O convite para participar de reuniões, atos e ocupações partiu de moradores/lideranças da ocupação. Entretanto, foi mais que um convite, foi um chamado: “cola com nós”, como me dizia Seu Orlando. Superadas as primeiras fases de me compreender enquanto pesquisadora e militante, após uma resposta receptiva do movimento com relação a isso, passei a compreender processos e articulações internas dentro da luta pela reforma urbana e pelo direito à moradia.

Este envolvimento/entrega, possibilitou que hoje eu pudesse compreender os processos que a ocupação vivencia. Processos estes que talvez, apenas na observação cotidiana e no trabalho de entrevistas não seriam possíveis. A autocrítica que acompanhei, proveniente do meu contato com ambos os movimentos sociais, me

despertaram para questões que dificilmente seriam passíveis de serem compreendidas por uma observação mais distante.

Experimental o mundo é sentir o mundo, deixar se afetar por ele; e isso se dá nos lugares de existência, ao longo das vidas dos sujeitos. Quando nos referimos, aqui, à experimentação do mundo, enfatizamos vivências que nos poderão incorporar maturidades, saberes, modos de compreender, ouvir, ver, dialogar. A experimentação do mundo nos permite ampliar as nossas compreensões e, de alguma maneira, refinar as possibilidades de pensamento sobre o mundo e, especialmente, no mundo (HISSA, 2013, p 135).

A prática voltada ao trabalho de conhecer/ouvir/aprender com vivências distintas das nossas nos leva a transformações, não apenas em nossa maneira de pensar, mas também de agir. Torna-se impossível apenas observar! Conhecer estas realidades de famílias que lutam por suas moradias, conhecer a dinâmica dos movimentos que se articulam em prol destas famílias, me levou a lutar também, me levou a participar um pouco mais de perto desta realidade.

Deste modo, a trajetória desta pesquisa se inicia em meados de 2015, após desistir de um projeto onde seguiria meu trabalho sobre deliberação e ruralidade em um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS. Ainda no primeiro semestre do mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa, decidi trabalhar com algo relativo a êxodo rural e favela na cidade de Belo Horizonte sob orientação (e apoio) do antropólogo e professor Douglas Mansur da Silva.

Particularmente, não consigo expressar a linha de pensamento que me conduziu a tamanha mudança no projeto de pesquisa, ou mesmo como concretizei a ideia Dandara. No entanto, algumas pessoas foram decisivas neste processo. Conversando com um colega de mestrado, Pedro Marques, pela primeira vez pude ouvir falar em Dandara! Para além da mulher negra, escravizada, que se suicidara em nome de sua liberdade, conheci a Ocupação Dandara, no coração da Pampulha, em Belo Horizonte.

No dia 26 de setembro de 2015 visitei a ocupação pela primeira vez. Assim que cheguei ao território, presenciei carros de polícia, com vários policiais armados e aparentemente fazendo uma busca em uma das casas da comunidade. Pensei em desistir, claro! Estes espaços são sempre mal vistos pela sociedade, ainda que muitas vezes o índice de violência seja mais baixo que em áreas centrais, por exemplo. Mas segui, ainda que tenha me sentido constrangida pela força policial.

Logo no início encontrei uma família construindo sua casa. Parei para perguntar onde era o centro comunitário e prontamente eles me disseram: “- essa é a Avenida Dandara! O centro comunitário é no final dela”. A Avenida Dandara é uma rua de chão batido, um pouco torta, sem calçadas, e com esgotos escoando a céu aberto. Neste momento percebi que a Dandara que eu via, não era a Dandara que os moradores viam.

O sonho da casa própria, a ativa participação nos planejamentos da ocupação concretiza a Dandara como nos planos deles. Os olhos destes moradores enxergam, por assim dizer, o que o coração deles sonha. Naquele momento, quando ouvi que essa era a Avenida Dandara, eu passei, também, a ver uma Avenida Dandara.³

Chegando ao centro comunitário, Seu Orlando me esperava. Um senhor negro de meia idade que me guiou por toda a ocupação e me contou a sua história. Uma figura cativante e profunda em suas percepções, um filósofo das demandas populares. Conversamos durante toda a manhã e acredito que já neste momento o laço (de afeto e de luta) foi feito, e uma relação prontamente se estabeleceu.

No início de 2016 me mudei para Belo Horizonte para de fato conviver com aquela realidade. Até então nunca tinha morado em uma cidade daquela proporção. A adaptação às distancias, sejam físicas, sejam sentimentais, foi um dos maiores desafios para quem vinha do *interior*. Um dos primeiros estranhamentos que tive foi o comum hábito dos habitantes da metrópole em definir tudo que não está nela como sendo “do interior”! Não que seja um equívoco, de forma alguma, porém, em alguns momentos compreendia esta fala como sendo um tanto desdenhosa. Hoje já não encaro mais assim!

Porém, nesse processo de mudanças, não poderia imaginar que surgiria a oportunidade de militar ao lado do movimento de reforma urbana da cidade, as Brigadas Populares. Senti-me compelida a participar de algum modo, afinal, não me sentia à vontade em estar neste território de resistência sem somar forças de algum modo. Como já disse, tive muitas angústias e medos no início, especialmente em ser entendida como alguém que estava ali apenas para pesquisar. Este medo se distanciou

³ A Avenida Dandara, que é a principal avenida, fica numa linha que é no ponto mais alto do terreno e ela divide um pouco as características do terreno. De um lado, para o sul, ela tem uma declividade um pouco mais acentuada do que para o norte, então se eu estou descendo a avenida, à direita eu tenho uma declividade mais acentuada do que à esquerda, para esquerda eu tenho um terreno bem mais suave, então a avenida ela tem um pouco esse papel de marcar essa diferença e ela vai fazendo um pouco de curva, são curvas mais rasas, não são curvas acentuadas (Tiago, entrevista novembro 2016). Trecho retirado das entrevistas onde o arquiteto narra a Avenida Dandara.

com o tempo, com as conversas, e a própria abertura dos membros das Brigadas para um processo de análise e autocrítica.

A partir de então comecei a acompanhar atos públicos no centro da cidade, assembleias, reuniões, e até mesmo uma vigília que antecedia a desocupação de um terreno em um bairro próximo à Dandara⁴. Acompanhei um ano politicamente conturbado por um golpe parlamentar, resultando no processo de *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff.

Nestes meses críticos de crise política e econômica, articulavam-se no território campanhas para eleições municipais, onde destaco a formação de alianças em prol de vereadores originários de diversas ideologias políticas. Esta fase foi constituída por interessantes fenômenos que se apresentaram até o mês de outubro de 2016 e incluiu desde a formação de alianças na ocupação com fins lucrativos em torno dos votos angariados, até mesmo apropriações de candidatos em torno de obras conduzidas pelos próprios moradores. Contudo, não pretendo adentrar estes complexos meandros do período de eleição neste trabalho.

Por outro lado, esses processos me instigaram a conhecer ainda mais a história da ocupação, onde encontrei, através de pesquisas bibliográficas sobre a Dandara, diversos materiais produzidos, desde a sua formação até os dias mais recentes. Entendi, neste momento, a importância de compilar alguns acontecimentos e trazer para a dissertação estas narrativas, que por vezes se apresentaram durante as entrevistas, mas por vezes foram compartilhadas no cotidiano, junto à comunidade.

A partir destas falas, passei a pesquisar mais profundamente as dificuldades em torno da união de agendas do MST, CPT, e Brigadas Populares. Nestes movimentos conheci lideranças dispostas a problematizar questões referentes à agenda proposta por seus movimentos. Lideranças que, sobretudo, percebiam o desafio do projeto de construção de uma ocupação rururbana e o marco que esta dinâmica poderia ter na luta por moradia em Belo Horizonte.

Dandara sonhou, e sonhou alto em promover uma nova maneira de habitar. Uma concepção para além do mercado estabelecido, da exploração de sujeitos periféricos em grandes centros. Com profundos debates acerca do direito à moradia, com severas críticas ao *déficit* habitacional e a essa cidade que pertence a poucos, Dandara foi sendo constituída com muita luta.

⁴ Diário de campo anexo a esse trabalho onde narro a noite de vigília e o despejo das ocupações Maria Vitória e Maria Guerreira.

Mulheres à frente de cordões de isolamento, enfrentando tropas policiais, protegendo seus filhos e o direito de ali permanecerem, são marcas daquele pedaço de chão batido. “Filhas de Dandara”, como elas mesmas se definem, a comunidade se constitui de mulheres fortes, e que, como é comum em ocupações, tomam frente da luta por suas moradias.

Complementando a força dos moradores em conquistar seu espaço na cidade, a união das lutas agrárias e urbanas deram estrutura e resistência para que a ocupação se fortalecesse, possibilitando sua permanência. O pertencimento nasce a partir desta resistência, e os espaços aos poucos vão sendo ocupados por atores conscientes de seus direitos. O processo de formação não deixa de ser um despertar!

Os conflitos se tornam parte deste processo, a resolução deles, seja como tradutores⁵ ou não, é a consolidação de um modo de vida, de um novo local onde famílias inteiras habitam, vivem e vivenciam o direito à cidade. Sonham em criar seus filhos e netos naquele chão de Dandara. E, acima de tudo, compreendem a cidade, não como sendo uma bolha isolada dos demais espaços de luta nomeados de rurais, urbanos, peri-urbanos, rurbanos.

Sob todas essas relações sociais e formas de consciência existentes, as ideias sobre o campo e a cidade, com frequência de um tipo obsoleto, continuam a atuar como interpretações parciais [...] nossas poderosas imagens do campo e da cidade tem sido formas de responder ao desenvolvimento social entendido como um todo. Esta é a razão pela qual, ao final, não podemos nos limitar ao contraste entre o campo e a cidade, mas devemos analisar as suas inter-relações [...] (WILLIAMS, 2011, p. 9).

O campo da geografia trabalha com a ideia de espaços agrários e urbanos, tendo-se em vista a organização do espaço e das relações sociais para a produção. Já a sociologia e a antropologia referem-se menos a espaços rurais ou urbanos (agrários ou urbanos), mas a modos de vida rural e urbano, que são muitas vezes enquadradas a partir de tipologias, que embora tenham seu valor heurístico, têm no seu persistente uso engessado, frente a realidades empíricas diversas, sua fraqueza.

A partir destas definições e do intuito de superar dicotomias, surgiram outras propostas de análise, dentre as quais o rurbano. O conceito de rurbano, esboçado por

⁵ Nesse sentido, trata-se de fazer tradução ao revés da tradução linguística. Tentar saber o que há de comum entre um movimento de mulheres e um movimento indígena, entre um movimento indígena e outro de afro descendente, entre este último e um movimento urbano ou camponês, entre um movimento camponês da África e um da Ásia, onde estão as distinções e as semelhanças. Por quê? Porque é preciso criar inteligibilidade sem destruir a diversidade. (SANTOS, 2007 p.40).

Gilberto Freyre, foi considerado no início do processo de pesquisa, porém, ao adentrar um pouco mais na origem da proposta rururbana, percebi distinções não apenas no que diz respeito às definições da categoria, mas principalmente no surgimento deste projeto de ocupação do espaço. Trata-se de uma categoria que surge e ganha significado no contexto da trajetória de luta de movimentos sociais. Aquela nova política social de conciliação entre o mundo urbano e o mundo rural à qual se refere o modelo de Freyre não compunham a proposta idealizada por movimentos sociais, unidos em prol de uma ocupação de terreno.

Com base nessa tentativa de conhecer melhor a complexidade desta proposta, alguns questionamentos dão força ao trabalho na etapa inicial: O que é rural? O que é urbano? E, sobretudo: Afinal, o que é rururbano? Propus-me, a princípio, a sentenciar se esta era ou não uma ocupação rururbana. O resultado? Obviamente grandes decepções acerca das respostas prontas que havia inconscientemente elaborado antes mesmo de experimentá-las e encontrá-las na práxis.

Em se tratando da ocupação, se for basear-me em representações do rural como, por exemplo, criações e hortas, sim, esta ocupação possui essas características. Toda a sociabilidade do homem simples está contida neste local de chão de terra batida, sem água, luz e nem sistema de esgoto formalizado. Mas é isso que torna um espaço agrário ou rural?

Este local, esquecido ou mesmo hostilizado pelo Estado, constitui-se de lutas diárias por acesso à escola, creche e até mesmo à saúde. Foram anos de reivindicações, atos públicos e acampamentos em frente aos centros de poder. Este é o urbano? Este é o direito à cidade? Carros, transportes, tecnologias “urbanas”, tudo isso este local possui, mas isso, por si só, o define como urbano?

O simples fato de a ocupação estar localizada em uma determinada porção de terra, tida como urbana, a torna irremediavelmente urbana? E os modos de vida, e a voz daquela população? Nesta busca me coloquei em campo por mais de um ano, tentando entender, afinal, o que é o rururbano?

Entretanto, aos poucos percebi o quanto este processo de compreensão do que era ou não o rururbano me levava a outros debates. Outras reflexões se apresentaram em torno da união dos movimentos, que vão além de compreender se a Dandara é ou

não rururbana.⁶ A partir de então compreendo que meu trabalho não se pretende ser um trabalho avaliativo sobre o que foi planejado e vivido.

A proposta rururbana é isso! É uma tentativa de provar a fluidez que há entre os rurais e urbanos (no plural onde se expressa sua multiplicidade); rurais e urbanos estes que não se fazem sozinhos. Há uma co-dependência entre ambos e que é cotidiana. Seja no centro de uma metrópole global, seja num sítio no interior do país. Ainda que as demandas sejam em alguns aspectos distintas, e não desconsidero isso, neste trabalho direcionamos o olhar para as bases que fundamentam e aproximam estas realidades.

Sendo assim, a pesquisa nasce da inquietação sobre o que vem a ser rururbano. As dicotomias em torno destas delimitações rurais e urbanas, seja pelo Estado, pela academia ou pela sociedade. A partir daí, início uma narrativa sobre histórico sobre a ocupação na tentativa de resgatar este conceito e compreende-lo melhor e logo esbarro nos movimentos sociais que idealizaram esta proposta. Estes, que por sua vez possuem papel decisivo na construção deste ideal rururbano, passam a ser o centro do estudo deste trabalho.

Movimentos sociais, seja de reforma agrária ou reforma urbana, se unem em torno de um projeto de ocupação unificando suas lutas. A Dandara possibilita um maior aprofundamento neste debate em relação a continuidade que há nas agendas de movimentos provenientes de diferentes espaços: rurais e urbanos; e em torno das potencialidades que a união destas demandas sociais podem trazer aos movimentos de esquerda como um todo, chamado de unidade aberta.

A ocupação Dandara se posiciona de modo a nos levar a refletir sobre a urgência em transpor um imaginário coletivo sobre o que é rural ou urbano ao qual estamos habituados a reproduzir. Desconstruir esta ideia saudosa e romântica de que o rural é o local do atraso, ou do silêncio, das distâncias, ou da tranquila vida em comunidade é urgente na construção destes espaços para torná-los mais fortalecidos.

Desta maneira, ultrapassando a ideia inicial de narrar o que era o rururbano - se é que isso é capaz de ser compreendido por alguém que não possui certas trajetórias de vida e se propõe a analisar “de fora” esta categoria -, me inclinei em descobrir os

⁶ Referente a esse tema abordado no trabalho faço um pessoal agradecimento à professora Maria José Teixeira Carneiro que durante o seminário de 40 anos do CPDA/UFRRJ fez importantes colocações acerca do trabalho desenvolvido e contribuiu consideravelmente na compreensão dos caminhos que deveriam ser tomados com base nos dados já coletados até aquele momento.

desafios de unir propostas que até outrora eram discutidas como pastas distintas, seja pelos movimentos, seja pelo Estado. Isto é, a partir de então passei a tentar compreender os caminhos que levaram ao projeto rururbano e os caminhos que provém deste projeto.

O principal recorte desta pesquisa é o processo de planejamento que precede à ocupação. Pautada nas articulações dos movimentos sociais envolvidos durante os meses em que a Dandara foi planejada, seguidos de seus primeiros dias de ocupação, onde as respostas ao ideal rururbano precisavam ser imediatas, pontuo a importância dos processos de flexibilização em relação ao planejamento inicial da ocupação rururbana.

Para tal, percebi inúmeras outras demandas que direcionaram consideravelmente meu olhar, não apenas aos movimentos sociais e lideranças envolvidas neste processo. Assim, as redes de apoiadores ganham também importante foco nesta luta pelo direito à moradia, e adotei esta nova abordagem de análise destas redes.

As redes de *apoiadores* constituem-se como uma categoria que surgiu da práxis dos movimentos. A partir da articulação da CPT, nasce uma rede que a princípio era composta por religiosos da igreja católica, e que, posteriormente, se expande a advogados populares, arquitetos sociais, cientistas políticos, entre diversos outros profissionais. Um importante agente destas redes são os grupos provenientes de universidades onde os estudantes de graduação e pós-graduação também se envolvem nos desafios cotidianos da ocupação.

Em vários momentos, no decorrer da pesquisa, fui requisitada por estudantes de diversas áreas da UFMG para leva-los à ocupação. Tanto os militantes dos movimentos me encaminhavam estas pessoas interessadas em conhecer o território quanto dentro da própria universidade, pessoas com as quais tive algum contato durante disciplinas, cursos, e palestras que participei me acionavam enquanto uma possibilidade de inserção no território.

O caráter midiático dos primeiros anos da ocupação também possui um papel protagonista. Por meio de *blogs*, artigos em jornais, exposições fotográficas, documentários, shows e eventos no território, a ocupação consegue expandir esta rede à um apoio que toma visibilidade inclusive internacional. Através de campanhas nas mídias sociais, pessoas do mundo inteiro puderam ter acesso aos dilemas vividos na ocupação e contribuir para sua permanência no território.

Todos estes processos de articulação, de diferentes grupos somam suas forças para que a ocupação se concretizasse e permanecesse no território até os dias de hoje. Aos poucos, as lonas deram lugar aos barracos de Madeirit, que atualmente, quase que por completa, já se encontra com casas de alvenaria, ainda sem reboco, mas cheias de sonhos acerca das reformas e construções a serem feitas.

De segunda a segunda, a comunidade Dandara não para de crescer. São diversas casas sendo construídas, aumentadas, melhoradas. Aos poucos as mais de duas mil famílias conquistam a moradia da forma como sonharam e lutaram. Hoje, junho de 2017, aos 8 anos de ocupação, a comunidade Dandara é um bairro, ainda que não formal, com todas as características e limitações da cidade neoliberal que tão comumente acompanhamos dia após dia. No entanto, a Dandara possui algo que a destaca dos outros bairros de sua região, a Dandara possui uma história de luta e resistência.

Os processos de formação política onde as famílias tanto aprenderam quanto ensinaram, sempre estão presentes neste território político. Portanto, torna-se base deste trabalho contar a história da ocupação a partir dos relatos que pude colher daqueles que fizeram a luta acontecer, e dos materiais até então produzidos que se propõem a manter viva essa lembrança de todo processo de ocupação, desde sua “gestação”, como chamam algumas lideranças.

Por fim, na busca por aprofundar estes debates e propostas em torno do rururbano, proponho-me a ultrapassar essa ideia prévia e inflexível do que é ou não rururbano, e passo a me dedicar a problematizações em torno deste grande projeto que uniu agendas tão específicas e mobilizou diferentes camadas da sociedade até então.

1.2 Percurso Metodológico

As metodologias são criadas pelos sujeitos enquanto estão criando os seus objetos. Antes, imaginam. No seguinte passo, podem perceber que a pesquisa não cria apenas interpretações. A pesquisa cria metodologias enquanto cria interpretações. O fazer alimenta o pensamento que mobiliza a arte de refazer diferente (HISSA, 2013, p.125).

Em acordo com as reflexões de Hissa (2013), narro esta pesquisa não como um trabalho de campo, mas sim como uma *visitação ao mundo e à realidade*. Visto que a experimentação de mundo na academia moderna é substituída pelo termo trabalho de

campo, esta, como narra o autor, é “uma artificial experimentação intencional de mundo, ou, mais precisamente, de recorte de mundo – tal como o objeto de pesquisa foi trabalhado teoricamente no projeto” (p.135). Na verdade, experimenta-se o mundo no decorrer da vida. Porém, vai-se ao campo apenas pela pesquisa, e sobretudo com seus limites de tempo de pesquisar.

O trabalho de visitação ao mundo desta pesquisa ocorreu no decorrer de todo o ano de 2016 até meados de 2017 na ocupação Dandara, localizada no município de Belo Horizonte. Sendo este um estudo de caso com bases qualitativas, penso ser um caminho que busca privilegiar a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e em grupos, realizando um intensivo exame dos dados obtidos (MARTINS, 2004), neste caso, material bibliográfico, transcrições das entrevistas e diários que datam informações e percepções obtidas através da escuta e aprendizado.

Assim, pude compartilhar do cotidiano dos movimentos sociais e de algumas famílias que residem no território. Através de arquivos pessoais e relatos tive acesso à história da ocupação desde seus primeiros anos. Ouvir a história da ocupação daqueles que de fato a construíram possibilitou uma visão interdisciplinar e horizontalizada acerca dos processos que compõem a formação de um território ocupado.

Pautada na perspectiva microssociológica, esta pesquisa possui o intuito de direcionar a atenção aos processos sociais, sempre mantendo os indivíduos de maneira central. Ao acompanhar suas ações e os discursos que emanam das relações de poder, tanto internamente - entre movimentos sociais e dinâmicas cotidianas da ocupação -, como em suas conexões, como Estado e seu aparato repressivo, por exemplo. Deste modo, este trabalho possui clara preocupação com a transformação e os conflitos vivenciados no processo de ocupação.

Através da pesquisa bibliográfica, pautada em teses, artigos científicos e trabalhos monográficos, pude resgatar informações e narrativas acerca de processos vividos pelos atores sociais. Processos estes que envolvem estratégias junto aos movimentos sociais e redes de apoiadores na luta contra a desapropriação de suas casas. Utilizo-me, também, como fonte de pesquisa, documentários, *blogs*, jornais e panfletos que registram a trajetória da ocupação desde seu início.

O levantamento bibliográfico demonstra a base interdisciplinar que acompanha pesquisa e pesquisadora. Há quem afirme que o indivíduo que pesquisa, como apresenta Hissa (2013), escolhe suas temáticas e referências bibliográficas, entretanto este pensamento pode conter equívocos. A capacidade de escolha do sujeito é limitada

(ou mesmo ampliada) a partir de sua experiência histórica de mundo. O que se entende por escolher, na verdade, é decorrente de sua própria trajetória de vida e compreensão de mundo no qual se insere. Por isso, friso a viagem interdisciplinar à qual busquei trazer ao papel a partir das minhas próprias experiências acadêmicas e compreensões de mundo incorporadas à dinâmica vivida na Ocupação Dandara.

A visita à essa realidade chamada Dandara é baseada em uma participação observante - visto que no decorrer deste processo fluído não pude mais me inserir na posição de observação participante. A partir do convívio com lideranças envolvidas no processo de ocupação, inclusive contemporaneamente em ação pela permanência de outras ocupações no município, (processos semelhantes ao que foi a Dandara), pude atuar enquanto ativista e militante, e debater (ou melhor, participar de debates) questões sobre: as complexidades do processo de ocupação de terras em Belo Horizonte; união de movimentos sociais de bases distintas; e a importância das redes de apoiadores em torno do direito à moradia.

Atualmente não me sinto distanciada desta realidade, visto que as vivências são constantes e os laços não são dissipados ao ponto final deste trabalho. Portanto, nestes quase dois anos de vivências, participando de reuniões, atos e conhecendo a articulação desempenhada pelos movimentos no processo de construção da ocupação Dandara, novos direcionamentos - mais condizentes com a pesquisa proposta - foram se desenrolando.

De maneira flexível, pude compreender e modificar os objetivos desta pesquisa pensando em sua maior relevância não apenas para a academia, mas, e especialmente, para os moradores e movimentos sociais, o principal público leitor destas linhas que se pretendem acessíveis a estes espaços de debate, reflexão e auto crítica, além, é claro, de uma proposta de narrativa da história de uma ocupação de tamanha projeção. A partir de então o trabalho tomou rumos inspirados na “escrivência” de Conceição Evaristo.

(...) creio que a gênese de minha escrita está no acúmulo de tudo que ouvi desde a infância. O acúmulo de palavras, das histórias que habitavam nossa casa e adjacências. Dos fatos contados a meia voz, dos relatos da noite, segredos, histórias que as crianças não podiam ouvir. Eu fechava os olhos fingindo dormir e acordava todos os meus sentidos. O meu corpo por inteiro recebia palavras, sons, murmúrios, vozes entrecortadas de gozo ou dor dependendo do enredo das histórias. De olhos cerrados, eu construía as faces de minhas personagens reais e falantes. Era um jogo de escrever no escuro. No corpo da noite. Na origem da minha escrita, ouço gritos, os chamados das vizinhas debruçadas sobre as janelas, ou nos vãos das portas contando em voz alta uma para as outras as suas mazelas, assim como as suas alegrias. Como ouvi conversa de mulheres! Falar e ouvir entre nós era

talvez nossa única defesa, o único remédio que possuíamos. (EVARISTO, 2007, p. 19).

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da indivisibilidade. Esta indivisibilidade se inicia em relação à trajetória de vida e trajetória de pesquisa que se imbricam e se confundem em diversos momentos. Outro ponto de indivisibilidade é entre o desenvolvimento da própria pesquisa e as análises dos moradores. A leitura de mundo que se apresenta nesta dissertação provém, em grande parte, das falas registradas destes atores que protagonizam a luta por moradia na Dandara.

Por meio de entrevistas em profundidade – sem condicionamento estruturado – tive acesso às narrativas dos moradores e militantes acerca da(s) lógica(s) vivida(s) - no plural, dada sua complexidade - durante o período de ocupação e até o momento. O estudo é também de caráter interpretativo, visto sua preocupação em problematizar, a partir das próprias narrativas dos sujeitos, a dicotomia entre o rural e o urbano e esta nova perspectiva de rururbano que se propõe.

A disputa pelo conhecimento dentro da academia requer o preciosismo das narrativas detalhadas de fortes bases relativas aos percursos metodológicos realizados durante a pesquisa, para além da própria vivência, deste modo, pragmaticamente, as entrevistas⁷ foram analisadas através de uma categorização temática, relacionada às falas. Foram ao todo dez entrevistados, sendo estes: i) lideranças de movimentos sociais (MST, CPT, Brigadas Populares); ii) lideranças da ocupação; iii) idealizadores das redes de apoio e; iv) o arquiteto responsável pelo planejamento da Dandara.

Um aspecto significativo e que não pode deixar de ser citado sobre as entrevistas foram os locais escolhidos pelos entrevistados. Para alguns, vinculados a movimentos religiosos, a entrevista se deu numa igreja, seminário; outros ligados à academia, a entrevista ocorreu em suas faculdades; os moradores escolhiam um local na casa onde se sentiam mais à vontade, normalmente no quintal, na cozinha; e os membros de redes de apoio normalmente escolheram o local de trabalho. Penso que esta possibilidade de escolherem locais mais íntimos influenciou na fluidez das entrevistas.

Este grupo de entrevistados foi escolhido no decorrer do processo de vivência da realidade da ocupação. Ao optar por uma nova abordagem e por direcionar a pesquisa no sentido dos movimentos sociais e sua articulação no decorrer da formação da ocupação, pontuo estas lideranças como importantes componentes do planejamento

⁷ Ver a estrutura básica das entrevistas semi estruturadas no Anexo III.

e manutenção dos processos políticos em torno da comunidade. Entre estas lideranças, três deles são moradores do território desde os primeiros dias de ocupação. Os entrevistados (militantes) estiveram não apenas na fase de resistência da ocupação, mas também no período de planejamento da dinâmica de moradia. A percepção do outro, sobrepondo uma ideia de escuta metódica, possibilitou uma maior disponibilidade em relação aos entrevistados. A identidade dos entrevistados não foi ocultada, a pedido dos próprios.

Nesse aspecto busquei manter um aberto diálogo com os militantes que de maneira unanime optaram por revelar seus nomes nesta dissertação. Mais que isso, o fato de ocultar a identidade, para muitos deles, foi considerado como algo negativo e até depreciativo de suas falas. Devido ao cunho do trabalho, desprovido de falas que coloquem em risco a integridade dos entrevistados, optei por acatar o pedido e colocar os nomes reais, e mais que isso, os nomes sociais dos atores envolvidos.

Ao final desta pesquisa, após a defesa da dissertação, as conclusões serão retornadas junto àqueles que participaram direta ou indiretamente da realização deste trabalho através de rodas de debate, baseado nas trocas de saberes com os moradores. E também, como promessa feita na ocupação no dia em que me permitiram a realizar a pesquisa, retornarei exemplares do trabalho a cada um dos entrevistados.

A contribuição que ocorre no decorrer da pesquisa, através destas trocas de informações, percepções e reflexões, auxilia tanto na análise individual dos sujeitos – pesquisado e pesquisador - quanto para uma percepção coletiva sobre o grupo, a cidade, a ocupação e suas múltiplas temáticas que podem emergir no decorrer deste contato.

1.3 Estrutura da Dissertação

A estrutura deste trabalho se apresenta dividida em quatro capítulos além desta introdução. O capítulo dois traz como debate principal a questão em torno do direito de ocupar. Logo, apresento narrativas sobre alguns acontecimentos relativos aos primeiros momentos da ocupação, quando essa ainda se instalava no território. No texto, emergem narrativas sobre os conflitos armados, as estratégias de luta e dificuldades estruturais às quais as famílias foram expostas nos primeiros meses de ocupação, etc. Longe de esgotar a temática, lanço mão dos debates em torno da questão habitacional, do “Programa Minha Casa Minha vida” e do direito à cidade. Neste

ponto, recorro a números atuais acerca do *déficit* habitacional na cidade de Belo Horizonte.

No terceiro capítulo resgato os desafios e dificuldades que surgem na união das agendas de movimentos sociais rurais e urbanos, como ocorreu nos anos iniciais da Dandara. Inicialmente, apresento narrativas dos moradores e militantes, por meio de relatos e revisão bibliográfica, sobre os desafios desta união entre movimentos tradicionais de luta por reforma agrária – MST e CPT – e o movimento de luta pela reforma urbana – Brigadas Populares - buscando elencar as estratégias e reflexões dos movimentos em prol da permanência da Dandara no território ocupado.

Ainda neste item, fez-se necessária a abordagem das discussões conceituais sobre esta dicotomia rural e urbana. Compreender a fluidez destes espaços contribuiu significativamente no processo de construção de um modo de vida rururbano. O rururbano, neste ponto da linha temporal apresentada no trabalho, se encontra ainda em fase de planejamento das lideranças, ou seja, antes da ocupação de fato.

No capítulo quatro apresento o papel das redes de apoiadores na manutenção da ocupação. Profissionais de diferentes áreas, estudantes, instituições religiosas e sociedade civil contribuíram em distintos aspectos dentro da Dandara. A formação de “redes de apoio” interferiu diretamente na concepção da Dandara, possibilitando sua permanência, porém, desencadeando reproduções já estruturais de uma cidade que se replica. As campanhas nas redes sociais, os materiais audiovisuais, e todo o conteúdo que a ocupação gerou trouxeram à Dandara uma expressiva visibilidade, o que contribuiu decisivamente para a permanência das famílias no território.

No último capítulo me atrevo a fugir desta linha temporal mantida nos demais tópicos abordados e com base em um questionamento simples, feito durante as entrevistas, projeto alguns processos que a ocupação já vivencia e que podem ser potencializados no futuro próximo. Nesse aspecto, destaco a tendência à reprodução de padrões neoliberais de produção do espaço das cidades tradicionais neoliberais dentro da ocupação. Esses padrões são a antítese do ideal inicial do rururbano, entendido aqui como um modelo alternativo e contra hegemônico de produção do espaço vivido. E, assim, discuto os impactos da penetração da lógica capitalista e do ideário neoliberal em processos da ocupação sobre a trajetória do rururbano.

Finalizo o trabalho com o relato de campo da vigília e despejo às ocupações (gêmeas) Maria Vitória e Maria Guerreira onde pude vivenciar - ainda que como observadora -, a dor e o medo de famílias sendo despejadas por todas as polícias

especializadas da PMMG. Esta experiência traz um pouco da dor, da revolta e do sentimento de solidão que a violência do aparato coercitivo do Estado se presta a realizar.

2. “ENQUANTO MORAR FOR UM DIREITO, OCUPAR É UM DEVER”

*“(...)Tá vendo aquele edificio moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Eram quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar
Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me chega um cidadão
E me diz desconfiado, tu tá aí admirado
Ou tá querendo roubar?
Meu domingo tá perdido
Vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar o meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio
Que eu ajudei a fazer(...)”*

Lúcio Barbosa

A ocupação Dandara possui inesgotável fonte de pesquisas acerca da luta por moradia na cidade de Belo Horizonte. Sendo uma das primeiras ocupações planejadas no município, Dandara nos remete ao sonho da produção de alimentos e serviços em seu próprio território com intuito de torna-la autônoma. A autonomia, como aponta Castoriadis (1997), do “auto-nomos”, indica etimologicamente o dar-se a si mesmo a própria lei. Este sentimento de autonomia germina na sociedade a partir dos questionamentos, com ênfase não sobre os "fatos", mas sobre os significados do imaginário social e sua possível fundação. A autonomia, seja social ou individual, é um projeto.

Etimologicamente autonomia é a condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural, que determina ela mesma a lei à qual se submete (LALANDE, 1999, p. 115).

Para Castoriadis (1997), a criação de política e filosofia grega foram as primeiras aparições deste projeto histórico de autonomia individual e coletiva. Ou seja, se há um desejo em ser livre, ninguém deverá ser capaz de dizer ao outro o que pensar. Sendo a autonomia uma condição, sua construção possui dois principais aspectos: a capacidade de realizar e determinar sua própria lei. Estes estão ligados à liberdade e ao poder de imaginar, conceber, decidir, e, sobretudo fazer. Para que haja então o processo autônomo, estes dois aspectos devem estar presentes. Pensar e fazer constitui a autonomia.

A Dandara se desenvolve, e junto a ela o ideal de autonomia e busca pela liberdade também. No decorrer de sua história, este conceito é constantemente

relembrado e para além de uma condição teórica, é revivido em seu cotidiano, junto às famílias que moram no território e que vão além do idealizar, tornando real a ocupação.

Longe de esgotar um debate acerca da luta por moradia na ocupação Dandara, sabendo do quanto estes moradores contam suas histórias de resistência com mais qualidade e densidade que eu, ainda assim, busco elencar alguns fatos, estratégias, e eventos que ocorreram na comunidade dentro de um recorte temporal de 2008 (previamente à ocupação) à 2017, incorporando algumas reflexões atuais sobre a ocupação.

Há um constante esforço para que as narrativas daqueles que construíram essa história sejam reproduzidas ao longo destas páginas. Para isso, a construção histórica daquele território é contada através de alguns aspectos marcantes na Dandara. Esta é uma maneira de adensar o acervo acerca do processo de ocupação da comunidade e problematizar questões vinculadas aos seus conflitos e lutas que desde o início se apresentaram para mim, enquanto pesquisadora, através dos relatos dos moradores e lideranças dos movimentos sociais.

Nesta abordagem acerca do morar, lanço mão dos números atuais que narram o *déficit* habitacional na cidade de Belo Horizonte. Para entender o movimento de ocupação, trago à tona a realidade habitacional da cidade e as desigualdades que processos exclusivos de moradia geram. Busco apresentar, através de narrativas às quais tive acesso, o que acomete tais famílias a se organizarem em torno da luta por ocupação; os cerceamentos a que estes sujeitos periféricos são submetidos; e o que os direciona a essa busca por direitos legítimos que, até então, são subjugados pelo Estado.

Finalizo este capítulo trazendo algumas reflexões sobre o direito à cidade e a necessidade - imposta a estas camadas da sociedade - de lutar por direitos já naturais e constituídos para muitas outras. Entre eles, a dificuldade em ter acesso a bens e serviços, a invisibilidade que as ocupações possuem ao se tratar do direito de pertencimento a uma cidade e a um determinado espaço, e a impossibilidade de acesso como cidadãos aos bens sociais comuns a toda sociedade.

As ocupações trazem esta gama de debates sobre o que é a cidade e para quem é feita/direcionada esta cidade. As batalhas diariamente travadas pelos movimentos sociais e moradores gera um aprofundamento nesta agenda de lutas e a história da ocupação Dandara se replica nos centros urbanos de todo o país.

2.1. “Daqui não saio, daqui ninguém me tira!” O nascimento da Dandara

Dandara, que empresta seu nome à comunidade, foi uma guerreira negra, companheira do líder quilombola Zumbi dos Palmares, e importante referência na luta contra a exploração do trabalho escravo no decorrer da América Portuguesa. Dandara, guerreira e estrategista, quando teve ameaçada sua liberdade, optou por suicidar-se a fim de retornar à vida de escrava.

Símbolo da luta por liberdade do povo negro, a escolha deste nome mostra também a conotação política em torno do empoderamento das mulheres na ocupação e na luta pela moradia. Muitas vezes, enquanto os maridos se ausentam para trabalhar, as mulheres mantêm a articulação política na ocupação, sendo consideradas “linha de frente”, inclusive no enfrentamento com a polícia.

Sua luta foi perpetuada na história brasileira e sua personalidade guerreira é, ainda hoje, exemplo para outras mulheres. Inspiradas por esse modelo, muitas revelam, mesmo inconscientemente que “a luta está no sangue”, como as guerreiras da ocupação em Belo Horizonte. Fiéis companheiras, mais que esposas e mães, elas atualmente realizam os trabalhos de casa, plantam, e lutam – até mais que alguns homens – pelo ideal de liberdade vislumbrado por trás dos olhos de Dandara (ANDRADE e LELIS, 2010 p. 38).

Ao buscar um resgate bibliográfico da história da ocupação encontro dois autores: Isabella Miranda, cientista social e militante das Brigadas Populares; e Tiago Castelo Branco Lourenço, arquiteto social e professor da UFMG/PUC-MG que narram estes primeiros dias de entrada no território e os anos seguintes desta comunidade. Complementarmente, fontes como mídias e documentários audiovisuais contribuem para a narrativa dos primeiros momentos de ocupação presentes neste capítulo.

Estes relatos foram detalhadamente reafirmados pelos moradores em diversos momentos enquanto estive em campo. Neste tópico, especialmente, os eventos narrados foram lembrados e (re)contados durante a festa de aniversário de 7 anos da Dandara, em abril de 2016. Neste evento, grande parte dos militantes envolvidos no processo de ocupação estava presente.

O dia 9 de abril de 2009 foi o marco histórico e simbólico do nascimento da ocupação, quando 150 famílias adentraram o terreno da futura Dandara.

“Conseguiram reunir cerca de 150 famílias para na madrugada do dia 9 de abril de 2009, madrugada de quinta-feira santa, da semana santa, aconteceu a ocupação” (Frei Gilvander, Representante da CPT).

“E aí eles entraram lá na quinta-feira, no dia 9 de abril, era semana santa!”
(Rosário, Advogada Popular e articuladora da Rede de Apoio).

Uma sexta-feira santa, por volta das 4 horas da manhã, chegou ao terreno um comboio composto por 4 ônibus, 2 caminhões, diversos carros e motos compostos pelos futuros moradores da ocupação, militantes, apoiadores e o carregamento de materiais para barracas, alimentos, junto às famílias e seus pertences. A data, um feriado seguido de um final de semana, fez parte da estratégia do movimento, pois, deveria dar tempo à ocupação para que se efetivasse no terreno e pudesse enfrentar com mais segurança as barreiras policiais e jurídicas que – em vias normais - viriam no primeiro dia útil após a ocupação.

No entanto, ainda no primeiro dia, por volta das 18 horas, chegou a polícia, em especial a tropa de choque - especializada em processos de reintegração de posse-, com suas viaturas, cachorros, helicóptero, de maneira truculenta, com revólveres e *sprays* de pimenta. No documentário *Dandara: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito*, a moradora e militante das Brigadas Populares, Wagna Vieira, conta que “a gente costuma dizer que a polícia ocupou a Dandara junto com a gente”.

“(...) só que nós demos com um aparato muito grande de famílias, nós ocupamos ali 6 horas da manhã com umas média de 35 famílias, quando foi 7h da manhã nós já tínhamos uma 6 ou 7 barracas prontas e aí estourou a polícia, chegou umas 10 viaturas e começou a pressionar, e aí os advogados defendeu, o Chumbinho (militante do MST) estava junto com nós, estava fazendo direito na época, deu uma contribuição, a Renata contribuíram muito e nós conseguimos manter(...)” (Joaquim, Militante do MST).

Junto às primeiras horas de ocupação já nasceu o primeiro conflito e a primeira luta da comunidade Dandara. A polícia avançou contra os moradores, muitos foram feridos com balas de borracha e *spray* de pimenta. Os barracos precariamente construídos no centro do terreno, feitos de lona e pedaços de madeira, foram pressionados e reduzidos pelo cerco policial. Os militantes, como estratégia de resistência, fizeram um cordão humano em volta das barracas.

Situações de liminaridade como essa mudam a condição histórica, de vida e até mesmo a identidade daqueles que sofrem tamanha violência. O processo social vivenciado no início de uma ocupação, quando a pressão do aparato violento do Estado age mais livremente, traz à tona um drama social na vida das famílias que passam pelo processo de ocupar o terreno.

Segundo Honneth (2003), situações como essas, onde o reconhecimento é recusado, há um “rebaixamento” ou mesmo uma “ofensa”, não representam apenas a injustiça, e a privação da liberdade de ação dos sujeitos, “visa-se àquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva” (p.213). Este desrespeito pode motivar um sujeito a entrar em uma luta ou conflito de ordem prática. Este é o elo psíquico que leva do sofrimento à ação ativa, informando cognitivamente a pessoa atingida sobre sua situação social.

Este drama social, segundo Turner (2008, p.33) se apresenta como “unidades de processo desarmônico que surgem em situação de conflito”. Há uma ruptura na condição destes sujeitos: o evento ocupação se torna um marco permanente na vida destas famílias. Há uma profunda mudança na maneira de encarar o Estado, a polícia e o papel das mídias nestes contextos.

“Quando a ocupação foi feita na madrugada do dia 9, aí foi o dia inteiro, ocupou, se espalhou em todo território da Dandara, mas na parte da tarde a polícia chegou com a tropa de choque, com helicópteros, cães, e cavalo, e foi. Reuniram o pessoal e encantou num canto lá, né? Da Dandara! E passou que era para ficar ali e ameaçando despejar, e foi feito um cordão de braços dados resistindo e aí algumas coisas imprevisíveis aconteceram” (Frei Gilvander, Representante da CPT).

Ainda seguindo esta construção temporal, simultaneamente surgiu um fenômeno de apoio coletivo. Emerge o sentimento de comunidade, ou o que Turner (2008) chama de “*communitas*”, ou seja, uma forma de antiestrutura que se constitui através dos vínculos entre indivíduos ou mesmo grupos sociais que compartilham uma condição liminar em momentos especificamente ritualizados. A vida social se movimenta a partir de um movimento dialético, em que envolve estrutura social e *communitas*, estrutura e antiestrutura, alimentado pelas práticas rituais.

Para Turner (2008), os sujeitos liminares agrupados pela *communitas* - termo latim *communitas* à noção de comunidade, porém baseado em relações sociais e não em pertencimentos territoriais - são marcados pela submissão, silêncio e isolamento, considerados como tábula rasa em relação à nova posição social a ser assumida após a conclusão do ritual de passagem. O processo de ocupar perpassa por este ritual, a partir das barracas de lona, dos processos de tentativa de despejo, do silenciamento daqueles sujeitos, até alcançar *communitas* enquanto grupo.

A *liminaridade* proposta por Turner (2008) é, portanto, a condição transitória na qual os sujeitos se encontram destituídos de suas posições sociais anteriores. É este limiar onde ocupam um entre-lugar indefinido, no caso das ocupações urbanas - espaços de fronteiras -, no qual não é possível categorizá-los plenamente. Este elo fica mais claro em liminaridades como esta imposta à Dandara, e que une pessoas além de qualquer possível vínculo formal. Nesses casos, porém, a condição liminar parece ser permanente, visto que tais sujeitos se opõem ou, no mínimo, desafiam a estrutura social dada como única forma de organização possível.

Um exemplo deste sentimento de *communitas* é o episódio onde a comunidade vizinha se posiciona frente a este papel de liminaridade imposto às famílias que ocupam a Dandara. Frente a violência policial para com estas pessoas, há um ato de ruptura com as estruturas hierárquicas socialmente impostas. Jovens da comunidade vizinha, vila Bispo de Maura⁸, auxiliaram a luta dos moradores da ocupação, ao jogarem pedras nos carros e policiais que estavam oprimindo violentamente a ocupação. Neste momento, a comunidade se coloca como igual e parte a apoiar a causa daqueles que ocupam a Dandara. A PM se viu obrigada a dividir o contingente policial para defender-se, o que trouxe mais tranquilidade aos moradores e militantes que resistiam ao cerco policial há horas.

“Mas para nossa felicidade - tivemos uma pressão muito grande do choque em cima de nós -, mas tivemos uma ajuda da Bispo de Maura muito forte. O pessoal da Bispo de Maura juntou as viaturas lá em cima perto da garagem do ônibus na pedra, aí o choque foi obrigado a tirar um comando cá de baixo e combater lá em cima. Aí nós ficamos mais tranquilos, mas nós ficamos 12 horas em pé, nós aqui e o choque de lá esperando qualquer hora, e de vez em quando eles começavam “pau, pau, pau” batendo ali (seus escudos), provocando para ver se a gente reagia! A gente não é trouxa, aí foi mantendo a estrutura.” (Joaquim, Militante do MST).

“Primeiro que a juventude da Vila Bispo de Maura estava do lado veio em apoio e começou a jogar pedra na polícia, e aí a polícia virou para lá e começou a jogar tiro de bomba de gás lacrimogênio na juventude da vila e tal. E aí o trem quando esquentou muito a televisão estava atrás da polícia. A tv Record filmou isso, e passou no jornal da tv Record. Quando passou no jornal da tv Record, Belo Horizonte inteira ficou sabendo” (Frei Gilvander, Representante da CPT).

A resistência dos moradores e movimentos durou todo o dia e o cenário era de uma verdadeira guerra. A pressão psicológica, a qual estas famílias foram levadas a suportar, levou alguns que ali estavam a desistirem do processo. Porém, apesar da força

⁸ Vizinha à Ocupação Dandara, a Vila Bispo de Maura se localiza nos limites de divisão entre a região da Pampulha (BH) e a cidade de Ribeirão das Neves (RMBH), pertencendo a esta última.

policial, a maioria dos moradores resistiu durante todo o dia, quando enfim foi possível mediar o confronto por meio dos advogados e militantes que atuavam na ocupação.

No decorrer desses primeiros dias, a notícia da ocupação ganhou destaque nacional, sendo noticiado em ampla rede midiática. Este efeito midiático elevou ainda mais o número de famílias adeptas ao movimento de ocupação do espaço. Frei Gilvander, representante da CPT explica que “essa explosão foi por causa dessa resistência diante da polícia, o apoio solidário do lado, jogando pedra... E aí a imprensa ter jogado no ar atraiu o povo, o povo ficou sabendo do aparecimento dela (a ocupação)”. Em cerca de horas os movimentos sociais e atores envolvidos na ocupação tiveram que lidar com um aumento substancial de famílias em busca de moradia.

A partir deste apoio, segundo Lourenço (2014), outras famílias do assentamento vizinho, ainda em estado precário (Vila Bispo de Maura), aderiram ao processo de ocupação. Aos poucos a notícia foi se espalhando, os noticiários começaram a divulgar amplamente o que estava ocorrendo no local. Em três dias a ocupação constatou um aumento significativo das 150 famílias para, estima-se, 1086 famílias. “Aí foi legal que foi o seguinte, foi uma surpresa que tivemos que trabalhar com ela rapidinho! Dentro de 5 dias já estava em 1200 famílias”, narra Frei Gilvander.

Nos dias seguintes, devido a este fenômeno que os militantes chamam de “boom” na Dandara, havia uma necessidade intensa de resistência e segurança. A polícia continuou a repreender severamente a ação dos movimentos e moradores da ocupação, e dada suas proporções, foram grandes as dificuldades de organização de tantas famílias.

Proibidos pela polícia de continuar construindo as barracas, os militantes e moradores optaram por fazer uma barreira de barracos que impedisse a visão dos policiais, e então seguiram com as construções dos barracos terreno adentro.

“Construímos na frente aqui, tampamos a visão e estendemos umas barracas abaixo, para o lado do córrego, e abrimos para baixo mais ou menos umas 500 barracas, aí com 3 dias nós tinha 887 barracas dentro do Dandara!” (Joaquim, Militante do MST).

Segundo Lourenço (2014), a partir destas correntes, como os escudos para proteção dos moradores, foi delimitado o local de acampamento em uma área de 4.700 m², com média de 15% da parcela total do terreno. Esta era a parcela do terreno para que as famílias acampassem até que houvesse uma ordem judicial formal (de despejo ou de posse) da terra.

Portanto, durante quatro meses, as famílias habitaram esta pequena porção do terreno em situação bastante precária. Desde a falta de água e luz, o frio e vento nesta parte alta da cidade, até a dificuldade de saneamento básico no terreno, riscos de insetos e animais que pudessem transmitir doenças aos moradores, falta de privacidade e a própria insegurança de estar protegido apenas por uma lona.



Figura 1: Imagem de satélite da Dandara em 14 de junho de 2009.

Fonte: Google Earth (2/10/2015), adaptada por Beatriz Ribeiro Machado (2015).

Miranda (2012) conta que superada a ameaça de despejo inicial, os movimentos sociais junto aos advogados que apoiavam juridicamente a ocupação e a “rede de apoio” conseguiram suspender a primeira liminar de reintegração de posse. No entanto, o cerco policial continuava intenso. Durante meses as viaturas da PMMG cercaram todas as entradas da ocupação. Eram feitas rondas 24 horas por dia para garantir que os moradores não entrassem com material de construção na ocupação.

Ao considerarmos o discurso do Estado de que o terreno da Dandara está em posse da Construtora Modelo S.A, uma empresa privada, é intrigante pensar em todo este aparato público desprendido para fiscalizar a construção de barracos neste terreno. Pontos como esse são problematizados constantemente pelos moradores da ocupação.

Uma moradora, no decorrer das conversas que tive no território, conta que até na parte debaixo do carrinho de bebê eles tinham que esconder materiais para a construção. A polícia jogava fora os materiais que conseguia apreender e os moradores

durante a noite recuperavam este material para seguir com suas construções. Dentre estas conversas que tive oportunidade de acompanhar, muito se falou acerca da ronda e vigia dos moradores da ocupação, e o contingente de policiais colocados nesta função. Eles falavam que era “a polícia para vigiar trabalhador”.

Porém, a violência ultrapassava a fiscalização desmedida. Muitos são os relatos de violências físicas sofridas nesta fase da ocupação. Além das violências psicológicas, muitos moradores relataram que durante a madrugada os policiais colocavam músicas de teor pesado para assustar os moradores. Ligavam as sirenes e luzes da viatura, o que os impossibilitava de dormir, levando as famílias ao limite até que desistissem de ocupar.

Segundo Miranda (2012), parte desta violência também era encorajada pela sociedade que via com maus olhos a ocupação. Os moradores sofriam preconceito da vizinhança, do poder público e também da mídia que os acusava de “invasores” e “ladrões de terras”. O comércio local se negava a vender materiais de construção e produtos alimentícios aos moradores da ocupação, o que dificultava ainda mais a permanência e a construção dos barracos.

Neste cenário de tantas dificuldades surgiu uma articulação que deu origem à “Rede de Apoio e Solidariedade da Dandara”. Esta rede se formou a partir de uma demanda da CPT em relação ao fortalecimento da ocupação durante uma delicada etapa de conflito com a polícia e o judiciário. Suas bases eram de representantes da igreja católica, à qual a coordenadora desta atividade, Maria do Rosário Carneiro - que na época era freira -, articulou esta rede de apoiadores através de visitas e contribuições assistenciais às famílias.

Esta estratégia trouxe considerável visibilidade para o processo de luta por permanência das famílias no território. Posteriormente a rede expandiu para diferentes grupos e passou a receber apoio de diversas ONG's ao redor do mundo. A presença de profissionais de diversas áreas também foi importante nesta etapa de ocupação, e a rede de apoio aos poucos foi se tornando uma rede também de formação.

“Quem liderou a rede de apoio foi a Rosário! Na época ela era freira. A Rosário eu considero a mãe da Dandara porque ela é a mentora de todo o processo de organização interno e a rede de apoio” (Frei Gilvander, Representante da CPT).

“Então, foi muito interessante. Eu acredito que em boa medida, o despejo não aconteceu por conta dessa grande rede que se estruturou. Na verdade, nós chamamos a princípio a Arquidiocese. O Arcebispo mandou representante, todas as congregações religiosas que tinham esse compromisso, os apoiadores todos. E assim foi se constituindo uma rede e eu acho que não foi privilégio meu nem de uma ou duas pessoas, porque na medida em que nós fomos acionando as pessoas, umas foram chamando as outras e quando a gente se deu conta, a gente tinha um grande grupo que a gente passou a chamar de Rede de Apoio e Solidariedade da Dandara. E foi interessante, porque isso foi crescendo de modo que a gente passou a ter apoio até internacional. Vários países manifestaram, né? E aí a gente passou a fazer reuniões periódicas dessa rede de apoio dentro da comunidade” (Rosário, Advogada Popular e articuladora da Rede de Apoio).

No dia 12 de julho de 2009, ainda sob forte vigília policial, os moradores da ocupação, junto ao Frei Gilvander, movimentos sociais e redes de apoio traçaram uma estratégia original em relação à luta para que pudessem ocupar o restante do terreno. O dia da “descida” como denominam os envolvidos, foi um momento muito especial para os moradores, movimentos sociais e apoiadores.

Em uma novena, as famílias organizadas em nove grandes grupos, com mais de cem famílias cada, desceram o terreno em procissão. A polícia acreditava que as pessoas estavam rezando, porém, na verdade estavam ocupando o restante do território. “O povo de Deus pelo deserto andava”, como canta Frei Gilvander no aniversário de 7 anos da Dandara ao narrar este dia.

“(…) num domingo de manhã eles fizeram e começaram rezando e tal, e aí eles desceram fazendo uma procissão para o centro do terreno rompendo o cerco. A polícia no primeiro momento deve ter achado que era um evento religioso, que o povo estava rezar, só que na verdade o povo estava indo ocupar o resto do terreno, era romper o cerco. Na hora que eles chegaram no centro do terreno eles começaram a armar as barracas, e aí a polícia entrou. Na hora que a polícia entrou, o advogado - na época ainda era vivo o advogado Fábio Alves dos Santos-, chegou e foi conversar com a polícia e mostrar para eles que na realidade, naquele momento, os moradores estavam exercendo um direito que eles tinham conquistado no tribunal. Porque eles tinham o direito de ocupar todo o terreno!” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a ocupação Dandara).

“(…) descemos para ocupar, foi dia 12 de junho, foi dia dos namorados, não esqueço disso! Nós viemos para ocupar o resto do terreno, com coisa que estava fazendo uma oração, mas estava tudo combinado com Frei Gilvander e professor Fábio que era professor lá da PUC Minas, né? Aí nós viemos cantando as músicas religiosas e ocupamos o resto do terreno (...)” (Dona Ângela, Moradora da Ocupação e Militante das BP’s).

Este foi um marco na ocupação, visto que as famílias começaram a formar seus barracos e futuramente casas de Madeirit e alvenaria. As regiões eram divididas em nove grupos, dos quais dois moradores por grupo eram responsáveis pela área. “E aí

as coordenações tomavam conta de uma base de 100 famílias para cada coordenador e sortearam os nomes com 9 grupos, era até 10, mas aí um foi extinto, ficou 9! Formado por 18 coordenadores (...). E aí sortearam, alguém que por exemplo tomava conta daquela área, daquele grupo(...)" (Seu Orlando, morador da ocupação e militante das BP's).



Figura 2: Imagem de satélite da Dandara em 19 de junho de 2010.
Fonte: Google Earth (2/10/2015), adaptada por Beatriz Ribeiro Machado (2015).

Esta organização promoveu um processo de formação mais concentrado onde cada um dos grupos tinha reuniões semanais. Além das reuniões dos grupos, haviam assembleias ordinárias onde toda a comunidade participava, sendo também convocadas reuniões extraordinárias em caso de urgência. Nesta fase da ocupação os moradores já iniciavam as aberturas das ruas e as ligações de “gatos”, como eles mesmos denominam, ou seja, a vinculação de água e luz não formalizada pelo Estado.

A Ocupação passa então a vivenciar uma nova etapa de resistência. Iniciam em maior número os atos públicos, manifestações e protestos de modo a pressionar o governo municipal e estadual a ouvir a ocupação. Os atos públicos são uma forma de dissenso⁹ e resistência, onde os moradores e movimentos sociais demonstram para toda a sociedade suas demandas por direitos legítimos até então negligenciados pelo poder público.

⁹ Para a categoria dissenso ver Rancière (1996).

A resistência e luta através destes atos em locais estratégicos da cidade é uma maneira de pressionar o poder público a receber e negociar formalmente com os moradores da ocupação. É uma estratégia de se fazer ouvido pela mídia, sociedade e pelos governantes. Na história da ocupação, aponta Miranda (2012), foram realizadas diversas manifestações no centro de Belo Horizonte, quatro grandes marchas – cerca de 25 km a pé - de moradores em direção ao centro da cidade, dois acampamentos, sendo um na praça 7, no decorrer de uma semana, e outro de quatro dias em frente à prefeitura.

De acordo com Morado Nascimento (2016), as ocupações urbanas trazem em si o dissenso, visto que retiram do mercado imobiliário um espaço que seria mais um ativo financeiro de especulação. Para Marques (2011), estes atos de dissenso promovem uma forma de resistência, expressa em um processo de subjetivação política que se inicia no questionamento do real significado do “falar” e que promove uma reflexão do significado de ser interlocutor em um mundo comum, tendo o poder de definir e redefinir o que é considerado o comum de uma comunidade. Este é um processo de constituição de uma cidadania no que tange os moradores das ocupações e as lutas por eles travadas.

Segundo Rancière (1996), todos os conflitos e as batalhas travadas por sujeitos à margem da sociedade resumem-se à necessidade de provar que estes sujeitos falam. Porém, para que lutem contra as desigualdades sofridas, é preciso que eles entendam essa necessidade. E para isso é importante que sejam seres falantes com possibilidades assim como os demais. Entretanto, esta cena não é apenas a oposição de dois ou mais grupos, é a reunião conflituosa de mundos sensíveis: mundo dos que não falam e mundo dos que falam.

“A resistência para não ser despejado, então as reuniões, manifestações, as 5 marchas que a Dandara fez até o centro, enfim, tudo isso ganha uma importância maior do que a organização interna produtiva que é o que eu hoje chamaria da dimensão constituinte. Uma dimensão para além da esfera da resistência direta, do enfrentamento contra o Estado e o capital que chamaria dessa dimensão destituente. Destituente que é de enfrentamento de romper a cerca, de lutar contra a propriedade privada, lutar contra o Estado, de destituir o modo de apropriação territorial e controle territorial, mas o que que essa luta pode apontar numa dimensão constituinte de novas práticas, de novos modos de vida, de nova forma de se relacionar no território, é isso que tem me interessado mais!” (Joviano, Advogado Popular e Militante das BP’s).

Esse processo prático de formação política à qual as ocupações são chamadas é um vivência de formação política e reflexiva que vai além dos limites da ocupação. No decorrer dos atos que acompanhei pude ouvir a palavra de ordem: “Você aí parado também é explorado”. A falta reação destas pessoas, paradas ao ver a manifestação passar é surpreendida pelo ato de mobilização e até de reflexão a estes sujeitos que também fazem parte das camadas sociais exploradas e subjugadas pelo poder do capital.

O dissenso e formação envolvidos nestes atos, onde se é capaz de extrapolar as cercas da ocupação, escancara a voz destes moradores por vezes subjugados pelo Estado, e traz à tona o debate político por meio de resistência. O ato de parar o trânsito da cidade, o ato de gritar palavras de ordem, de ocupar os espaços comuns, é um ato de formação, inclusive para os demais que apenas observam, e de concretização do dissenso daqueles que lutam por seus direitos.

Muitas das vezes, a resposta do Estado era a violência policial. A dificuldade do Estado em lidar com o dissenso posto era respondida de duas maneiras: i) a total negligência da prefeitura, na figura do prefeito, Márcio Lacerda (PSB), que se recusava a negociar ou mesmo ouvir estas famílias; ii) a violência policial para dissipar os manifestantes com intuito de acabar com as manifestações.

O despreparo do Estado ao lidar com manifestações legítimas, não violentas, repletas de famílias, é uma demonstração da fragilidade democrática nas instâncias governamentais. Manifestações que passam por prisões arbitrárias, violência e provocações policiais, culminando na repressão da liberdade de expressão, ainda são comuns para determinadas camadas da sociedade. O dissenso se torna um grito dos silenciados e uma estratégia dos movimentos sociais para levar o debate acerca do direito à cidade, do *déficit* habitacional e da reforma urbana à esfera pública e ao espaço comum.

Seguindo esta linha de pensamento, no item seguinte discorro acerca de experiências vistas e contadas por moradores de ocupações. Há sempre a necessidade de frisar o caráter impotente do pesquisador, que ainda que busque a dor do outro, jamais será capaz de senti-la, quiçá, reproduzi-la de fato. No entanto, o desafio de discorrer com base nestes relatos repletos de sentimentos e vivências busca responder a um questionamento primordial: afinal, por que ocupar?

2.2. Por que ocupar?

“Quando estou na cidade tenho impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos(sic), almofadas de sitim(sic). E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar no quarto de despejo”

(Carolina Maria de Jesus)

Constantemente acompanhamos notícias de famílias inteiras que largam suas casas de aluguel, ou, em situações mais delicadas, saem das ruas, em busca de moradias através da ocupação de terrenos ou edificações que não cumprem a função social da terra. Este fenômeno diretamente ligado ao *déficit* habitacional e à segregação socioespacial que estas famílias vivenciam, os induz a uma perspectiva de luta pelo direito de fazer parte da cidade.

“Quem mora de aluguel mora em vários lugares! Casei, adquiri dois filhos, marido faleceu, morreu, e acabou que eu fiquei sozinha com meus dois filhos. Ai, pagando aluguel pesou demais para mim, foi onde eu optei entrar em ocupação! Porque quem paga aluguel não dá para curtir filho, estudar, porque na minha época não tinha bolsa escola, não tinha bolsa família igual eu tenho hoje. Porque na época que eu criei meus filhos não tinha nada disso, a gente tinha que morrer ali pagando aluguel com salário mínimo que não dava para pagar aluguel, alimentar, que eu sempre gostei que meus filhos alimentassem bem, e água, luz, então tudo pesava... Foi aonde que eu participei da ocupação!” (Dona Ângela, Moradora da Ocupação e militante das BP's).

A “cruz do aluguel”, termo muito utilizado pelos movimentos sociais no decorrer do processo de formação para ocupar, torna-se impossível de ser quitada mensalmente em cidades com alto custo de vida, como Belo Horizonte. Além dos valores exorbitantes, divisores sociais como burocracias ligadas a fiadores de imóveis e renda, limitam as possibilidades de moradia de muitos trabalhadores que não possuem salários elevados ou parentes/fiadores com imóveis quitados.

São muitas as razões que levam ao extremo de ocupar, e quando digo extremo me refiro não apenas às condições estruturais do espaço, mas às dificuldades de convivências com famílias até então desconhecidas e a mudança para bairros muitas vezes afastados daquele ao qual estão habituados.

A todos esses percalços somam-se a violência policial e social que estes sujeitos sofrem. A dificuldade de conseguir emprego por não ter endereço, o

preconceito social por ser morador de ocupação, e a invisibilidade perante o Estado no que diz respeito aos seus direitos são alguns dos desafios diários na vida destas famílias.

(...) primeira coisa que eles perguntam, vocês precisam de que aí? A gente já vai logo fala: saneamento básico em geral, água, luz, rua, asfalto, calçamento, hospital... hospital não, posto médico! Saúde pública, segurança pública (Felter, Morador da Ocupação e militante das BP's).

Acesso aos serviços básicos como a educação infantil são negados, dada à falta de comprovantes de endereços, ou mesmo o preconceito com relação a essas crianças provenientes de áreas ocupadas. Quando não são entraves burocráticos, são dificuldades estruturais onde o governo não consegue atender esta nova demanda de famílias. A saúde passa pelas mesmas dificuldades. É necessário travar mais uma luta para receber atendimentos adequados em postos de saúde da região. A ausência do comprovante de residência torna esses sujeitos invisíveis.

“(...) a cidade com todas as suas mazelas, falta de moradia, você ter uma conta de água que é cara, ter a Cemig que você tem que pagar, mas que nem a Cemig e nem a Copasa não ligam, porque aquilo ali não está reconhecido enquanto lei do uso do solo pelo município. Você não está cadastrado, não tem direito ao Correio levar uma carta para você lá, você não tem direito a participar do posto de saúde” (Sãozinha, Membro da RECID).

A estrutura básica de água, luz e esgoto não são providenciados pela prefeitura e os moradores vivem em situações de constante risco de saúde. A necessidade de energia leva ao “gato”, que por sua vez traz riscos aos barracos de lona ou Madeirit, com seus fios improvisados para manter um mínimo habitável nestes espaços. Na comunidade Dandara, duas crianças vieram a óbito decorrente de incêndio.¹⁰

A ausência do Estado e até o total descaso ao atendimento de direitos básicos, desde a falta de moradia até a negligência às ocupações, gera incontáveis vítimas. O trabalho formal é negado às mães e pais que não possuem endereço, assim como o acesso à escola, saúde, assistência básica. A realidade vivenciada é de luta e resistência, todos os dias, para se manter debaixo de uma casa, ainda que em condições precárias.

“Porque quando você paga o aluguel, minha fia, você, muitas das vezes, tira da boca da sua família para pagar, porque eu já fiz isso! Hoje está todo mundo aí, é bom demais!” (Dona Ângela, Moradora da Ocupação e militante das BP's).

¹⁰ Beatriz e Estefânia são duas irmãs de 6 e 7 anos, moradoras da ocupação Dandara, que faleceram queimadas no barraco de 4 metros quadrados da família no início de 2010. Atualmente, a rua onde as irmãs moravam é homenageada com seus nomes.

Como o processo urbano é o principal canal de utilização do excedente e capital, estabelecer uma administração democrática constitui o direito à cidade (HARVEY, 2012). A luta por moradia se apresenta como a última tentativa de trazer um teto a essas famílias. O direito à cidade se afirma como sendo um apelo, uma exigência (LEFEBVRE, 2001). Porém, ele é negado aos sujeitos que são colocados à margem da sociedade e, ainda, a luta pela reforma urbana é criminalizada pelo Estado.

O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Aliás, com frequência, não se trata de um direito individual uma vez que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas cidades e a nós mesmos é, eu quero argumentar, um dos mais preciosos e dos mais negligenciados dos nossos direitos. (HARVEY, 2013, p. 28).

Sendo o direito à cidade uma das principais agendas dos movimentos urbanos de resistência, esta reivindicação está para além da visita/retorno à cidade ou mesmo o desejo de acesso. Conceituado por Lefebvre como direito à vida urbana, é o direito de mudar a cidade ou, dito de outra forma, o direito de decidir sobre a cidade que se quer (HARVEY, 2013).

Os movimentos sociais propõem-se a esse processo catalizador de direitos ao suprir, ainda que de maneira precária, a ausência do Estado junto a essas famílias.¹¹ Segundo Lourenço (2014), a ocupação urbana é considerada pelos movimentos sociais uma ação política de massas ou mesmo um trabalho de base. Na prática, os Movimentos Sociais pretendem promover a formação política das camadas excluídas do direito à cidade, a partir da proposta de autonomia e empoderamento destes setores da sociedade.

Em se tratando do Brasil, como apontam Mayer e Assis (2008), inegavelmente a reforma urbana avançou, levando o país a uma posição de vanguarda quanto à previsão de instrumentos legais que asseguram o direito à cidade. São exemplos o: i) capítulo da Política Urbana, na Constituição de 1988 (arts. 182 e 183); ii) a promulgação do Estatuto da Cidade e da Medida Provisória n. 2220, em 2001; iii) a

¹¹ Nesse ponto lanço mão da futura discussão presente no capítulo 4 deste trabalho: Os Movimentos Sociais possuem também o papel de manter valores capitalistas entre moradores de ocupações? Seriam revolucionárias ou reformistas as ocupações urbanas?

criação do Ministério das Cidades, em 2003 e; iv) a instituição do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, em 2006.

O Estatuto da Cidade foi um importante avanço, pontuam Mayer e Assis (*op. cit.*), fruto da luta dos movimentos urbanos nas décadas de 1970 e 1980, especialmente no período da crise inflacionária. Porém, infelizmente, as maiores conquistas previstas no Estatuto (IPTU progressivo no tempo; parcelamento ou edificação compulsório; desapropriação por descumprimento da função social; concessão do direito real de uso; etc.) continuarão sendo ignorados e subestimados enquanto os possíveis e verdadeiros agentes de força e transformação não se apropriarem devidamente do seu conteúdo e lutarem por sua implementação.

Diante de tamanha contradição, como argumenta Mayer e Assis (*op. cit.*), é urgente a não restrição das reivindicações a novos empreendimentos imobiliários financiados pelo Estado. Ao constatar que “há muita gente sem casa e muita casa sem gente”, faz-se necessário exigir que os imóveis não cumpridores de suas funções sociais, fechados por mais de ano, sejam desapropriados para fins de moradia popular.

Em se tratando dos movimentos sociais que articulam as demandas destes atores, Lourenço (2014) evidencia a importância de compreender a ocupação não como um espaço invadido, mas sim ocupado. Ao utilizar o termo invasão, associa-se a um ato ilegítimo, ligado a tomada de terra por meio da força, desrespeitando regras tácitas de convívio entre indivíduos. A ocupação é uma forma de resistência, seja ela organizada ou espontânea, à qual os sujeitos lutam por seu direito de moradia.

Moradia que também possui um valor significativo enquanto categoria adotada pelos movimentos sociais. Este termo “moradia” possui um peso político que o difere de “casa” ou “unidade habitacional”. Morar, como tantas vezes narrou Seu Orlando, morador da ocupação, é algo que ultrapassa o ato de possuir uma residência. Morar é ter seus direitos de acesso a serviços resguardados pelo Estado. “A gente não quer casa, já expliquei para o pessoal que está em processo de formação, não é pedir casa, é pedir moradia. Casa o governo faz um programa aí e constrói, mas moradia é diferente”.

Esta categoria simboliza toda a luta dos moradores e dos movimentos sociais pelo direito à cidade. É compreender o sujeito como sujeito de direito, e não apenas depositá-lo em uma unidade habitacional, normalmente em regiões periféricas, sem sequer assegurar seu acesso à saúde, educação, segurança, transporte, lazer, autonomia e cidadania de decisão nos direcionamentos dados para a cidade onde vive.

Morar também possui uma distinção em torno de programas governamentais de acesso a unidades habitacionais. O programa “Minha *casa*, minha vida”, por exemplo, direciona seus recursos a garantir casa para famílias em determinadas faixas de pobreza, sem maiores preocupações com o local para onde a família será transferida, o tamanho das famílias em relação a estas unidades, o espaço de sociabilidade que pode não se formar nestes locais, entre várias outras questões.

São programas, em essência, direcionados a grandes empreiteiras que assumem obras milionárias e possuem total poder de decisão acerca dos modelos e processos a serem desenvolvidos no decorrer das construções. Segundo Nascimento (2014), o maior estímulo que esse programa tem dado ao mercado imobiliário é a geração de uma forte especulação de imóveis nas cidades médias e grandes centros urbanos do país, o que significa o encarecimento do solo urbano, dos imóveis e dos aluguéis.

Programas como este são impostos em um modelo “top down” ou “de cima para baixo”, não sendo ouvida a voz dos que mais deveriam ter direito de opinião, ou seja, os moradores. Deste modo, os movimentos de luta por moradia fazem esta importante distinção entre estes termos e a categoria “moradia”. Os processos de formação abrangem esta significativa valorização do termo empregado, especialmente nas mesas de discussão com o Estado.

Portanto, como estratégia de (in)formação, desde os primeiros passos que dei na ocupação, os moradores já me inteiraram deste importante emprego da palavra moradia, compreendendo como um símbolo da reforma urbana e do direito à cidade e uma forma de resistência aos grandes projetos imobiliários que se distanciam do real sentido do morar.

As ocupações urbanas, Morado Nascimento (2016), dão visibilidade a esta vida urbana que se quer, sendo a cidade *per se* e não o fragmento socioespacial independente de uma ilegalidade que lhe confere existência. As ocupações que constituem as cidades existem em razão do exercício amplo do direito dos moradores de mudar a cidade quando resolvem ocupar um terreno, de forma organizada, e, por conseguinte emergirem uma rede de atores sociais (ativistas, organizações civis e grupos de universidades), formando uma ação política coletiva efetivada por um desvio na forma em que a cidade se constrói.

2.3. “Muita casa sem gente, muita gente sem casa”: *Déficit* habitacional e “Minha Casa, Minha Vida” na RMBH

Para compreender os aspectos estruturais que fundamentam a ocupação Dandara, localizada em território considerado urbano, lanço mão da discussão acerca do *déficit* habitacional na cidade de Belo Horizonte. Outro importante tema que se apresenta é a agenda dos movimentos sociais e organizações políticas em prol da luta pelo direito à cidade e reforma urbana. Para tanto, consciente da impossibilidade de se esgotar a temática em torno destes tópicos, busco elencar alguns dados atualizados que considero importantes na tentativa de situar o leitor sobre alguns importantes aspectos deste trabalho.

Porém, antes, compreender as desigualdades por onde Belo Horizonte foi planejada é de grande relevância para analisar as desigualdades que se reproduzem hoje na cidade. O antigo Curral Del Rei, pertencente à comarca de Sabará, em 1897 é atropelado pelo sonho de construir-se uma nova capital para a então província de Minas Gerais. De acordo com Fernandes (2017), na historiografia geral são apontadas semelhanças entre o planejamento do arquiteto Aarão Reis, responsável pela Planta da Cidade de Minas, e suas precedentes: a cidade de Washington D.C, do arquiteto L'Enfant (1791), a expansão de Barcelona, por Ildefons Cerdá (1859), e as reformas de Haussmann em Paris. Tanto na planta quanto na descrição de Aarão Reis, fica claro o destaque dado a uma das avenidas, a atual Avenida Afonso Pena. Esta foi projetada como centro obrigatório da cidade, e forçou a população a desenvolver-se em direção aos entornos do plano, a periferia.

Como aponta Fernandes (*op. cit*), já com claros traços higienistas e hegemônicos, Aarão Reis planejou, assim como em Barcelona, lógicas sociais desiguais que resultaram na ocupação hierarquizada do território. Estas lógicas estavam há muito enraizadas na mentalidade dos detentores do poder da época de modo a favorecer alguns em detrimento de outros. Logo nos primeiros momentos a desapropriação de toda a área estudada foi autorizada pelo Estado, e assim levada a cabo pelo engenheiro-chefe com profundo ressentimento e desrespeito à população do arraial. As casas foram esvaziadas de seus moradores a partir de suas expulsões para que passassem a ser ocupadas pelos funcionários da Comissão Construtora desta “nova cidade”. Desta maneira, logo de início, surge a periferização das populações mais pobres.

Houve reservas de lotes e quadras para o Estado, como conta Fernandes (*op. cit*), o que futuramente propiciou certa especulação nestas áreas planejadas. Acrescenta-se ainda que apenas uma parte do desenho deveria ser executada de início, sendo o restante da cidade ocupada posteriormente. Este projeto inicial da capital possuía como base uma população de 200 mil habitantes. Tal circunscrição reflete diretamente em sua forma física. Em função desta base populacional, Aarão Reis projeta uma avenida perimetral - a atual Avenida do Contorno – onde se fixa uma barreira para a Zona Urbana.

A cidade então, aponta Fernandes (*op. cit*), transbordara a malha inicial. O arraial cresce de fato ao longo da Avenida Afonso Pena, como pretendido por Aarão Reis, porém vai muito além, crescendo para fora desta delimitação de Zona Urbana. O que se reproduz nos dias atuais na dinâmica social da cidade a partir do aumento do número de ocupações de terrenos no município e RMBH.

Ao analisarmos o atual quadro das grandes cidades brasileiras, nos deparamos com uma paisagem que abriga diversos modos de morar, desde condições econômicas privilegiadas até as mais miseráveis. Desta maneira, por um lado há um privilégio incorporado pelas estruturas urbanas formais; e por outro, a pobreza explicitada nas ocupações informais. No entanto, instituições públicas nacionais e internacionais diminuem tal antagonismo socioeconômico, retratado espacialmente ao problema denominado *déficit* habitacional (MORADO NASCIMENTO; BRAGA, 2009).

Boulos (2014) pontua que dentre os diversos problemas sociais existentes no Brasil, a falta de moradia é um dos mais sérios, estando o país entre os possuidores de maior *déficit* habitacional do mundo. Em Minas a Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH é composta por 34 municípios, com uma população de 5.873.841 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2016)¹². É a terceira maior aglomeração populacional do país, e ocupa a posição 88º no mapa mundial.

Entretanto, a cidade de Belo Horizonte cresce seis vezes menos que seu entorno, sendo sua população calculada em menos de 1 milhão e meio de habitantes. Um ponto que contribui consideravelmente para essa realidade se deve ao polo industrial que compõe a RMBH. Com forte adensamento da indústria automobilística em cidades do entorno de Belo Horizonte, como Betim e Contagem, a população que trabalha para esta malha industrial constrói a vida no entorno destas empresas.

¹² Fonte: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>

Este é outro ponto essencial na compreensão do *déficit* nas metrópoles. Os baixos salários sustentam esta industrialização que cresce pelas bordas das cidades levando famílias inteiras a um inevitável processo de moradia em regiões periféricas dos municípios.

De acordo com Canettieri *et. al* (2013) a distribuição deste *déficit* habitacional por faixas salariais é útil para uma comparação entre o adensamento das moradias desocupadas e a distribuição dos grupos carentes de habitação no território metropolitano. O urbano, aponta Canettieri e do Vale (2015), foi tornado mercadoria através de um intenso processo de sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso da cidade. Essa mercadoria é estranha ao trabalhador que a produz, assim como a cidade que é produzida coletivamente, porém, apropriada de forma privada. Acontece, então, no urbano, a separação de classes.

Na organização social da separação do trabalho o capital passa a se materializar no urbano, seguindo os mesmos padrões. Então, a partir da contradição social entre capital e trabalho ocorre, de modo exposto no espaço urbano, a criação do centro e da periferia (Lefebvre, 1981 *apud* Canettieri e do Vale, 2015). Esta expressão da desigualdade é observada no processo/projeto de segregação espacial. As cidades demonstram em sua cartografia socioespacial o funcionamento de diversos mecanismos que atuam na reprodução da desigualdade entre as classes. Como consequência, aponta Canettieri *et. al* (2013), em Belo Horizonte, por exemplo, o *déficit* habitacional se concentra em regiões onde a renda da população é igual ou inferior a 3 salários mínimos, ao passo que, um grande número de unidades inutilizadas se localiza em áreas ocupadas por famílias com rendimentos acima dessa faixa salarial.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro (2016), Minas Gerais é a segunda unidade da Federação com maior *déficit*. Em 2013, o *déficit* habitacional no estado era de 493 mil unidades; em 2014 aumentou para 529 mil unidades. De fato, assim como em outras instâncias (saúde, educação, etc.), a iniciativa privada, tampouco o Estado foram capazes de suprir o *déficit* habitacional (nem suas implicações) na região metropolitana de Belo Horizonte.

Estes dados são obtidos a partir do período de vigência do Programa “Minha Casa Minha Vida”¹³ - PMCMV - que apesar de um programa público, foi desenvolvido

¹³ No decorrer de minha experiência em campo conheci uma faceta deste programa que até então não havia tido contato. Nas capitais o programa se dá de maneira ainda mais arbitrária. Os terrenos doados às grandes empreiteiras, que de fato lucram com o programa, são terrenos de ocupações ou locais fora

por construtoras privadas -, e como visto não são eficientes a ponto de superar esta conta que não fecha. De acordo com Rolnik (2015), o PMCMV foi lançado em março de 2009 pelo Governo Federal, durante a gestão do presidente Lula. A principal finalidade anunciada a partir do programa era de contribuir para a redução do *déficit* habitacional no país por meio da concessão de incentivos à produção e compra de novas unidades habitacionais.

Em sua primeira fase, como pontua Rolnik (*op.cit*) instituída entre os anos de 2009 a meados de 2011, estabeleceu-se como meta a construção de um milhão de novas moradias. Já em sua segunda fase, iniciada em meados de 2011 com previsão de se estender até o final de 2014, dobrou-se a meta da primeira fase, com uma expectativa de construção de mais dois milhões de unidades habitacionais.

Segundo Rolnik (*op. cit*) o modelo adotado possui inspiração em políticas habitacionais que já estavam sendo implementadas em outros países Latino Americanos, como México e Chile, desde os anos 1980.

Em linhas gerais, essas experiências promoveram um modelo de inclusão pelo consumo, em que a moradia para a população de baixa renda deve ser ao mesmo tempo uma mercadoria a ser acessada por meio de relações de mercado e uma oportunidade de negócio para empresas privadas (ROLNIK, 2015 p.131).

O desenho do programa, como aponta Rolnik (*op.cit.*), é um fator determinante na reprodução do padrão periférico da moradia desta população de baixa renda no Brasil. O protagonismo das construtoras na proposição de projetos e, principalmente, na seleção de terrenos, relega a inserção urbana dos empreendimentos a uma secundária posição de relevância, senão inexistente. Ainda que alguns municípios assumam um papel mais ativo no decorrer do processo de planejamento da oferta de habitação popular e também na alocação de terrenos para essa finalidade, o PMCMV consolida um modelo em que a oferta de habitação se torna fundamentalmente um negócio, sendo orientada por uma lógica onde a maximização dos ganhos das empresas se é a principal condicionante do modo como os terrenos serão escolhidos e de como os projetos são elaborados.

A escolha dos terrenos pelas empresas, como afirma Rolnik (*op.cit*), é um fator determinante para a taxa de retorno do empreendimento. Esta escolha segue uma equação complicada, sendo condicionada por variáveis como: o custo do metro

da cidade. Os moradores da Dandara chamam os apartamentos de “puleiros”, dado o tamanho dos apartamentos, e contam que sequer a ordem de chamada do programa é respeitada.

quadrado; as exigências estabelecidas na legislação em relação ao acesso a redes de infraestrutura; equipamentos; serviços, etc. Dito de outro modo, devem ser periféricos o bastante para minimizar a porcentagem do capital investido no terreno, porém, não distantes que não possam atenderem às exigências mínimas para a aprovação de uma operação, ou mesmo demandarem custos adicionais com a expansão de redes de infraestrutura básica.

A partir desta equação surgem os despejos de ocupações que se instalam em terrenos que não cumprem sua função social. As empresas, interessadas em obter os terrenos por melhores preços e condições, encontram nas ocupações uma maneira de unir estas demandas. O Estado faz o papel de despejar as famílias de territórios imensos, com a promessa de construir prédios projetados e planejados pelas construtoras. Muitas destas famílias se veem na rua, sem condição de se sustentar, e sem acesso de fato ao programa que promete tais moradias. As listas de acesso são imensas, cheias de questionamentos em relação a sua idoneidade, e isso quando o projeto é de fato concluído.

Para Morado Nascimento (2016), mesmo que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PMBH demonstre esforços na tentativa de viabilizar quantitativamente o PMCMV, abarcada pelo discurso da redução do *déficit* habitacional, os interesses econômicos e argumentos políticos acabam sobressaindo diante das necessidades habitacionais dos moradores de baixa renda. As contradições em torno da produção da cidade – desde as políticas habitacionais até as ocupações urbanas – são fruto, em grande medida, ao desenvolvimento desta dinâmica especulativa presente no mercado imobiliário da RMBH.

Isso posto, colocam-se em cheque as premissas sociais do PMCMV uma vez que sua produção se atrela mais ao mercado imobiliário. Repete-se a lógica de “pobres no lugar de pobres”, determinada pela implantação de grandes parcelas populacionais dos contemplados pelo PMCMV/FAR nas áreas menos valorizadas da cidade. Além disso, o PMCMV tem prevalecido financeiramente e politicamente diante de outras ações historicamente construídas, como regularização fundiária, urbanização de favelas e assentamentos precários, crédito à autoconstrução, assessoria técnica, melhorias habitacionais, locação social, todas necessárias para a construção de uma ampla e democrática política habitacional (MORADO NASCIMENTO, 2016, p.160 a 161).

Sendo assim, o surgimento das inúmeras ocupações urbanas na RMBH nos últimos anos – entre elas a Dandara – decorre em grande medida a esse descompasso entre oferta e demanda por moradia. Esse movimento (re)viabiliza moradias para cerca de 12.000 famílias, numa clara demonstração de que também as ações do poder

público são, até então, incipientes, como por exemplo na tentativa de implementar PMCMV nas metrópoles (FERRARI LIMA, *et al.* 2014).

De acordo com Morado Nascimento e Braga (2009), esta noção de *déficit* habitacional como número que deve ser quantitativamente superado perde seu valor na medida em que aprofundamos o assunto. Há no país atualmente um estoque de mais de seis milhões de domicílios vagos. Essa estatística reforça o argumento da desigualdade presente ao revelar não apenas a má distribuição das moradias - decorrente da atuação dos agentes do mercado privado -, como também o baixo poder aquisitivo dos pobres no que tange o acesso ao estoque habitacional adequado.

O *déficit* habitacional é uma questão social, onde a falta de acesso é diretamente ligada aos interesses mercadológicos. Imóveis em situação adequada para moradia são caros e seu acesso é burocrático para as camadas mais pobres da sociedade. E mais que isso, estes imóveis são tratados como ativos financeiros, tendo por consequência muitas casas desocupadas, onde os donos preferem ver seus imóveis deteriorados pelo desuso a vendê-los ou alugá-los por preços mais acessíveis. Consequentemente são muitas as famílias que vivem nas ruas, ou em moradias insalubres.

Já argumentava Engels (2015), em 1873, que essa escassez de moradia não é peculiar à sua época, ela atingiu todas as classes oprimidas, anteriores a este século, e de modo bastante homogêneo. Esta realidade, segundo Boulos (2014) traz à tona a questão da desigualdade social, uma vez que o Estado não consegue cumprir seu dever em garantir a todas as pessoas as mesmas condições e serviços, independente da região ou do bairro onde moram. Consequentemente, quem mais sofre os impactos negativos destas profundas desigualdades sociais são os trabalhadores mais pobres, aqueles que moram nas regiões periféricas e nos bairros mais precários das cidades.

Segundo Morado Nascimento (2016, p.146), “estamos imersos em uma crise urbana que é cotidianamente agravada”. Esta crise se intensifica seja pelo padrão periférico das cidades, pela vinculação do capital imobiliário ao financeiro, pela ausência de mobilidade política ao se tratar da reforma urbana, pela imposição da propriedade privada, pela ineficiência do judiciário, ou pela associação Estado-capital e seus discursos estrategicamente construídos.

Em Belo Horizonte, segundo Ferrari Lima (2014), o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) mapeou as áreas vagas do município, (sendo algumas de propriedade do poder público) e com possibilidades de destinação para habitação social (áreas em loteamento regular pouco ocupado; lotes vagos dispersos e áreas em

loteamento irregular pouco ocupado). O total encontrando foi de aproximadamente 13.522.952,63 de metros quadrados (m²), capazes de viabilizar 318.743 novas unidades habitacionais.

Ainda de acordo com Ferrari Lima (*op. cit.*), em meados de 2009, havia na capital mineira apenas quatro assentamentos urbanos, horizontais e verticais, que abrigavam 1.470 domicílios. Já em 2013 a cidade registra oito ocupações organizadas com cerca de 2.600 famílias, sendo um total de aproximadamente 10 mil pessoas, entre estas ocupações a Dandara. “Essas Ocupações apontam para a urgência de uma política habitacional efetiva que garanta o acesso à terra e à habitação para a população de baixa renda” (FERRARI LIMA *et al.* 2014, p.15).

Este aumento das ocupações urbanas na região metropolitana reflete a necessidade objetiva do crescimento da luta pela moradia e o direito à cidade em Belo Horizonte. Em decorrência do *déficit* habitacional e das numerosas desigualdades espaciais nos centros urbanos, a luta por moradia adequada é impulsionada e uma nova perspectiva de divisão do espaço se faz presente. Os movimentos sociais, que problematizam estas discrepâncias existentes nas cidades, passam a ter um papel protagonista na organização dos sujeitos em torno do direito à moradia.

Ainda que estes sujeitos planejem e ocupem territórios de maneira organizada internamente, muitas vezes sem apoios externos, os movimentos são acionados para a defesa jurídica e política destes espaços em situações de despejo. Deste modo, para Morado Nascimento (2016), se faz urgente reconhecer os movimentos de resistência que, contrários a um modelo hegemônico neoliberal vigente, paulatinamente vêm construindo outras ações práticas e políticas, baseadas essencialmente no direito à moradia e à cidade. A construção de uma cidade onde todos tenham acesso, não apenas ao direito de morar, mas também, e principalmente, ao direito de fazer parte desta cidade.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS E O RURURBANO: A Dandara como agente da união entre a Reforma Agrária e a Reforma Urbana

A forma¹⁴ ocupação rururbana se apresenta como precursora na cidade de Belo Horizonte por diversas razões. Uma delas é o desafio de unir movimentos sociais que atuam em campos considerados distintos e que nem sempre dialogam. Contar a história da ocupação é narrar os planejamentos e os desafios da articulação promovida por movimentos sociais do campo e da cidade. A união do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Brigadas Populares é o principal aspecto trazido neste capítulo.

A Dandara surgiu em meio ao desafio de ocupar um território na RMBH sem abrir mão da produção de alimentos e da autonomia da comunidade. A intenção dos movimentos era que a ocupação possuísse produção própria em atividades cooperativas de: padaria, serviços mecânicos e da construção civil, artesanato e agricultura. A proposta era de unificar as lutas em prol das famílias que necessitam não só morar, mas também se alimentar e se manter financeiramente.

A atuação política destes movimentos se mistura ao cotidiano das famílias até os dias atuais. Ao articular atos políticos, festas e todo movimento de resistência, todo este fluxo campo e cidade, rural e urbano, trabalham lado a lado na tentativa de consolidar o território Dandara. A experiência do MST e da CPT nas resistências e articulações são complementadas pela experiência construída (ou em construção naquele momento) das Brigadas Populares em lidar com questões tão específicas (como tráfico, prostituição, segurança, deslocamento, etc., itens citados pelo MST durante as entrevistas) de regiões urbanas e de grande adensamento populacional.

O movimento agrário e o movimento urbano se tornam, enfim, temas a serem trabalhados de maneira complexa e interligada. Ainda que seja inevitável a dificuldade em unificar bandeiras - que por vezes possuem direcionamentos distintos -, a mobilização que a união destes ideais possibilitou deve ser descrita.

O debate sobre o rural e urbano, assim como a apresentação do conceito rururbano, baseado na autonomia e união do campo e da cidade são discutidos neste

¹⁴ Faço alusão ao uso do termo “forma acampamento” da autora Lygia Sigaud (2000), por ser a condensação de uma estratégia elaborada pelos movimentos sociais a partir de suas experiências e pela dimensão simbólica e de legitimidade contidos no ato de ocupar.

capítulo tendo como pano de fundo os movimentos sociais e suas demandas que se unem em prol deste fluxo. Este trabalho não possui um caráter avaliativo, mas sim narrativo sobre o que vem a ser rururbano e suas implicações, compreendendo que este modo de vida não pode ser demarcado/delimitado/engessado em um modelo pré-definido.

Portanto, a Dandara não será definida taxativamente como sendo ou não rururbana. Pretendo contribuir para o debate acerca das fronteiras e dos fluxos existentes entre estes limites pré-estabelecidos (como rural ou urbano), ao narrar a história da comunidade que nasce da união de três movimentos sociais e seus ideais de moradia que questionam: existem modos de vida para além dos existentes nas cidades constituídas?

3.1. MST, CPT e Brigadas Populares: A gestação do debate rururbano em Belo Horizonte

*Aqui é assim, tudo que plantar dá...
Se eu plantar nesse cimento nasce um pé de couve!*
(Seu Orlando – morador da Ocupação Dandara)

Contar a história da Dandara, “por anos considerada o maior conflito social urbano de Minas Gerais” (Joviano, advogado popular e militante das BP’s), é essencial para a construção deste trabalho. Para isso, retorno aos meses que precederam o dia 9 de abril de 2009, data da ocupação do terreno onde hoje se localiza a Dandara. Neste recorte temporal, se iniciaram os planejamentos acerca da ocupação e a importante parceria constituída entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as Brigadas Populares e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

“Então, antes, 1 ano antes da Dandara nascer, nós começamos a discutir com o MST de Minas, principalmente com a Brigada metropolitana do MST que era a brigada Aiara Van Berg” (Joviano, Advogado Popular e militante das BP’s).

Durante estes meses, onde “a Dandara foi gerada” (Frei Gilvander, entrevista agosto 2016), a união destes movimentos de luta por moradia, no campo e na cidade,

inspirados nas *Comunas*¹⁵, (o Assentamento Tomas Balduino, na cidade de Franco da Rocha – SP), vivenciou o conceito rururbano desenvolvido no Brasil pelo MST.

Durante a busca por trabalhos acadêmicos que abordassem o conceito rururbano não encontrei referências na literatura brasileira, apenas na literatura latino-americana de língua hispânica, como Argentina e Colômbia. Nestes trabalhos a definição de rururbano é dada como

La idea de espacio rururbano puede asociarse a la de continuo rural urbano desarrollada por antropólogos como Redfield o Lewis, quienes contribuyó a matizar la dicotomía que se expresa a través de la oposición de esta dos categorías. Desde el punto de vista del análisis territorial, se han intentado establecer diferentes categorías dentro de este continuo que permitiesen ubicar, en un extremo, al espacio claramente urbano y en el otro al espacio indudablemente rural (BARROS, 1999, p.52).

Entretanto, no Brasil o conceito rururbano é desenvolvido pelos movimentos de reforma agrária, em especial MST e a CPT (esta última a partir da ocupação Dandara). Atualmente, outros movimentos, como o movimento urbano (MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) trabalham essa perspectiva de ocupação rururbana, na Ocupação Manoel Aleixo, localizada na cidade de Mário Campos, RMBH, que ocupou o terreno no dia 1º de maio de 2017¹⁶.

Neste trabalho, dada sua característica de narrar as categorias que emergem dos movimentos e moradores envolvidos, incorporarei durante toda a dissertação as definições concedidas durante as entrevistas das lideranças. Os sujeitos envolvidos no

¹⁵ A Comuna da Terra foi elaborada com a proposta de ser uma forma de assentamento em que haja infraestrutura, acesso à informação, tecnologia etc. Em que haja também uma organização espacial que propicie uma maior centralidade. Enfim, a Comuna da Terra é elaborada de forma a ter um caráter mais urbano que os assentamentos convencionais. No entanto, ela não se enquadra como espaço urbano/rural a partir de imprecisões ou transições. Não constitui um espaço em transição do rural para o urbano. É um espaço que se propõe a ser rural, posto que de reprodução do modo de vida camponês, e urbano, ou com elementos do urbano, posto que demanda os benefícios que a urbanidade criou ao longo dos séculos (Goldfarb, 2007).

¹⁶ A Ocupação Manoel Aleixo sofreu na manhã do dia 1º de maio de 2017, numerosas ameaças pela Polícia Militar de Minas Gerais que chegou ao território exigindo a imediata saída das famílias. À medida que as horas foram passando, o clima de tensão aumentou. Por volta de 11 horas, sem nenhuma autorização judicial de reintegração de posse e desconsiderando os apelos de diálogo feitos pelos advogados, a PM, sob o comando do tenente Veloso, jogou bombas de gás e spray de pimenta nos moradores e invadiram a área, com toda truculência possível para intimidar e retirar as famílias do terreno. As famílias resistiram pacificamente e mostraram que estavam dispostas ao diálogo. Porém, a Polícia Militar ignorou os apelos e partiu para cima, utilizando todo o seu aparato, inclusive atirando balas de borracha. Neste momento, uma das balas foi disparada à queima-roupa contra a adolescente Nathaly Gabrielle da Silva (Gabi), de 14 anos, moradora da comunidade Eliana Silva, militante da UJR, quebrando seus dentes e desfigurando seu rosto. Segundo todos os que presenciaram a cena, o policial atirou para matar. Gabi foi encaminhada para o Hospital João XXIII, no Centro de BH, passou por cirurgia e está reagindo bem. Uma vigília foi organizada no local e reuniu dezenas de pessoas, que acompanharam sensibilizadas e revoltadas com tamanha brutalidade (ALVES, 2017).

processo de idealização da ocupação e logo, do modelo rururbano, são as principais vozes que explicitam as definições planejadas para a concepção rururbana.

Ainda assim, muitos me perguntam, mas não seria Rurbano? Não, não é rurbano, não se trata de um equívoco e nem de uma releitura conceitual. Rurbano é uma categoria analítica sociológica que possui trabalhos acadêmicos dedicados a seu desenvolvimento. Rururbano é uma categoria nativa, um novo aspecto/termo com força de prática que surge a partir dos movimentos envolvidos; é o ideal de um modo de vida *rururbano*.

Dandara nasceu do encontro de dois sonhos ousados. Do sonho dos militantes das Brigadas Populares em construir uma ocupação diferente, que pudesse gerar uma experiência que encantasse, que servisse de exemplo para repensar a cidade; do sonho do MST em unir o campo e a cidade, desfazendo as fronteiras que geram um distanciamento entre as lutas por terra em todo Brasil; e dos sonhos de centenas de famílias em ter uma terra para construir uma comunidade diferente para viverem (MIRANDA, 2012, p. 60).

As reuniões aconteciam na casa dos próprios militantes e uniam os movimentos: MST e Brigadas, junto à CPT e o Fórum de famílias do Barreiro. “Isso, foi 6 meses a cada 15 dias na casa do Pedro Otoni, no Frei Gilvander no Planalto, na Conceição. E nós sempre fazia uma reuniãozinha entre o grupo das Brigadas, a CPT e o MST para se planejar. Quando chegamos num consenso, olha vai ser tal dia, aí nós já estávamos com a área na mão, organizada a área”, conta o militante do MST, Joaquim.

A trajetória destes três movimentos provém de origens distintas entre eles. A Comissão Pastoral da Terra, por exemplo, nasce em 1975 durante o “Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia”, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam¹⁷. A CPT nasce com fortes vínculos com a igreja católica, porém, posteriormente adquire um caráter ecumênico tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs.

Já o Movimento dos Sem Terra, segundo Sigaud (2005), nasce em 1984, em Cascavel, no Paraná, a partir de uma demanda pelo acesso à terra. A questão da

¹⁷ <https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>

Reforma Agrária, principal pauta do movimento, surge devido ao grande número de latifúndios espalhados em diversas regiões do país desde o Brasil Colônia. Proveniente dos sindicatos rurais, os trabalhadores rurais desprovidos do direito de produzirem seus alimentos, se organizam em prol da ocupação de fazendas que não cumprem sua função social.

Posteriormente, o movimento participa da construção da nova constituinte, aprovada em 1988, quanto aos artigos 184 e 186, que garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social. Atualmente, com mais de 30 anos de história, o movimento está organizado em 24 estados, em todas as regiões do Brasil.

Enquanto as Brigadas Populares se formaram em 2005 a partir do grupo de estudos marxistas que envolvia algumas universidades de Belo Horizonte, com maior destaque da Faculdade de Direito da UFMG. Atualmente, a organização promove ações na RMBH, em diversos municípios mineiros como Mariana, Itabira, Ipatinga, Timóteo, Divinópolis, Açucena, Formiga e São João Del Rey, etc., bem como, pontualmente, em todas as regiões do país divididos em vários estados.

Constitui-se como sendo uma “Unidade aberta por uma nova maioria política e social para o Brasil. Este é o eixo estratégico que motiva e conduz a constituição de uma organização de caráter nacional, popular e socialista a partir das Brigadas Populares, Coletivo Autocrítica, Coletivo 21 de Junho (C21J) e do Movimento Revolucionário Nacionalista – círculos bolivarianos (MORENA – cb) em uma única organização para contribuir com a edificação de uma pátria soberana e socialista” (MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DAS BRIGADAS POPULARES, 2014, p.6).

As BP's em sua história anterior à Ocupação Dandara passam pelo despejo de quatro ocupações verticais. Segundo Bittencourt (2017), aqui ocorre importante inflexão dentro dessa trajetória de luta social de reforma urbana, através das ocupações organizadas de imóveis ociosos por movimentos sociais e coletivos de famílias sem moradia. As dificuldades do movimento de ocupações de imóveis construídos e verticalizados em áreas centrais de Belo Horizonte levam à estratégia de ocupar terrenos vazios e não edificadas na periferia da cidade, com seu ambiente construído interno sendo produzido pelos próprios moradores, por via da autoconstrução.

Tabela 1 - Ocupações Urbanas Verticais - 2006 à 2008 - em Belo Horizonte (despejadas)

Ocupação	N ° de Famílias	Data	Localização	Movimentos Envolvidos
Caracol	30	Nov/06	Rua do Ouro / Serra	Brigadas Populares
João de Barro	200	Abr/07	R. Corinto / Serra	Bp's, Fórum de Moradia do Barreiro e Assembleias Unificadas dos Sem-casa
João de Barro II	70	Set/07	Av. Antônio Carlos / Pampulha	Bp's e Fórum de Moradia do Barreiro
João de Barro III	40	Jan/08	Av. Amazonas / Centro	Brigadas Populares

Fonte: Bittencourt (2017, p. 71 e 72).

Para Bittencourt (*op.cit*) a estratégia utilizada dos lotes horizontais será mais bem sucedida (devido à lógica de experiências que não se encerram com o despejo das famílias ou com reintegração de posse). A Ocupação Camilo Torres e Ocupação Dandara são as duas primeiras experiências em terrenos horizontais e abrem o ciclo para tantas outras, envolvendo mais de 15 mil famílias na RMBH.

A Dandara nasce em meio a dois projetos arrojados. O primeiro, dos movimentos urbanos, de promover uma ocupação com um impacto diferente na cidade, mostrando as diversas possibilidades que essa nos permite. O segundo, dos movimentos rurais, de (enfim) unir as pautas dos movimentos de reforma urbana e agrária, desfazendo as fronteiras entre os debates e lutas por terra (território) no campo e na cidade.

O interesse em unir as pautas destes três distintos movimentos, CPT, MST e BP's, trouxe a dimensão da ruralidade e da urbanidade, voltadas não apenas para a esfera da luta por moradia, mas também articulados ao trabalho e à produção, superando os modelos de ocupação já existentes (MIRANDA, 2012). Nesta nova perspectiva, não há o engessamento das práticas do sujeito: o morador destas áreas tanto pode estar dedicado exclusivamente ao trabalho da terra, como pode produzir nela em seu tempo disponível, aspecto fundamental no que tange as regiões urbanas.

Porém, são muitos os desafios em regiões com grande adensamento populacional. Terrenos urbanos, em especial a área onde se instalou a ocupação, possuem dificuldades com abastecimento de água, o que dificulta ou mesmo

impossibilita a produção de alimentos em larga escala. A falta de infraestrutura até para consumo próprio impossibilita a produção de hortaliças.

Outro ponto relatado pelos moradores é a dificuldade em se manter sem o trabalho formal. Nas regiões metropolitanas, a própria configuração da cidade leva os sujeitos a esta necessidade da venda de mão de obra, ainda que caracterizada por subempregos, para que possam sobreviver aos altos impostos e serviços da metrópole. Trata-se da dependência da força de trabalho metropolitana que é, muitas vezes, precarizada e gera, além de desgastes físicos, horas de transporte até os destinos.

Desta maneira, dificulta-se a possibilidade de cultivar plantas e cuidar de animais. O próprio sistema induz o trabalhador nas grandes cidades a não buscar essa soberania alimentar¹⁸, ao conduzir o consumo de alimentos às vias do capital: “A mãe levanta 4h da manhã para fazer faxina lá não sei qual bairro, chega de tardinha. Para ela é mais fácil pegar um iogurte na padaria do que ter que preparar a comida (...)” (Sãozinha, membro da RECID).

Focados no aspecto emancipador da experiência rururbana e a par das dificuldades e necessidades dos futuros moradores, as chamadas “reuniões de formação” junto às bases, ou mesmo entre os militantes, ficaram mais intensas nos três meses antecessores à ocupação. Nestas reuniões, com a presença de militantes dos movimentos envolvidos, foram debatidos aspectos como dinâmica das cidades, oficinas de agroecologia e assentamentos no campo (MIRANDA, 2012), além da decisão relativa ao terreno a ser ocupado.

Muitos dos moradores que atualmente vivem na Dandara, “chegaram depois” do processo prévio à ocupação, ou seja, não participaram destas reuniões de “gestação da ocupação” e do processo de formação. Sendo assim, é difícil mapear aqueles que - para além da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) - receberam algum tipo de formação ligada à agricultura urbana diretamente dos movimentos. Como quando questionados, durante as entrevistas, se houve alguma formação de agricultura e quintais promovida pelo MST ou parceiros:

“Não, é até onde que eu entrei no processo da liderança que eu saiba, não! Do meu ponto da onde eu entrei até hoje não! Mas os demais pode ser que chegou a ter, né? Por que tinha pouca família e aí teve a demanda de mais família. Pode ser que eles deram, a história que a gente sabe é essa...Que a

¹⁸ Ao conectar a agricultura urbana a uma abordagem que apresenta as práticas agrícolas urbanas como instrumento de resistência dos grupos historicamente marginalizados para que revigorem suas lutas cotidianas, observa-se não somente a reivindicação ao acesso ao território e à cidade, mas também por uma justiça ambiental e autonomia sobre o próprio corpo e saúde (ALMEIDA; COSTA, 2014).

ideia era esse espaço, né? Poucas famílias e construir o rururbano, o rural dentro da cidade, é essa história que eu sei. “(Felter, Morador da Ocupação e militante das BP’s).

“Nascida e crescida aqui (em Belo Horizonte), não sabia plantar nada, aprendi aqui! Eu ia muito às reuniões da AMAU, inclusive eu tenho aqui no terreiro os pés de jabuticaba aqui que veio do MST, o MST ajudou muito a gente aqui, trouxe um caminhão de muda! Eu peguei três de laranja, uma de figo, uma de acerola, e uma de jabuticaba! “(Dona Ângela, Moradora da Ocupação e militante das BP’s).

A mobilização dos futuros moradores, como relata Lourenço (2014), ocorreu via movimentos sociais envolvidos na organização das atividades. As Brigadas Populares, que atuavam no território em torno do Anel Rodoviário (Vila da Paz e Vila da Luz) mobilizaram esses moradores em situações precárias.

Outro grupo formado para ocupar a região baseou-se na lista de espera proveniente da Ocupação Camilo Torres, no bairro Barreiro, organizada pelas BP’s em Belo Horizonte. Na ocasião, a demanda de moradores foi maior que a capacidade do terreno, o que gerou esta lista de pessoas interessadas a morar na nova ocupação. Já o MST mobilizou as famílias do bairro Ribeiro de Abreu e assentamentos rurais na RMBH.

O processo de localização do terreno para ocupação se desenvolveu em diferentes linhas. Primeiro foi necessário o mapeamento - neste caso executado pelos movimentos sociais -, de grandes lotes que não cumpriam sua função social. Estes lotes, ou “latifúndios urbanos” como nomeiam os militantes, serviram (e ainda servem) à especulação imobiliária durante décadas. Muitas vezes, com seus impostos atrasados e em estado deplorável de conservação, segundo Lourenço (2014), como foi o caso do terreno de mais de 40 hectares onde se localiza a Dandara. Como narra seu Orlando, morador da ocupação, “era um mato, mas não era um mato de valor não. Um capim!”

“(...) Dandara aconteceu da melhor forma possível, aquilo ali foi uma coisa ótima, nós visitamos a área da Granja Werneck¹⁹, para poder fazer a

¹⁹ Área de 350 hectares onde hoje é localizado o complexo de ocupações chamada Izidora. Segundo Bizzotto (2015), uma área de 2 km² consiste em área de preservação ambiental, repleta de nascentes e área nativa. Há, também nesta área uma comunidade quilombola, o Quilombo das Mangueiras, que se instalou na região na segunda metade do século XIX e, hoje, contempla 19 famílias numa área de 2 hectares. Porém, a posse de parte do terreno envolve a propriedade da terra pela família Werneck. O médico Hugo Werneck recebeu do município de Belo Horizonte uma parcela da área da Izidora, via decreto municipal, para construção de um sanatório para cura da Tuberculose. Com a falta de clareza dos termos de doação sobre perímetro, localização e finalidade do terreno doado, a área se torna, após a falência do Sanatório, uma produtora rural denominada Granja Werneck S/A. Também foi apesar de lei posterior que ratificou a legislação anterior, inclusive a que instituiu a doação, a autora relata que a posse foi mantida com os Werneck, apesar do evidente desvio de finalidade do uso das terras doadas pelo Estado. Entre outros nove proprietários de glebas no terreno, a prefeitura de Belo Horizonte também possui uma parcela das terras.

ocupação. Depois nós visitamos uma área que é na José Cândido da Silveira que eu acho que é da UEMG, nós visitamos, mas era uma área pequena vimos que não dava. E visitamos aquela área perto do aeroporto, perto ali do centro administrativo, uma área que eles construíram até uma pista de *kart* lá embaixo. Qual era o nosso objetivo naquela área? Era ocupar aquilo ali e puxar aquele povo do Palmital tudo para baixo e fazer um “auê” naquilo ali, mas nós percebemos que poderia ser um pouco difícil para nós, e resolvemos visitar uma outra área, e nós visitamos uma área que hoje está o Dandara” (Joaquim, Militante do MST).

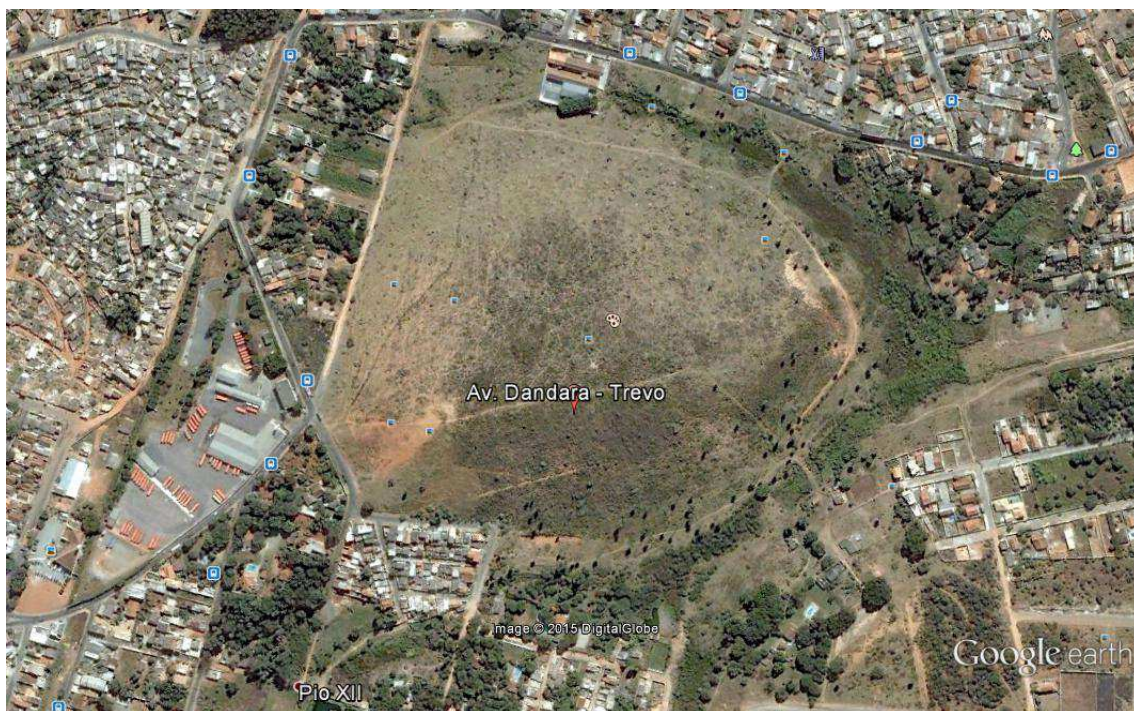


Figura 3: Imagem de satélite de 31 de maio de 2008, anterior à ocupação.
Fonte: Google Earth (2/10/2015), adaptada por Beatriz Ribeiro Machado (2015).

Em relação ao terreno, existem diversos relatos de antigos moradores da região como sendo um terreno de “desova”, como eles definiam. É um terreno onde o tráfico dos bairros do entorno utilizava para venda de drogas. Já foram encontrados corpos, vítimas de assassinatos, além de o local ser considerado uma rota para fugir da polícia ligando uma região a outra do bairro. Este antigo terreno negligenciado, onde hoje se localiza a Dandara, quem reivindica a posse é a Construtora Modelo S.A, no entanto a situação jurídica da terra é bastante complexa.

Segundo Lourenço (2014), devido a uma escola pública instalada no local, os militantes durante o período de formação da ocupação, entenderam que a área se tratava de posse do Estado. No entanto, pouco antes de ocupar o terreno, tomaram conhecimento de que se tratava de uma propriedade privada. A Construtora seria responsável pela construção de unidades habitacionais populares, como no programa

“Minha Casa Minha Vida”, porém o terreno fora negligenciado por anos e a obra não foi sequer projetada pela Construtora.

Os movimentos motivados pela controversa instalação de uma escola pública em um terreno privado estimulou a busca por maiores informações acerca da área, o que revelou que a construtora não pagava os tributos de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano à prefeitura de Belo Horizonte, somando uma dívida de mais de 2²⁰ milhões na época.

Além disso, segundo Lourenço (2014), a suposta proprietária do terreno, a construtora Modelo, não possuía nenhuma documentação que comprovasse sua posse. No lugar de um Registro do Imóvel, a construtora apresentou uma Promessa de Compra e que é considerada juridicamente frágil, mormente em um conflito fundiário como o que se desenrolava.

3.2. Narrativas sobre a dicotomia rural e urbana em locais de fronteira

“Uai, eu quero saber onde está o rural, onde é que está o rural? Você viaja esse interior aí, o povo tá em sofrimento! Você vem pra cidade, dentro do urbano, o povo tá em sofrimento” (Seu Orlando, Morador da Ocupação e Militante das BP’s).

O desafio de trazer uma perspectiva do que é rural e do que é urbano foi um dos nortes deste trabalho em seu início. Conhecer uma ocupação rururbana trouxe essa necessidade. Porém, a proposta de sobrepor uma concepção previamente engessada tornou-se uma dificuldade, inclusive particular. Entender que o rural não está apenas em objetos ou símbolos, mas em modos de vida, sentimentos e reflexões profundas sobre esse espaço.

Mesmo dentro da bibliografia que trata do tema, é perceptível alguns engessamentos no que diz respeito ao assunto. As linhas de pesquisa nem sempre trabalham com essa ideia de fluidez destes espaços. As disciplinas abordam exclusivamente o que se entende por rural ou por urbano. As mesas de debates, governamentais, por exemplo, separam as pastas enquanto temáticas distintas.

Os próprios movimentos sociais compreendem as lutas e bandeiras como abordagens que em vários momentos não se vinculam. Compreendo que de maneira

²⁰ Disponível em: <http://diplomatie.org.br/dandara-e-a-luta-por-habitacao-em-belo-horizonte/>

mais pragmática, essas distinções e construções de tipologias também tem seu valor heurístico, porém, trazem consigo inúmeras limitações. Deste modo, acredito que para melhor avançar nesta dissertação, aprofundar os debates e reduzir as distâncias - que muitas vezes não são físicas, mas sim provenientes de construções sociais -, é uma perspectiva importante a ser trabalhada.

Nesse sentido, pode-se compreender a Dandara como sendo um espaço de fronteira²¹. Não apenas por seus limites territoriais que estão no intermédio entre o conceito formal de urbano e rural, ou pelo próprio debate acerca destes espaços através do conceito de “rururbano”, mas, principalmente, pelo aspecto político que ela traz consigo desde sua ocupação. Há um limite, uma fronteira, entre a vida daqueles que moram em ocupações e seus vizinhos. Existem fronteiras, linhas abissais, promovidas pelo Estado e pela própria sociedade que dividem a cidade entre cidadãos e subcidadãos.

Estas fronteiras marcam a vida dos moradores como uma tatuagem em suas faces. As dificuldades enfrentadas a partir disso são cotidianamente narradas através das grandes lutas que estes sujeitos precisam travar em prol de direitos que lhes são negados (como o acesso a saúde e escola, por exemplo). No entanto, há também um profundo processo de formação desenvolvido internamente nestas fronteiras, o que mobiliza famílias inteiras a lutarem por seus direitos.

No que tange a abordagem deste trabalho, separar do urbano o que vem a ser rural ou o contrário, pode se tornar um equívoco. “O rural vamos juntar, junto! Porque o problema de um é o problema do outro! Esse é o rural!” (Seu Orlando, entrevista agosto 2016). A ocupação Dandara se propõe a nos apresentar isso através da concepção rururbana. A junção de dois espaços e a desconstrução de uma dicotomia entre os conceitos formais de rural ou de urbano.

Segundo Caiado e Santos (2003), ao procurarmos avançar na discussão das definições de rural e urbano, vislumbrando analisar o desenvolvimento regional, parte-se do princípio de que o tradicional recorte empregado nos estudos sobre urbanização, que partia da dicotomia entre cidade e campo, ou nos conceitos formais de rural e urbano, esses baseados nos limites administrativos, nas leis do perímetro urbano, por exemplo, já não são suficientes para explicar os complexos processos socioespaciais e socioeconômicos que estão em curso.

²¹ Sobre o conceito de Fronteiras ver Willians, 2011.

“Aonde está o rural? Há alguns tempos atrás a gente podia fazer a pergunta: onde é rural ne? Dependendo, onde é rural e onde é urbano? Hoje eu vejo isso como um ponto comum, que aqui hoje mesmo na Dandara nós estamos numa área que pode ser rural. A gente pode considerar uma área rural, e pode considerar uma área urbana. Agora, eu acho que não tem que ter essa divisória, não vejo que tem que ter essa divisória hoje” (Seu Orlando, entrevista agosto 2016).

Segundo Willians (2011), os termos campo e cidade, ainda que ligados ao mundo do trabalho, trazem muitas representações relativas a um possível “modo de vida” rural e urbano. Portanto, devemos considerar que rural e urbano, assim como campo e cidade, persistem como representações, poderosas e constantemente ressignificadas.

A concepção de rural e urbano, segundo Weitzman (2011), já desde o século passado é carregada de uma construção que sedimenta a ideia de uma cidade como representação das forças da modernidade, capaz de suprimir qualquer vestígio de ruralidade. Prevalencia, até então, a visão da urbanização enquanto fenômeno dependente do êxodo da mão de obra rural do campo, e traçava um fatalístico plano em relação ao desaparecimento do campesinato, enquanto categoria própria do rural.

Representações ligadas a estes termos se cristalizaram e se tornaram muito poderosas, inclusive do ponto de vista emocional, da memória e da subjetividade. Para Willians (2011) há uma naturalização do campo, que passa a ser associado à paz, inocência e virtudes simples. Enquanto nas cidades associa-se a ideias de concretização, de realizações, do saber e da comunicação. Assim como associações negativas, a cidade como o local do barulho, ambição; e o campo como o local do atraso, da limitação.

Ainda segundo Weitzman (2011), esta oposição, campo *versus* cidade, contribui para um enquadramento do mundo rural em moldes de um passado idealizado, que vem sendo literalmente engolido pelos processos que aceleram a crescente industrialização. Esta visão nasce no modelo Difusionista²² nos anos 1970.

Ainda hoje, podemos notar, no imaginário social, tal idealização do campo como sendo o local do atraso, ou por vezes, o local da tranquilidade, com

²² Na América Latina, os Serviços de Extensão Rural começaram a ser implementados a partir da década de 1950, inicialmente com a introdução do “modelo clássico” e posteriormente a implementação do “modelo de adoção-difusionista”, buscando a modernização da agricultura, justamente através da transferência de tecnologias com fins de integrar as populações rurais ao mercado (FONSECA, 1985).

características engessadas, imbricadas em referências do passado, ainda que constantemente haja movimentos criativos de (re)atualização do que é o campo.

Digo isso por minha experiência e necessidade em desconstruir esta ideia romanceada que possuía do rural. Uma visão dialética que idealizava o mundo rural como sendo o oposto ao mundo urbano. Que engessava os lugares de ruralidade e urbanidade com base em elementos tão fluídos quanto a agricultura, a terra, a tecnologia. O processo de compreensão da ausência de limites entre estas duas esferas (rurais e urbanas) é um esforço contínuo.

Na Dandara não foi diferente! Ainda que seja uma ocupação que se propõe a unir, na prática, a concepção de rural e urbano, que busca compreender a fluidez destes dois espaços, a dificuldade em articular o que é o rural, sem submetê-lo a essa dicotomia, é uma difícil tarefa que perpassa pelo processo de formação dos moradores oferecido pelos movimentos. Entretanto, mesmo os movimentos, em algum momento, podem reproduzir esta concepção taxativa.

Há uma necessidade em se fazer um diálogo entre as representações acerca do rural e do urbano que estão em disputa. São as leituras do mundo social, e este mundo social se encontra em constante transformação histórica, em diversas escalas, que não são apenas locais. As próprias representações do rural na contemporaneidade trazem aspectos recentes, como a ideia de um rural convertido em paisagem, a valorização do rural enquanto mercadoria, etc.

Portanto, segundo Willians (2011) a realidade histórica destes modos de vida, ao longo dos dois últimos séculos, é surpreendentemente variada. Não há meios de criar tipologias engessadas acerca destes grupos. A ruralidade traz consigo diferentes práticas que vão do latifúndio à agricultura familiar, sob distintas (ou mesmo opostas) ópticas. A cidade surge sob diferentes lógicas que podem se apresentar desde o centro administrativo ao pólo industrial, perpassando pela base militar ou o centro religioso.

Então, o que significa pensar o urbano e o rural hoje? Pode-se pensar segundo lógicas funcionais e culturais modernas (antigas), mas estarão sempre presentes o hibridismo e a complexidade das formas e processos sócio-espaciais contemporâneos que tornam as tentativas de classificação dicotômica e rígida um artifício analítico reducionista e limitado diante da complexidade também dos objetos de estudo. Para superar as muitas e crescentes limitações analíticas, metodologicamente requeridas, é necessário ter sempre como referência uma abordagem crítica da totalidade na qual o objeto está inserido (MONTE-MÓR, 2012, 24).

Para Willians (*op.cit.*), uma possível definição se torna ainda mais complexa ao considerarmos que existem fronteiras nestes espaços observados. De acordo com Anzaldúa (1987, p.25), “fronteira é uma linha divisória, uma faixa estreita. Uma Borda íngreme. Está em constante estado de transição. “Los atravessados” vivem aqui”.²³

Ao visibilizar as ocupações, as favelas, complexos industriais, entre outros, estes espaços passam a se tornar fronteira entre estas definições de rural e urbano. Essa perspectiva, mais ampla, demonstra as dificuldades em se fixar as definições de categorias engessadas sobre esses modos de vida.

Ai, para mim, urbano para mim são várias capitais, para mim pouca gente mora dentro do urbano. Porque quem não mora na grande metrópole, para mim não é urbano, porque mora na periferia, para mim é periferia! Não é o urbano, urbano é mais o centro, o centrão! São onde estão as melhores condições, né? Não os melhores de vida, mas são melhor em condição de sobreviver!” (Seu Orlando, entrevista agosto 2016).

Esta distinção que Seu Orlando apresenta sobre cidade, periferia e rural nos leva ao resgate do conceito de fronteira, não apenas como uma divisão territorial, mas também como uma divisão da identidade cultural, social e física que distancia os povos e suas relações de poder (ANZALDÚA, 1987). O urbano como uma posição também de poder e “condições de sobreviver”. O restante da cidade é limite, é a fronteira.

Entretanto, faz-se necessário pontuar que para que haja a possibilidade de se compreender, ressignificar e representar o mundo, persistem imagens e associações que relacionam e diferenciam o campo e cidade, rural e urbano. Segundo Thompson (2001), o conceito de experiência histórica serviria para que percebêssemos a impossibilidade de pensar determinada classe social separada da outra, ou mesmo propor entre elas graus de autenticidade. O processo de autoformação acontece efetivamente a partir das experiências históricas conquistadas e apreendidas por sujeitos concretos.

Neste sentido, apresento as representações de mundo que estes moradores de ocupações narram acerca do que vem a ser rural ou urbano. Considerando sua experiência histórica e suas narrativas, busco, posteriormente, pontuar algumas características do projeto rururbano e compreender esta nova perspectiva no que diz respeito à ocupação em Belo Horizonte.

Sendo assim, já nas primeiras entrevistas, tive o prazer de conversar com Seu Orlando, um senhor que vem do campo, do município de Água Boa no Vale do

²³ Tradução própria.

Jequitinhonha. Após muito sofrimento, sendo explorado durante toda infância e adolescência, seu Orlando saiu do campo sem perspectivas de retorno. Por mais difícil que seja a realidade dele na cidade, a sua vivência no campo foi dura demais para fazê-lo cogitar um retorno.

“Agora, definir o rural eu definiria como uma distância mais longa! É uma distância, mas onde é para definir o rural antigamente, o rural tinha o silêncio. Às vezes, você vai aí nos interior, você vê o silêncio, mas é lá para aquelas moradias, para aqueles cantão, mas o rural hoje está o mesmo barulho! Tá tudo igual, o tumulto chegou em todas as partes! (...) O urbano é o povo mais da capital, que é o povo de cidade (Seu Orlando, entrevista agosto 2016).

Outros entrevistados ao pensarem o rural apresentam uma visão saudosa, ou mesmo idealizada, e por morarem há tantos anos em uma metrópole, entendem o rural como tudo aquilo que foge ao entorno desta região de grandes adensamentos populacionais. Identificam como o distante, o precário, o silêncio. Em contrapartida ao urbano como local do caos, da violência.

Sendo assim, as representações são sempre enunciadas nas falas dos moradores que resgatam suas lembranças do tempo em que trabalhavam no campo, ou de seus familiares que há décadas vieram para Belo Horizonte, ou mesmo na fala daqueles que almejam um dia morar e produzir no campo. Não há violência simbólica sobre os aspectos do campo, mas sim uma nostalgia bucólica dos modos de vida nestes espaços.

Um destes casos é o de Dona Ângela, uma senhora nascida e criada em Belo Horizonte, e que por vezes já quis viver no campo. Ela, que tem um conhecido amor por plantas e animais na ocupação, gostaria de agora - já aposentada - produzir este deslocamento da cidade para o campo, mudando-se da ocupação. Porém, sua visão não perde o ar romântico daquilo que muitos dos que vivem em capitais compreendem por rural.

“O rural para mim é você conviver com a terra, poder plantar, colher coisas sem agrotóxico, para mim rural é isso! Ter a liberdade de você ir na casa do vizinho, trocar uma mandioca pelo um feijão! Ah meu Deus, é tudo de bom! (risos). (...) Urbano é a cidade! É você viver nesse desespero aí, viver de quilincho! Que eu falo, para mim é viver de quilincho né? Compra 5 quilo de arroz, 5 quilo de feijão, um franguinho, isso para mim é viver de quilincho!” (Dona Ângela, Moradora da Ocupação e militante das BP's).

Por fim, Felter, também morador da ocupação, nascido e criado em Belo Horizonte, não possui intenção nenhuma de sair da capital. Sua visão, assim como a de Dona Ângela possui essa ideia de rural como sendo o interior. Suas lembranças do

campo fruto de sua primeira infância, ficam gravadas e dão esse ar nostálgico para a vida no campo.

“O rural é assim, aquela coisa bem interiorana mesmo, sabe? De plantação, de você sentar assim igual estamos aqui, olhar para cima e ver as estrelas com mais nitidez! Porque a cidade não te oferece isso, você vê as estrelas brilhando porque elas estão mais próximas. Agora, no interior não! Lá, inclusive, a luz lá era tão fraquinha, porque praticamente nem usava luz, usava mais era lamparina naquela época, para você ter uma ideia. Era uma coisa bem mais gostosa mesmo! A estrada era tudo de chão, que aquela poeira assim, a gente até brincava que a poeira lá era vitamina (risos), fazia bem! E o rural é para mim é isso! As plantações, aqueles imensos pastos onde tinha gados, tinha plantação de feijão, de cana, de milho, então a gente envolvia demais nesse sentido! Isso que para mim era o rural. E na cidade grande é completamente diferente, é muito carro, muito prédio, você não tem aquele espaço para plantar, normalmente tem um canteirinho pequenininho dentro de casa! E lá não, vocês tinham aquela imensidão de hortas, assim, que a gente até se perdia no meio delas! Tinha os rios, onde que eles escolhiam a água para molhar a plantação. Então eu vejo a diferença de um rural e um urbano em nível de agricultura é isso sabe? Porque não tem como ser da cidade grande e você construir um tipo de agricultura desse!” (Felter, Morador da Ocupação e militante das BP’s).

Deste modo, mesmo entre moradores de uma ocupação que pretende diluir estas fronteiras, nota-se resquícios desta visão socialmente construída sobre as vantagens do urbano sobre um rural. Estas visões, disseminadas por décadas, penetraram de tal forma no imaginário das pessoas que se tornam difíceis de serem desconstruídas. Porém, por outro lado, a narrativa acerca do rural não possui aspectos da violência simbólica, ou do caráter discriminatório que muitas vezes são observados na sociedade em relação aos modos de vida rurais.

Em relação à teoria social e à prática de movimentos sociais, persiste como desafio superar tais limites que relacionam um espaço em oposição (ou detrimento) a outro, passando a relacionar as complexas vinculações e interdependências dos diversos rurais e urbanos e, ultrapassando esta concepção difusionista que gerou (e talvez continue gerando) uma dicotomia entre espaços interrelacionados.

No item seguinte, lanço mão de alguns elementos que demonstram, de maneira prática, como a ocupação Dandara de fato contribuiu para esta guinada na perspectiva de superação deste pensamento engessado em torno do rural e do urbano. Com vistas nos movimentos sociais, estes elementos de desconstrução de paradigmas e união de ideologias geram novas perspectivas na luta por moradia na cidade de Belo Horizonte.

3.3. Os desafios de unir as agendas de movimentos rurais e urbanos

Ao pensar na questão agrária, o processo de concentração fundiária apresenta pontos comuns ao *déficit* habitacional em grandes centros urbanos. Latifúndios e grandes terrenos que promovem especulação imobiliária e geram desigualdades ao seu redor. Entretanto, são inúmeros os desafios em torno desta temática. Entre eles, temos a própria dificuldade na articulação entre estes dois espaços, o rural e o urbano. Demandas complementares, historicamente conectadas e, por vezes, tão semelhantes, são tratadas como assuntos distintos.

A união do MST, CPT e Brigadas Populares possui como pano de fundo essa demanda pelo fortalecimento a partir de pontos interligados entre os movimentos. Seus desafios e dificuldades neste processo de articulação e busca por inteligibilidade na luta pelo direito à moradia são transpostos em determinados momentos a partir do conceito de rururbano, que se apresenta como o principal símbolo da união destas organizações. A Dandara se baseia em um processo de tradução dos movimentos sociais, em meio a sua união e resistência ao modelo tradicional de cidade.

Por *tradução*, partindo de uma definição de Boaventura de Souza Santos (2015), entendo como a questão prática do debate entre os movimentos sociais. É o processo de diálogo, onde a tradução se torna o fazer-se compreender perante diferentes perspectivas e experiências. É a práxis do diálogo na dinâmica de intersecção dos movimentos sociais de modo a promover o fortalecimento e a união das agendas de luta que permeiam os diversos movimentos.

Os agentes que promovem esta ação de tradução possuem uma posição de mediadores. Segundo Neves (2008), este é um importante papel na constituição de espaços que contextualizam a ação política, sempre orientada pela luta por justiça social, diminuição do grau ou mesmo alteração no padrão referencial de consolidação das desigualdades socioeconômicas. Os mediadores/tradutores são, em grande parte, militantes políticos essenciais no exercício de constituição, consagração e divulgação destes novos ideais, metas e modos de organizar-se. Estão em geral agregados em torno de alianças, ou redes, de instituições de movimentos associativos.

Já os movimentos sociais e organizações políticas, segundo Santos (2005), constituem-se em torno de objetivos mais ou menos confinados, gerando então sua própria maneira e estilo de resistência, e consequentemente, especializam-se em

determinados tipos de práticas e discurso que os distinguem dos outros movimentos e organizações.

Santos (*op. cit*) afirma que a identidade destes movimentos é formada a partir daquilo que os separa. O movimento operário se vê enquanto distinto do movimento feminista, que por sua vez se distinguem do movimento indígena, etc. Todas estas separações traduzem-se em práticas muito diferentes, ou mesmo, em contradições, para afastar os movimentos entre si, formando rivalidades e faccionismos. É a partir deste ponto que resulta a fragmentação e atomização que são um lado negativo da multiplicidade.

Para que haja a união destes movimentos se faz necessário um esforço de reconhecimento, diálogo e debate recíproco. Para tal, o conceito de interseccionalidade emancipadora é uma ferramenta para compreender estes pontos de intersecção entre as lutas dos diversos movimentos sociais. O conceito originalmente é utilizado na definição pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe entre outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Em outras palavras, Bernardino-Costa (2015) mostra que nem sempre as bandeiras pelas quais os movimentos lutam estarão associados à opressão e à desigualdade. Em algumas situações, esta mobilização se dá em prol do estabelecimento de solidariedade política em torno de projetos decoloniais. Sendo assim, muitas vezes, dependendo do contexto histórico, estas categorias sociais de diferenciação que fundamentam a noção de interseccionalidade podem resultar em estratégias democráticas de agência política.

Para Santos (*op. cit*), este é um potente debate e talvez a única maneira de fortalecer os movimentos. A partir da identificação do que os divide e do que os une, de modo a basear as articulações das práticas e dos saberes naquilo que os une, e não naquilo que os divide. O conceito de interseccionalidade, pontua Bernardino-Costa (2015), pode ser utilizado não apenas para enfatizar esta dimensão negativa - de opressão e desempoderamento -, mas também para pensar a emancipação e a própria mobilização política.

Para que se tenha êxito nesta intersecção entre distintos movimentos e debates, é necessário um vasto exercício de tradução, para enfim expandir a inteligibilidade recíproca sem reducionismos que possam destruir a identidade dos parceiros.

A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, tal como são reveladas pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências, sem pôr em perigo a identidade e autonomia, sem, por outras palavras, as reduzir a entidades homogêneas (SANTOS, 2005 p.119).

Ainda segundo Santos (*op.cit*), a finalidade deste processo de tradução, que neste trabalho associa à interseccionalidade, é incentivar nos movimentos sociais, em todas suas práticas e estratégias, outros discursos e saberes. O exercício da tradução busca identificar e reforçar o que há em comum na diversidade do impulso contra hegemônico. Claro, não se pretende assim suprimir os pontos de divergência, o objetivo é que a diferença-hospedeira substitua a diferença-fortaleza. Através do processo de tradução a diversidade pode ser celebrada, não como fragmentação, mas como condição de partilha.

Neste ponto, as diferenças não devem ser pontos que fragmentam a esquerda, e para além de suas diferenças de ideal, as semelhanças podem unir os movimentos que se fortalecem a partir das bases e forças somadas em prol de uma determinada luta. Por exemplo, o processo de ocupação de um território como a Dandara, ocupado em terreno urbano, o que aparentemente não seria o campo de atuação do MST e CPT, entretanto, este se torna uma intersecção desses movimentos nos debates da reforma urbana e do direito à moradia.

De fato, corrobora Harvey (2012), distinto do sistema fiscal capitalista que se une facilmente em prol de lucratividade, os movimentos sociais urbanos e peri-urbanos de oposição a este modelo ainda não estão fortemente articulados. Existem pontos divergentes que complexificam este processo²⁴ e a interseccionalidade se propõe a apontar isso. Entretanto, questiona Harvey, e se de alguma maneira, estes movimentos se unissem, o que demandariam?

A ocupação Dandara surge como um projeto, uma inspiração na tentativa de união de demandas da reforma urbana e da reforma agrária. Movimentos que possuem

²⁴ Um exemplo desta complexidade é a dificuldade do movimento feminista (por exemplo) ser inserido de fato em debates do movimento proletário, ou mesmo camponês. Há uma relutância em incluir temas interseccionais a estes dois movimentos, visto que o patriarcado nem sempre se desvincula destes movimentos majoritariamente conduzidos por homens. Complexificando ainda mais a questão, o próprio movimento feminista, por vezes, pode segregar o movimento feminista negro que possui suas especificidades frente a luta por direito das mulheres. Em várias situações o companheiro de luta também pode produzir opressões e silenciamentos, porém, estes processos não são desarticulados de uma mesma luta. Entretanto, apontam Melo e Gonçalves (2010), a interseccionalidade não é um conceito unívoco. Uma pessoa não é divisível em situações particulares, o que implica que as opressões a atingem de modo combinado, coexistindo e reforçando-se mutuamente numa reprodução das desigualdades sociais. É por isso que interseccionalidade é um conceito analítico, dito de outra forma, ela permite ler e interpretar a realidade para melhor atuar sobre ela buscando sua transformação.

como bandeira o acesso à moradia e a terra, imersos em grandes latifúndios, rurais e urbanos, unificam suas lutas em prol de uma ocupação onde caibam estes dois espaços. O experiente MST e CPT, com seu longo histórico de militância, e as recém concebidas Brigadas Populares, mas já com grande bagagem nas especificidades da luta urbana.

“Na verdade as Brigadas que procurou o MST! As Brigadas procuram o MST dentro de uma perspectiva das Brigadas de construção de unidade aberta, aliás é difícil uma luta das Brigadas que não é construída com outros sujeitos, isso eu acho massa! É uma organização que se propõe a construir de fato uma unidade que está para além do campo discursivo. Porque todo mundo fala na esquerda: Ah! Temos que construir unidade, construir unidade, mas na prática política são poucos movimentos que constroem lutas junto com outras forças políticas assim, em rede. E aí as Brigadas procura o MST e encontra nos militantes da Brigada Aiara van Berg, que era do MST, um desejo de avançar na construção dos rururbanos aqui em BH. E aí você pergunta: Mas naquele momento era tudo muito novo? Sim, não tinha textos, referências, a referência que a gente tinha eram as comunas da terra em São Paulo, então a gente começou a elaborar!” (Joviano, Advogado Popular e Militante das BP’s).

Sem dúvidas, pontua Santos (2005), o ato da tradução, que seria a prática da intersecção entre os movimentos, aplica-se aos saberes e às ações (aos estilos de luta, estratégias, objetivos), e ambos são inseparáveis. Contudo, neste processo de tradução importam as zonas de contato onde as interações incidem especialmente sobre saberes e ações. No caso Dandara, estes elementos foram discutidos, traduzidos, e a partir desta *práxis* surge a categoria rururbana no decorrer de meses de planejamento.

No entanto, existem divergências de ordem prática que levaram o Movimento dos Sem Terra a situações ainda desconhecidas pelos militantes. Conduzir questões de ordem prática como a inserção do tráfico, prostituição, entre outros debates comuns aos debates da reforma urbana gerou grandes dificuldades de relação entre os movimentos. Existem divergências quanto a percepção destes fenômenos sociais nas ocupações por parte dos movimentos envolvidos, o que traz desgastes cotidianos.

Este processo de ruptura também é parte da interseccionalidade que por vezes aponta as desvantagens e vulnerabilidades dos sujeitos e movimentos sociais. A dificuldade prática em lidar com situações comuns do meio urbano levaram a um desgaste e por fim o próprio afastamento do MST do território. Entretanto, a reflexão que esta intersecção entre os movimentos trouxe foi de uma maior flexibilização na tradução entre estes dois debates (até então aparentemente distintos).

“Para nós do MST a experiência foi fundamental, por quê? Lá no Dandara é uma área urbana, a gente tinha que compreender que era um espaço que não era nosso, era um espaço que a gente estava tentando construir, e ali nós não entramos com o intuito de mandar ninguém do tráfico embora, nós entramos ali com intuito de construir uma nova sociedade, e aqui no movimento da área rural nós já podemos trabalhar com um dilema diferente, nós não aceitamos traficante, nós não aceitamos usuário, se entra, nós procuramos recuperar ele, agora quando a gente entra no urbano, nós estaríamos cometendo um erro, então a gente tem que trabalhar com essa visão” (Joaquim, Militante do MST).

Para Santos (*op. cit*), o reconhecimento da incompletude e da fraqueza recíprocas é uma condição essencial para que haja o diálogo. Os movimentos que reconhecem estas lacunas se encontram mais abertos a troca de experiências e reflexões que podem trazer um fortalecimento mutuo. O trabalho da tradução necessita, ao mesmo tempo, da identificação local de incompletudes e fraquezas e sua consequente inteligibilidade translocal. A ideia de incompletude, cria nos movimentos sociais a motivação para o trabalho conjunto de tradução. Uma eterna busca pelo debate, pela compreensão da articulação do outro, da percepção do outro.

Para que de fato frutifique, ela deve ser o cruzamento de motivações convergentes originadas nas diferentes culturas e filosofias. O trabalho da tradução entre saberes parte da ideia de que as culturas são incompletas e, portanto, podem e devem ser enriquecidas pelo diálogo e pelo confronto com outras culturas (SANTOS, *op. cit*). Assim se desenha a teia dos movimentos sociais.

“E aí, resgata a proposta da Dandara de ser rururbana, resgata uma bandeira do MST de mais de 15 anos, quando foi definido em um dos congressos do MST que era a luta pela reforma agrária, uma luta de todos. Não só dos camponeses, mas também da classe trabalhadora na cidade, né? Então tem muita sintonia entre a proposta das Brigadas fazer reforma urbana na cidade e MST fazer reforma agrária, mas para a gente ter uma transformação social para chegar de fato a justiça social precisa acontecer reforma urbana e reforma agrária, então são os dois braços, não é? (Frei Gilvander, Representante da CPT).

Esta construção coletiva ainda se desenvolve nos dias de hoje. A união proposta pela ocupação Dandara produziu laços entre estes movimentos. A luta urbana e rural passa a contar com uma unidade que comparece a atos e manifestações. Pode acompanhar em diversas manifestações as bandeiras do MST e das Brigadas, marchando lado a lado em prol da luta pela democracia surrupiada do país no golpe de 2016.

Ao entrevistar militantes do MST, CPT e das Brigadas Populares, foi clara a gratidão mútua entre as lideranças no que tange anos de construção de uma ocupação

que possibilitasse esta tradução. Mesmo os moradores da ocupação, muitos deles ainda dizem “flertar com o MST”, e completam se considerando ainda parte do movimento.

Porém, essa inserção no processo mutuo de tradução, no que diz respeito à questão prática da interseccionalidade, ainda é precária. Quando incide sobre práticas, pontua Santos (2005), o trabalho de tradução deve criar inteligibilidade recíproca entre o modo de se organizar e seus objetivos, tipos de luta, debates, articulações, etc.

Segundo Santos (*op. cit.*), as especificidades deste processo relativo às práticas e agentes se apresentam em maior evidência nas situações em que os saberes que trazem consigo diferentes práticas são menos distintos que suas práticas em si mesmas. Cabe ao trabalho de tradução trazer à tona o que une estes movimentos e promover possibilidades e limites de articulação e agregação entre estes.

O projeto rururbano é uma tentativa de tradução destas duas culturas que são: o movimento rural e o movimento urbano. Sua complexidade trouxe inúmeras oportunidades ao movimento de ocupação de terrenos na RMBH. Hoje, ainda que não haja uma articulação clara entre as lutas, os moradores que constituem ocupações mais recentes incorporam hábitos iniciados na Dandara, por exemplo, as hortas nos quintais, os modelos de casas construídas, as estratégias de lutas para permanência no terreno, etc.

A tradução proposta pelos movimentos visa criar inteligibilidade, coerência e articulação em um panorama de multiplicidades e diversidades. Segundo Santos (2005), a tradução é entendida enquanto um processo dialógico e político. Possui uma dimensão emocional, porque pressupõe uma atitude inconformista, por parte de cada um, em relação aos seus próprios limites em relação ao seu conhecimento ou prática, e o mais importante, a abertura para aprender com o conhecimento e prática do outro.

Enquanto Brigadas Populares, CPT e MST estiveram juntos no território, houve um imenso esforço de tradução. Tanto no cotidiano onde as decisões eram tomadas, quanto nos processos de articulação, onde um complementava o conhecimento do outro, mas especialmente nos momentos de formação, onde podemos identificar o maior esforço em promover um processo dialógico, político, de tradução para que os moradores possuíssem um consenso acerca das atrocidades de um Estado que nega o direito de moradia aos seus cidadãos.

Portanto, por maior que seja o esforço em universalizar a reforma urbana/rural na ocupação, o dissenso é necessário para que haja tradução e para que haja diálogo de maneira, aberta e (des)hierarquizada. As experiências geradas naquele espaço

promoveram amadurecimento político aos movimentos envolvidos. É inegável a relevância do MST e da CPT na história das Brigadas Populares, e é inegável a importância das Brigadas Populares e seu ideal de unidade aberta para uma maior flexibilidade e experiência do MST e CPT nas cidades.

Os movimentos de luta envolvidos nesta união ao longo do ano de 2008 e 2009 incorporam estratégias de um e outro em suas articulações pela luta por terras e moradia. Sendo assim, respeitadas as especificidades de cada uma, os movimentos de luta contra hegemônicas, seja no campo ou na cidade, possuem zonas comuns de um processo de emancipação social que só é possível se for coletivo.

Este trabalho de tradução, para Santos (*op. cit*) só é possível na medida em que as relações de poder, que são desiguais, cederem lugar às relações de autoridade compartilhada. Somente assim surge um espaço de contato cosmopolita. Estes espaços cosmopolitas, que podemos chamar de zonas de contato, partem do princípio de que cabe ao sujeito de saber ou de prática decidir o que deve ser colocado em contato e com quem.

Ainda segundo Santos (*op. cit*), as zonas de contatos são seletivas porque os saberes e as práticas dos movimentos excedem o que uma e outra estão dispostas a colocar em contato. À medida que avança o trabalho de tradução, é possível trazer para a zona de contato os aspectos de saber ou mesmo de prática que cada movimento social considera mais central e relevante.

Na Dandara, especificamente, esta zona de contato se deu durante o primeiro ano. Porém, talvez pelos limites possíveis a cada movimento, esse processo de tradução se rompeu em determinado momento. De acordo com os movimentos, o MST precisava se afastar para realocar os militantes em novas lutas rurais que se apresentavam. Entretanto, a CPT e as Brigadas Populares seguem sua parceria no território.

O essencial da união de agendas tão complexas, repletas de pontos em comum, é que após a luta destes dois movimentos, ombro a ombro, e após o nascimento do conceito rururbano, a cidade de Belo Horizonte, mesmo nos dias atuais, ainda bebe de tal fonte de inspiração e prática na luta. Muitas ocupações que vieram depois da Dandara, buscaram em suas articulações, formações e até estruturas físicas, um exemplo de comunidade bem sucedida, nos levando a crer que de maneira subjetiva, os movimentos que se uniram ainda replicam suas práticas na cidade.

3.4. O plano rururbano

“O que nós queremos lá é diferente, nós queremos lá é uma produção alimentícia, queremos o sistema hidráulico, de pintura, sistema mecânico, padaria, supermercado, farmácia, tudo lá dentro para o povo poder ficar lá dentro” (Joaquim, militante do MST).

O planejamento em torno dessa lógica rururbana se inicia com a junção do MST, CPT e Brigadas Populares. “Na discussão a gente já pensava, porque qual que era o raciocínio? MST, rural, o urbano, as Brigadas junto com a CPT, e aí surgiu a palavra rururbano (Joaquim, entrevista outubro 2016)”. Sendo essa uma categoria interna do movimento, o planejamento e a construção deste espaço rururbano se deu nos limites das reuniões entre os idealizadores da ocupação.

Inspirados pelas Comunas da Terra em São Paulo, os movimentos almejavam construir uma ocupação que possibilitasse aos moradores a produção de alimentos, mas que, para, além disso, fosse capaz de construir uma autonomia no cotidiano destas famílias.

“O rururbano é uma mistura de movimento rural, que é o MST, junto com a ocupação urbana, que é o caso da Dandara. O rururbano é aquilo que eu te falei, o sistema Comuna da Terra, aonde entra o movimento rural junto com o movimento urbano. Aonde vai trabalhar um tramite, onde vai levar as famílias do urbano para poder se produzir no espaço que tem, criando ali igual nós pensava na época, oficina mecânica, padaria, artesanato, e outras coisas, então isso era o sistema rururbano que a gente pensava” (Joaquim, Militante do MST).

A proposta inicial se baseava na dificuldade do trabalhador em se locomover nos grandes centros. Como dito anteriormente, a cidade de Belo Horizonte possui seu cordão de isolamento, chamado av. do Contorno, e a partir de suas bordas, crescem as periferias e regiões mais recentes. Este processo de isolamento, além de diversas complexidades, obriga os sujeitos que vendem sua mão de obra a deslocar-se para regiões distintas daquelas onde vivem. O quanto este caro processo de deslocamento²⁵, muitas vezes, gera migrações internas na cidade. O pedreiro que sempre precisa mudar o local de trabalho, a empregada doméstica que sai da periferia para limpar casas nos bairros centrais, ou nos condomínios afastados do centro, e claro, ainda mais afastados da periferia.

²⁵ O serviço de transporte oferecido pela Empresa de Transporte e Transito de Belo Horizonte – BH Trans atualmente, em 2017, cobra 4,05 pela passagem de ônibus.

Esta migração interna advém também da saída da periferia dos grandes bairros “nobres” da cidade (parte elementar da formação da cidade), o que desvincula o morador/trabalhador das suas redes locais (serviço, trabalho, etc). Os constantes processos de expulsão/remoção, ainda que não tenham feito parte da abordagem relativa às histórias de vida dos sujeitos neste trabalho, muitas vezes remetem também à sua saída dentro de uma região nobre da própria metrópole, e daí vem a necessidade do deslocamento desproporcional cotidiano.

Outro aspecto importante levantado pelos movimentos no processo de criação do rururbano foi a necessidade da presença de debates sobre a soberania alimentar. A ideia do cultivo de hortas, comunitárias e individuais, de modo a dar autonomia alimentar aos moradores da ocupação. A produção do próprio alimento, além de gerar uma qualidade na saúde das famílias, gera renda através do excedente da produção.

A ideia rururbano se pautava na permanência dos moradores na comunidade. Através de seus ofícios, ao gerar a circulação da economia local, não seria necessária a venda de mão de obra para empresas fora do território da ocupação. Pensando na criação de associações e cooperativas, os moradores poderiam produzir e vender o excedente de modo a manter o espaço cooperado e suas despesas pessoais. Portanto, seria uma produção e um modo de vida pautado na cooperativa de produção.

Entretanto, é importante frisar que este modelo não se inseria como uma exigência. Aqueles que desejassem trabalhar em outras localidades, seriam autônomos em suas decisões. A proposta era de que a Dandara, ao invés de “exportar” sua mão de obra, poderia atrair clientes de outras regiões para os serviços prestados na comunidade.

“Mas a ideia era pensar, porque tradicionalmente as ocupações do MST, em regra, as pessoas não podem trabalhar na cidade, tem que produzir exclusivamente na terra, viver na terra, e a gente percebe que o perfil, esse perfil do velho e bom camponês que mantém seus vínculos com a terra, que produz e vive ali, exclusivamente, ele está cada vez mais difícil de ser encontrado. Inclusive, o MST de São Paulo, já há um bom tempo, mobilizava as pessoas nas cidades para fazer a ocupação, inclusive nos albergues, pessoas que estão nos albergues e não tem onde morar, em situação de rua. Só que aí, como é que você lida com esse perfil de pessoa que está na cidade? Então, o rururbano foi meio que uma saída! O rururbano é uma possibilidade de hibridação desses dois universos a partir da dimensão produtiva, sobretudo. Então, seria uma ocupação que estivesse no Peri urbano, não estivesse nem longe e nem perto da cidade, nem muito incrustada no perímetro urbano, mas ao mesmo tempo próximo, que tivesse condição de trabalhar uma dimensão produtiva agrícola, mas que tivesse abertura para trabalhar outras formas produtivas não agrícolas necessariamente. De testar formas cooperadas a partir do perfil das famílias! Então, se tiver famílias ali que dá para pensar uma cooperativa de artesanato, ou famílias que dá para pensar uma cooperativa de cozinha, e

sem deixar em vista também a produção de agricultura urbana, então seria aquelas pessoas que quisessem trabalhar na cidade, não teria necessariamente que ter esse vínculo obrigatório com a terra de produção agrícola e tal, então seria uma forma mais flexível de lidar. Era essa ideia! Era essa a concepção, era esse o desejo também, tanto das Brigadas como do MST! De experimentar um acampamento rururbano, no início a ideia era que o modelo fosse de meio hectare por família, pensar uma área reduzida de certo modo, mas que daria para ter hortas comunitárias, e que a gente fosse pensando possibilidades de produção cooperada a partir do perfil das famílias que estivessem ali, então não precisava necessariamente ser agrícola” (Joviano, Advogado Popular e Militante das BP’s).

Esta projeção de modo de vida tinha como norte valorizar a profissão das diversas famílias que ali iriam morar. A ideia de cooperativas, que não necessariamente agrícolas, daria liberdade de escolha ao proletariado que se submete a empregos precários nas grandes cidades para conseguir sustentar a família.

Dentro desta perspectiva, os movimentos constituíram o conceito rururbano, que é diferente do conceito rurano, de Gilberto Freyre (1982), que em sua concepção pretende (re)conceituar o espaço agrário, tendo como objetivos norteadores o desenvolvimento da ecologia e a destruição dos latifúndios. Já no que diz respeito à reconstrução da cidade, para que se torne o complemento ao mundo rural, seria necessária a destruição da dependência das rotinas em relação ao consumo desenfreado, o que acaba por dar lastro ao uso ostensivo de algumas culturas.

Um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional – a do Nordeste, por exemplo ou nacional – a do Brasil como um todo – valores e estilos de vida rurais e valores de vida urbanos. Daí o neologismo: rurbanos. Trata-se de uma rejeição à mística de urbanização, por um lado, e, por outro lado, ao sonho lírico de alguns de se conservarem populações inteiras dentro de formas arcaicamente rurais de vida. Numerosas populações poderiam viver com vida mista: juntando a urbanismos, ruralismos como que desidratados sem deixarem de corresponder ao apego que parece haver na maioria dos seres humanos a contatos com a natureza. Com a terra. Com águas de rios, com árvores, plantas e até matas (Freyre, 1982, p. 57).

Portanto, as categorias rurano e rurubano, apesar de próximas, não são sinônimos. Enquanto uma trata do rural e urbano, dos valores e resgates entre estes dois lugares, da questão agrícola e do latifúndio (...), a outra, rururbano, parte de um referencial político de ocupação de espaço, e de autonomia econômica e social, direcionado às populações em situações de precariedade, em regiões periurbanas.

Ainda que estes dois conceitos se cruzem em vários momentos, definitivamente não querem dizer a mesma coisa. A origem destes conceitos é a principal distinção que podemos fazer entre eles. Enquanto o rurano provem de estudos acadêmicos, o rururbano é criado pela união de movimentos sociais em um recorte local e temporal.

O rururbano nasce da *práxis* de movimentos de luta por direito à terra. Ou seja, é a união do conhecimento e da ação. É o processo de interferência do gênero humano nas condições ambientais, através da luta de classes. “O desvelamento do mundo e de si mesmas, na *práxis* autêntica, possibilita às massas populares a sua adesão” (Freire, 2015 p.229).

No rururbano, os movimentos se unem em suas diferentes experiências e abordagens, mas com um objetivo comum de ocupar uma área específica. É uma maneira alternativa de pensar o ato de ocupar. É que para busca promover uma concepção híbrida de espaço, sem grandes engessamentos acerca dos modos de vida rurais ou urbanos, tendo em vista a autonomia que um e outro são capazes de proporcionar.

Segundo Freire (1996 p.12), “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo”. Sendo assim, quando há a união entre a prática e a teoria, tem-se a *práxis*, como ação criadora e modificadora da realidade.

A *práxis*, sendo esta atividade teórico-prática, é onde a teoria se modifica constantemente em relação à experiência, que por sua vez se modifica constantemente em relação a teoria. No rururbano, é a ação concreta idealizada para além dos movimentos, afinal, a ação prática é onde os moradores tornam o rururbano concreto ou não.

O rururbano se caracteriza como a prática que desenvolve a teoria. Seja na prática da agricultura urbana, nos modos de vida, ou na própria negação da possibilidade que de fato haja um movimento rururbano vinculado à Dandara. É através da experiência, ou seja, observação, e das teorias iniciais em relação ao rururbano que podemos desenvolver reflexões mais aprofundadas sobre o tema.

3.4.1. A Dandara e o sonho rururbano

“Vida sem utopia, não acredito que exista”
Caetano Veloso

No início deste trabalho, quando comecei o estudo de campo, mantive a ilusão de definir a Dandara como sendo ou não rururbana. No decorrer dos meses percebi a ineficácia em rotular espaços e pessoas. Não há funcionalidade neste debate se “é ou

não rururbana”, mas sim na compreensão real do que é o planejamento rururbano neste local.

Entretanto, acredito na importância de trazer as complexidades vivenciadas pelos movimentos e lideranças, e como certas dificuldades os levaram - tanto militantes quanto moradores -, a adaptar o planejamento prévio. Afinal, o rururbano se trata disso, de adensar as qualidades do rural e do urbano, sempre mantendo em vista a autonomia dos sujeitos.

A perspectiva inicial, com a lógica de uma centena de famílias e seus hectares, foi surpreendida pela proporção que a ocupação tomou. O *boom* da Dandara! Em poucos dias, o número de moradores era dez vezes maior que o planejado, e os movimentos se viram obrigados a reorganizar esta estrutura.

“E aí, teve um *boom* né? Quando nós entramos, a comunidade foi muito noticiada, e isso fez com que a proposição inicial do rururbano, se tornasse, em certo modo, não inviável, mas difícil, porque como é que num território de 31,5 hectares, 315 mil metros quadrados, mas com 1000 famílias lá dentro, como é que faz né? Então ficou de certo modo comprometida aquela proposta inicial do acampamento rururbano” (Joviano, Advogado Popular e Militante das BP’s).

“Foi o número expressivo de família, essa foi a maior dificuldade que nós encontramos. Porque a gente, quando vai para a ocupação, a gente faz uma seleção com trabalho de base, faz um trabalho de base, articula, faz um contexto ali, explica onde vai ser a ocupação e tudo, e pega as famílias e vai! Ai quando fizemos esse trabalho, o número de família que a gente projetava era 150 famílias. No entanto, cometemos o equívoco de não conseguir organizar as 150 famílias, onde deparamos com 887 família. Ai você imagina? Difícil demais!” (Joaquim, Militante do MST).

Sob a ordem pragmática do debate, a grande questão em torno do rururbano é: manter os lotes e terrenos espaçosos, ou gerar moradia para mais famílias? Naquele momento, a escolha foi por abrigar o máximo possível de moradores. Abrir mão do processo de formação que já havia sido feito, do planejamento da infraestrutura do local que já dava seus primeiros passos, adaptar toda a lógica de quase um ano de articulações.

Não são decisões fáceis, e são demandas imediatas. Os movimentos não tinham tempo para pensar em outras opções que não receber esta nova realidade. Seria, no mínimo, incoerente, negar moradia às famílias que chegavam dispostas a lutar pela Dandara e ocupar junto. Então, a opção foi adensar a população da ocupação e receber estas famílias que necessitavam de um lugar para morar.

A partir de então, a ocupação foi se construindo dentro de sua própria lógica. O planejamento inicial sobre um modelo rururbano não era mais possível, porém, a categoria “Ocupação Rururbana” se manteve e se transformou ao longo dos meses de ocupação. Aos poucos esta categoria foi incorporando aspectos das representações do rural para defini-la como rururbana. A característica principal deste espaço foi a horta comunitária e os quintais.

Em se tratando de representações do rural e do urbano, encontramos características de ambos. Na paisagem da Dandara estão presentes elementos próprios às representações do rural como :quintal, chão de terra, as hortas, animais, etc. Assim como do urbano: muros, tecnologias, e tudo o que pode vir a remeter às ruralidades e urbanidades mais recorrentes no senso comum e nas lembranças de cada um.

Neste item, em alguns momentos, resgato estas representações enquanto falas dos moradores da ocupação.

“Dandara, ela não é a rururbana que a gente sonhou no projeto inicial. Mas ela continua com várias características, como a gente citou alguns exemplos das pequenas hortas, dos pintos, das galinhas, dos cavalos, e sobretudo dessa dimensão de comunidade, de relacionamento que ainda existe, a dimensão religiosa, o jeito de viver a fé, a maneira como as pessoas se relacionam. Eu acho que ela traz esses traços, e eu não sei se é possível você construir e dizer: “é totalmente dentro do modo urbano”. É algo que tem uma proposta rururbana e não é 100%. É o jeito que o povo acabou definido, construindo, e que também as consequências dos problemas urbanos determinaram. A realidade, ela é determinada pelas pessoas! Históricas, sociais, enfim, mas eu acredito que ela traz muito isso! Como vejo também nas outras ocupações, que inclusive isso nem foi trabalhado como no Dandara! (Rosário, Advogada Popular e articuladora da Rede de Apoio).

Neste ponto, é importante retomar o debate proposto pelos movimentos acerca da autonomia. A partir do ponto onde o projeto rururbano idealizado aparentemente “não deu certo”, ele ultrapassa suas dificuldades iniciais e passa a ser (des)envolvido no cotidiano de cada família que ocupa aquele local. A forma rururbana escapa das mãos dos movimentos e passa a ser (re)apresentada pelos moradores da ocupação.

De acordo com Monte-Mór (2012), podemos refletir alternativamente sobre a dimensão local, que marca o sentido do lugar. O local, a escala do lugar, possui crescente importância na sociedade urbanizada face à crescente integração e fragmentação do espaço-tempo-sociedade mundial, ao significar a materialização de um conjunto de forças e processos sociais que agem em um lugar específico.

Sendo assim, para Monte Mór (*op.cit*) o local contemporâneo se caracteriza como o resultado da multiplicidade de tempos e processos sócio-espaciais ali manifestos. Semelhantemente, podemos identificar escalas distintas. O local pode ser: um bairro; município; ou mesmo um conjunto articulado de municípios. O que demarca o local, para além da definição territorial, é a dominância do cotidiano.

Segundo o autor, não estamos falando do local quando pensamos nas redes de interesses articuladas em espaços distantes, ainda que ali também se traduzam. O local tem, portanto, uma territorialidade específica, ao mesmo tempo em que expressa a predominância de questões vinculadas ao cotidiano, ainda que influenciadas por questões relacionadas aos processos do espaço econômico abstrato. Ou seja, o local é, de fato, uma escala que tem uma espacialidade demarcada e uma sociabilidade específica ditada por seu cotidiano.

É inegável que em vários aspectos a ocupação replica modelos de habitação que conhecemos em Belo Horizonte. Porém, existe uma dinâmica única presente na Dandara que não pode ser ignorada. Uma sociabilidade que não se vê em outros espaços, e que parte das estruturas das casas e seus quintais, mas também do convívio entre os moradores; se desenvolve a partir de uma relação intensa com a história do local onde se habita, e que traz uma nova perspectiva sobre o habitar e seus meios de vida.

Ainda que as propostas de cooperativas de produção não tenham se desenvolvido até então, há uma união da comunidade que deixa em aberto possibilidades de futuras uniões de produção como esta. Esta é a sociabilidade encontrada em espaços ocupados, onde diferentemente dos bairros tradicionalmente constituídos, os moradores não se conhecem, por vezes, não conhecem a história daquele local, e não possuem perspectivas de uma construção conjunta em prol da melhoria daquele espaço.

Seja a Dandara rururbana ou não, ela é uma mescla de movimentos, redes de apoio, moradores, mídias, que a constroem e a modificam todo o tempo. O imaginário dos movimentos pode não ter se concretizado como o esperado. No entanto, a construção coletiva dos moradores se realizou e gerou a comunidade como se apresenta hoje, em um processo de emancipação de cada morador envolvido no ato de ocupar e na luta pelo direito a participar da cidade.

A ocupação é o que a torna real. Ela se fez com a autonomia dos que lá construíram suas moradias, e essa é a essência do rururbano, a essência da autonomia.

Foge ao ideal dos movimentos, surgem disputas internas, várias lógicas se desmembram no desenrolar de sua história, porém, é um desenrolar que vem de dentro da ocupação. É a resposta direta ao ideal de uma reforma urbana pautada na autonomia. Uma visão de empoderamento daqueles que ocupam e constroem diariamente a ocupação.

Para os moradores, alguns acreditam que a comunidade nunca foi rururbana, outros entendem como um ideal que não seguiu já logo nos primeiros meses, e ainda existem os que confirmam a “rururbanidade” da comunidade nos dias atuais. A nós, visitantes, apoiadores, leitores destas rotinas, cabe assimilar os conhecimentos e conclusões daqueles que vivem no local.

“Deu certo! Deu certo o rururbano! Deu certo. A gente implantou aqui na comunidade vários quintais, várias plantas, e o rural traz isso por exemplo que a gente tem na comunidade hoje, uma convivência junta, que a gente traz uma convivência junta, aonde a gente tem muito plantio, não planta quem não quer! É isso a vantagem do rururbano é isso! E a gente pretende que seja uma área urbana e rururbana!” (Seu Orlando, Morador da Ocupação e militante das BP’s).

“Eu acho que a Dandara está caminhando para um bairro, falar a verdade com você, ela está caminhando para um bairro de primeira classe, ela já deixou de ser rururbana há muito tempo, a não ser os antigos, né?” (Dona Ângela, Moradora da Ocupação e militante das BP’s).

“Ainda tem uma partezinha, assim, que vive esse, sabe, esse sonho que parte foi sonho e parte é realidade. Então assim, ainda tem uma partezinha que é rururbana” (Felter, Morador da Ocupação e militante das BP’s).

Se muitos ainda chamam a Dandara de rururbana, outros nem tanto, a lógica e o modelo de ocupar, a construção em torno de uma ideia de autonomia e acima de tudo a união dos movimentos sociais é uma construção histórica de um processo de luta que reverbera no presente.

Seja a Dandara rururbana ou não, a constante construção coletiva de processos de luta e rupturas de paradigmas urbanos que ela deixa para a cidade e para os movimentos é de força, união e resistência. O modelo proposto trouxe uma nova perspectiva de cidade e esta ideia ainda está presente, de alguma maneira, nas casas e ruas da ocupação Dandara.

O trabalho de repensar o modelo ao qual estamos habituados será sempre perceptível na ocupação. Fruto do processo de formação, fruto das assembleias e debates entre moradores, fruto da luta e resistência pela permanência no terreno. O rururbano, por fim, se tornou o que a comunidade gostaria que ele se tornasse, porque

a construção e desconstrução da Dandara foi e ainda é coletiva. Dandara é fluída, é um espaço de fronteiras que segue seus caminhos autônomos, rumo à sua liberdade.

4. FORMAÇÃO DE UMA REDE SOCIOTÉCNICA E OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CONFLITO

Após a ocupação do território e ao longo do devir histórico em prol da construção de uma autonomia, a formação de “redes de apoio” em torno do processo de luta por moradia, tanto em apoio aos movimentos sociais, quanto em apoio aos moradores, faz mais que fortalecer, possibilita, de fato, que esta luta se concretize, uma vez que são muitos os desafios e conflitos que se impõem a moradores e lideranças.

Segundo Ghon (2008), a “rede” é uma categoria bastante utilizada na atualidade, com diferentes sentidos. Ela se tornou importante na análise das relações sociais em territórios ou comunidades de significados. Sua relevância vai além de permitir a leitura e a tradução da diversidade sociocultural e política presente no local, ela permite uma análise sem recair em visões totalizadoras da unicidade. As redes possuem certa permanência e realizam a articulação de uma multiplicidade do diverso, tanto nos períodos de fortes fluxos das demandas, como nos de refluxo.

Por serem multiformes, como afirma Scherer-Warren (2006), as redes aproximam atores sociais diversificados – desde os níveis locais aos mais globais, inseridos em diferentes tipos de organizações –, e propiciam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Mesmo que esse diálogo não se apresente isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações referentes a diversos aspectos da cidadania permitem aos movimentos sociais ultrapassarem a defesa de um sujeito identitário único passando à defesa de um sujeito plural.

Os movimentos sociais utilizam de estratégias de divulgação dos conflitos para conscientizar e trazer ainda mais apoiadores para as ocupações. Este movimento entre as redes fortalece e potencializa a fase de estruturação das famílias na comunidade e contribui consideravelmente para a sustentação dos moradores no território.

Estas articulações, muitas vezes, se iniciam em uma determinada ocupação, de maneira pontual. Porém, normalmente estas redes estendem sua atividade e passam a abranger as demais ocupações, espontâneas ou planejadas, que se encontram em situação de risco. A luta pela permanência no território se torna unificada e as ocupações passam a atuar de maneira conjunta, tanto os moradores, movimentos sociais, quanto as redes de apoio.

Estas redes de apoio se formam também em torno dos moradores que recebem moradores de outras ocupações em situação de despejo. Quanto mais próximas as

etapas de luta, mais próximos os territórios se tornam, a ponto de incorporarem famílias despejadas de outras ocupações. Os atos públicos também são símbolo do apoio destas redes, onde podemos acompanhar moradores de todas as ocupações da cidade juntos na luta por reforma urbana.

A Rede de Apoio e Solidariedade da Dandara foi formada por diversos setores da sociedade logo nos primeiros dias de ocupação. Iniciando-se pelos grupos religiosos, mas perpassando por universidades, redes de apoio pedagógico, cultural, e chegando a receber apoio internacional, entre outros. Dada a extensão das redes que se vinculam à ocupação, seria necessário um trabalho específico nesta temática para mapear e demonstrar as diferentes redes e a formação coletiva que se dá a partir deste processo de ocupação. Deste modo, opto por narrar apenas algumas destas redes e suas implicações no movimento de ocupação da Dandara.

4.1. “Mexeu com uma, mexeu com todas”: A formação de redes em prol do direito à moradia

Porque quando você junta, e eu acho que foi essa a força da Dandara... É mostrar que estava junto! Brigadas, MST, CPT, diversas redes, instituições fortes, a rede cidadã, enfim, a RECID... E eu acho que isso foi o forte! (Rosário, Advogada Popular e articuladora da Rede de Apoio).

Entrar em um ambiente de ocupação, na periferia de uma capital como Belo Horizonte, não é algo tão simples. Os movimentos precisam assegurar sua descrição em torno das estratégias políticas que podem se desenrolar na luta pela permanência no território, e, claro, existe sempre o medo, fruto de um bombardeio midiático que nos leva a pensar nos riscos de adentrar estes espaços periféricos. Comigo não foi diferente!

No início da pesquisa precisei encontrar uma rede que me ligasse aos moradores da ocupação. A partir deste elo, logo conheci os movimentos. Aos poucos, eu mesma me tornei uma apoiadora, uma militante, mas também, parte da rede que leva pessoas “de fora” - interessadas na temática - para dentro da ocupação.

O papel destas redes que se formam, ainda hoje, é de manter: a ocupação, sua estrutura, e sua segurança em relação ao Estado. É importante não perder de vista que a própria ocupação nasce de um processo de articulação entre diferentes movimentos que acionados - como redes -, lutam em prol da moradia. E esta é uma importante característica da ocupação Dandara, e do próprio processo de ocupar, a construção das

redes e sua interferência no processo de permanência das famílias e dos rumos do projeto rururbano.

Seja no apoio aos eventos que a comunidade realiza, seja na questão judicial, arquitetônica, ou mesmo nas campanhas divulgadas pelas mídias para que a luta tome maiores proporções, as articulações das redes de apoio, formadas em torno da ocupação, são um vasto material de análise da força política que a mobilização destes apoiadores possui em situações como a que Dandara vivenciou.

A Rede de Apoio e Solidariedade da Dandara nasce da demanda por proteção dos moradores contra as investidas violentas do Estado. Logo nos primeiros dias, a CPT convoca sua rede, por meio da Advogada Popular Maria do Rosário, para promover o apoio à ocupação. Membros da Arquidiocese passaram a acompanhar de perto o conflito em curso pela permanência no território ocupado. Este início da formação da rede de apoio foi apontado pela advogada (e apoiadora) como um elemento importante para que a ocupação se mantivesse no terreno até os dias atuais:

Então, foi muito interessante. Eu acredito que em boa medida, o despejo não aconteceu por conta dessa grande rede que se estruturou. Na verdade, assim, nós chamamos a princípio a Arquidiocese, o Arcebispo mandou representante, todas as congregações religiosas que tinham esse compromisso, os apoiadores todos. E assim foi se constituindo uma rede e eu acho que não foi privilégio meu nem de uma ou duas pessoas, porque na medida em que nós fomos acionando as pessoas, umas foram chamando as outras e quando a gente se deu conta, a gente tinha um grande grupo que a gente passou a chamar de Rede de Apoio e Solidariedade da Dandara, né? E foi interessante porque isso foi crescendo de modo que a gente passou a ter apoio até internacional. Vários países manifestaram, né? E aí a gente passou a fazer reuniões periódicas dessa rede de apoio dentro da comunidade, né? Teve congregações religiosas que instituiu em comunidades próximas depois - próximas a Dandara que virou uma comunidade mais perto. Então eu acho que isso foi muito importante e que eu acredito que é um detalhe, assim, que os movimentos sociais precisam não perder de vistas. Por exemplo, o MST, a gente sabe que ele tem uma grande rede de apoio, né? O MST em várias regiões, possui apoiadores inclusive financiando o trabalho, na luta, né? E isso a Dandara revelou e depois também essa interlocução de trabalho com advogados, arquitetos, as diversas áreas do conhecimento, né? A Psicologia Social, o pessoal da PUC, enfim, né? A Geografia. Assim, eu acho que criou um processo de construção coletiva integrada assim muito interessante, né? Essa rede de apoio. E cada um oferecia o que podia, né? Tinha gente que ia lá só para visitar as famílias, né? Outras para tentar correr atrás de cesta básica - que num primeiro momento foi muito necessário esse tipo de apoio, né? De roupa, de coisas emergentes que o povo precisava mesmo, né? Mas eu acho que mesmo quem chegava assim só com essa visão foi se politizando também, né? Com a luta das famílias. (Rosário, Advogada Popular e articuladora da Rede de Apoio).

Este conceito de redes possui longa trajetória no campo da antropologia onde os pesquisadores mapeiam estas articulações sociais a fim de compreender estas relações complexas que se cruzam em redes de sistemas sociais. De acordo com Barnes (1987), o termo rede social foi empregado para descrever como eram utilizadas as noções de igualdade de classe e os laços pessoais, e este conceito se tornou um útil instrumento na análise de processos políticos, relações entre um mercado e sua periferia, diferenças estruturais entre sociedades, e assim por diante.

Em se tratando das redes de solidariedade que se formam em volta dos movimentos sociais, de acordo com Gohn (1997), os indivíduos e grupos têm metas comuns, e assim as oportunidades políticas que existem na estrutura social e na conjuntura sociopolítica provém a eles - indivíduos agindo juntos – como saídas para a ação coletiva. No desenrolar destas ações, criam-se novos significados para a mobilização que se constrói a partir atores coletivos que agora são organizados em movimentos sociais.

Neste sentido, o conceito de redes de solidariedade é empregado pelos apoiadores da comunidade Dandara já logo em seus primeiros dias de ocupação, sendo a palavra “apoio” uma categoria nativa que emerge naquela ocasião emergencial. Estas redes são criadas a partir da ação das lideranças dos movimentos sociais em acionar atores estratégicos que por sua vez se tornam organizadores destas redes de apoio.

Por exemplo, a Dandara aconteceu na quinta-feira santa. Naquele sábado e domingo eu tive que viajar para a Bahia para assessorar um quarto encontro de política na diocese lá, mas antes de ir eu liguei para a Rosário e falei para ela: "Você podia dar uma força lá e tudo, chama freis, padres, e tal". Ai ela telefonou já, ela tinha muitos contatos com as freiras e os freis e seminaristas, e naquele final de semana mesmo ela começou a visitar a Dandara, no terceiro dia da Dandara, e já fez uma reunião com a rede de apoio. Ai começou a nascer a rede de apoio! Nessa reunião ela chamou foi o Joviano, prof. Fábio Alves e começou a chamar freiras, seminaristas, padres, e ai o trem foi ampliando e a rede foi aumentando! Ai entrou a Sãozinha, ela ajudou muito! Ela era pela Rede Cidadã. A Rosário é muito craque na questão de articulação, comunicação. O que ela gastou de tempo telefonando e mandando mensagem, e não sei o que tem que fazer isso, aquilo! (Gilvander, Representante da CPT).

Estas redes possuem um caráter prático, de formação, e bastante distinto dos movimentos sociais propriamente ditos. As redes são menos expostas que os movimentos sociais. Nem sempre tomam frente nas reuniões ou atos públicos. Este papel é desempenhado pelos movimentos. As redes se dispõem a contribuir nos

“bastidores” da luta, dando sustentação aos movimentos e mais ainda aos moradores para que sigam com seus ideais de moradia.

Quem liderou a rede de apoio foi a Rosário! Na época ela era freira. A Rosário eu considero a mãe da Dandara, porque ela é a mentora de todo o processo de organização interno da rede de apoio. Ela é pequeninha, mas ágil, muito mais nos bastidores do que nos microfones! (Gilvander, Representante da CPT).

No contexto da Dandara, após a primeira formação da Rede de Apoio e Solidariedade, outros sujeitos foram sendo acionados e inseridos no processo de ocupação dando maior proporção às redes. O movimento de apoio proveniente das universidades (PUC/MG e UFMG) passa a ter uma importante atuação. Em especial, a questão arquitetônica de organização e estruturação do terreno começa a ser desenvolvida com base nestas redes de estudantes.

O alargamento destas redes é um processo relativamente simples de mobilização, onde cada um pode contribuir através do seu saber-fazer, ou de suas habilidades profissionais, ou mesmo do ato político de estar presente nestes territórios somando forças. Cada um destes envolvidos, em momento oportuno, mobiliza outros agentes, também detentores de outros conhecimentos e assim a rede se expande e fortalece a estrutura da comunidade e também, dos movimentos sociais.

Para Gohn (1997) o poder dos movimentos sociais provém deste misto de recursos internos e externos; para que os militantes dos movimentos tenham sucesso, há a dependência não apenas de uma organização, mas das redes sociais e seu suporte e das estruturas de mobilização, que os conecta entre si. Dependem também, nas sociedades contemporâneas, das mídias para se comunicar com seus aliados, e também com seus inimigos, além de inovar os repertórios que utilizam de modo a atingir um público mais amplo.

No caso da Dandara, as várias mídias passam a ser utilizadas, em especial os *blogs*, meios de comunicação comum naqueles anos. Estes são utilizados como instrumentos de mobilização, até mesmo internacional, acerca do processo de luta por permanência no terreno que os moradores vivenciavam naquela fase. Passam a ser instrumento da estratégia de articulação, mobilização e resistência da luta por moradia.

Entre várias mobilizações provenientes das redes de apoio, uma delas foi a Rede Cidadã - RECID, que a partir de uma perspectiva de educação popular com base em Paulo Freire se tornou uma das estruturas pertencentes ao processo de formação

dos moradores. A representante Sãozinha conta que muitas vezes eles liam o livro “Pedagogia do Oprimido” com os moradores, ainda em barracos de lona, de modo a gerar debates e trocas dialógicas acerca dos dilemas enfrentados pela/na ocupação.

Fiquei sabendo pela televisão, rádio, e uns meses depois na Faculdade de Educação quando uma professora falou: Sãozinha você mexe com isso, estamos precisando lá na Dandara (foi até a Sueley Cachoeira do MST) e estamos precisando trabalhar Paulo Freire! A Rede de Educação Cidadã que era onde eu já estava ligada voluntariamente trabalha Paulo Freire, então, cai na Dandara! Já tinha um mês ou dois que estava acontecendo e aí conheci Rosário. Gilvander a gente já conhecia de outras lutas, mas assim, não diretamente, né? E começamos a participar de reuniões lá, a princípio no Núcleo de Educação, e aí eles dividiram as coordenações para conhecer todo processo. Eram 10 coordenadores, um casal por 100 pessoas, ou seja, mil pessoas. E todo processo organizativo debaixo de lona e enfrentando polícia e dividindo em grupos, em núcleos, de saúde, educação também, porque a divisão já tinha essa preocupação em trabalhar (Sãozinha, Membro da RECID).

As universidades constantemente atuaram no território ocupado. Redes de apoio provenientes de instituições como PUC-MG e UFMG, colocavam seus grupos de pesquisa e alunos de disciplinas em contato com os moradores de modo a conhecer esta realidade. Os professores normalmente eram convidados pelos militantes que já possuíam este laço com a academia. Alguns dos cursos que atuavam mais ativamente na ocupação eram: arquitetura, geografia, serviço social, ciências sociais, comunicação e psicologia. Muitos destes estudantes, ainda em formação, realizaram seus projetos de conclusão de curso com base nos processos vividos na Dandara. Neste trabalho resgato monografias e dissertações destes estudantes que narraram a realidade da ocupação em seus primeiros anos (ANDRADE e LELIS, 2010; COTTA, 2016; LOURENÇO, 2014; MIRANDA, 2012; SOARES, 2013; BITTECOURT, 2017).

Porém, neste último grupo, pontua Bizzotto (2015), é importante ressaltar que a universidade deve apresentar-se como mais uma figura no movimento de resistência que gera respaldo à causa das ocupações em mesas de negociações, por exemplo, ou diante da opinião pública, sendo essencial não elevar sua cientificidade diante dos conhecimentos e saberes produzido pelos próprios moradores dentro dos territórios durante o processo de constituição de sua luta. Creio que o maior desafio que se coloca para estes grupos é dialogar com isso, cuidando-se para afirmar seu posicionamento político, e para além de um comportamento acadêmico, contribuir com o fornecimento de ferramentas capazes de tornar mais acessível um mapeamento das questões técnico científicas para a comunidade externa.

A ocupação contou também com a inserção de grupos como a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU. A AMAU é um coletivo de pessoas, grupos comunitários, organizações, pastorais e movimentos sociais que desenvolvem e apoiam iniciativas de agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte.²⁶ Sua atuação possui significativa ligação ao aspecto rururbano apresentado pelos moradores. As oficinas e mutirões propostos pelo coletivo resgatam o aspecto da agricultura e do plantio de hortas na comunidade.

E aí eu lembro do dia que nós fizemos feijão tropeiro num domingo, um mutirão para o povo poder ir trabalhar... Pedro Otoni carregando tora para cercar, e o Seu Orlando com um dos meninos que participavam da AMAU, de permacultura, foi todo mundo para trabalhar com um sol danado, e a gente fazendo a comida, dona Fátima fazendo a comidinha no barraco dela, que eu comprei os materiais, feijão, as carnes, e fizemos e passamos o dia inteiro! Eles já tinham levado para poder levantar a cerca, fazer os buracos, plantar as mudas, fazer canteiro, e aos poucos foi envolvendo algumas pessoas na horta! (Sãozinha, Membro da RECID).

As redes se mantem em suas especialidades, mas também ultrapassam esta esfera puramente técnica. Durante a pesquisa tive acesso, ainda que não presencialmente, ao mutirão em torno da construção de um parquinho infantil atrás do Centro Comunitário para as crianças da comunidade. Todas as redes foram convidadas a auxiliar neste projeto que era de estudantes e profissionais da arquitetura envolvidos com a ocupação.

Em apenas um final de semana o parquinho estava pronto. Utilizando pneus, cordas, madeira e materiais recicláveis, o projeto foi executado sem nenhum custo de mão de obra, apenas com a colaboração das redes de apoio que extrapolam os limites territoriais da Dandara. Hoje, grande parte destas redes está envolvida em outras diversas ocupações espalhadas pela cidade, fortalecendo não apenas a luta pela permanência da Dandara no território, mas de todas as outras ocupações em seus espaços de luta pela moradia.

Outro apontamento acerca das redes é o seu caráter de união das bases. A rede se forma não apenas entre os apoiadores e a ocupação, mas entre as ocupações como um todo! Em casos de reintegração de posse, ou em manifestações e atos públicos, as ocupações - em especial aquelas com maior risco de despejo -, unem forças para garantir a permanência nos territórios ocupados.

²⁶ Disponível em: <https://aueufmg.wordpress.com/amau/>

Grande parte da articulação, no caso das redes entre moradores, é mobilizada pelos movimentos sociais, porém ela toma força e autonomia estreitando o laço entre os moradores. Em atos públicos, manifestações, ou mesmo em vigílias que precedem ordens de despejo, movimentos e moradores de outros territórios se solidarizam e se mobilizam para auxiliar nestes momentos de resistência, dissenso, e até mesmo de conflito contra o aparato Estatal.

Estas redes entre moradores possui uma maior intensidade de acordo com o processo/momento de luta que cada ocupação está vivenciando. Ocupações com maior risco de despejo tendem a se mostrar mais solidárias às outras, enquanto ocupações já mais constituídas em seu território, como é o caso da Dandara atualmente, tendem a seguir suas rotinas e não aderirem com a mesma frequência aos atos e manifestações públicas.

Os elos que os mantem engajados na luta por reforma urbana, no caso da Dandara, são compostos pelos moradores que possuem proximidade com os movimentos sociais, ou, que de fato atuam como militantes em outros territórios ou mesmo na própria Dandara. Pontuo que o processo de sociabilidade e rede de vizinhança da comunidade é bastante diferenciado em relação a outros bairros comuns da RMBH, porém, a mobilização em prol da rede de apoio às outras ocupações é que tende a reduzir a partir da rotina cotidiana das famílias que moram no território já estruturado.

Atualmente as redes de apoio que se inserem no território da Dandara se (re) configuram de acordo com as demandas da comunidade. Com novas características e formações, diferentes atores passam a integrar as redes suprimindo as necessidades da ocupação que já se encontra numa fase de maior estrutura. Programas de medicina popular, peças teatrais, roda de debates, cursinhos populares, são algumas das novas inserções que surgem no território.

A Dandara ainda se mantém aberta às redes que a apoia. Há explicitamente um sentimento de gratidão dos moradores a todos aqueles que participaram e participam da história da ocupação. O tempo todo em que estive na comunidade, em especial nos dias de festa onde há uma construção de um espaço coletivo, vi diversos estudantes, moradores de outras ocupações, comunidades vizinhas e militantes, adentrarem este

espaço de luta em busca de contribuir de algum modo com a realização dos 7 anos de ocupação.

A sociedade civil organizada contemporânea, para Scherer-Warrer (2006) tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, inter-organizacionais e de redes de movimentos e de formação de parcerias, criando assim novos espaços de governança a partir do crescimento da participação cidadã. Neste contexto, as redes de movimentos sociais possibilitam a transposição de fronteiras territoriais ao articularem ações locais às regionais, nacionais e transnacionais, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas; compreendendo, em um sentido amplo, o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos. Respeitando as diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada.

Deste modo, o engajamento de diversos grupos que constituíram e ainda constituem estas redes de apoio demonstram um processo dialógico de formação entre os envolvidos. Ainda segundo Scherer-Warrer (*op. cit*), essa é a nova utopia do ativismo: mudanças com engajamento com as diversas causas sociais dos excluídos e discriminados e a partir da defesa da democracia na diversidade. E assim ocorre com o processo de ocupação.

O ato de ocupar, para os movimentos sociais, vai além de morar no território. É um processo de resistência e aprendizado – coletivos -, e de politiz(ação) das diferentes alas da sociedade. As formações políticas estão para os moradores assim como para as redes e movimentos. Esta troca de saberes que é o processo de formação é tão importante quanto o ato de ocupar o território, ou mesmo de se manter nele.

4.2. O espaço da festa também é espaço da luta: A experiência coletiva do abraço à Dandara e o aniversário de 7 anos da Ocupação

*Minha gente
Era triste amargurada
Inventou a batucada
Pra deixar de padecer
Salve o prazer!
Salve o prazer!
(...)
(Chico Buarque)*

Este item se inspira na concepção de Lefebvre (2001) que, para além dos discursos tradicionais nos apresenta a “festa” enquanto fenômeno espacial²⁷. Entendendo a festa enquanto estratégia adotada pela ocupação na luta por permanência no território, este termo apresenta-se como a manifestação espacial e a dimensão cultural da cidade. A festa é o espaço de trocas e da dimensão cultural da vida coletiva. Para o autor “(...) o uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a festa (p. 12)”.

A Festa funciona como uma espécie de dramatização, meio pelo qual, pontua Da Matta (1983), é possível tomar consciência do mundo e, a partir daí, dar um sentido à ele. A rua, a praça, os espaços públicos, enfim, toda a cidade é tomada pelo povo. Porém, não como acontece usualmente, no cotidiano, durante as tarefas do dia-a-dia necessárias à sobrevivência. No ato da Festa, a massa se transforma em um grupo aglomerado de cidadãos, com história e identidade territorial em comum.

Considerando este aspecto espacial, a festa passa a ser também um espaço de poder.

O abraço à Comunidade Dandara, por exemplo, foi uma maneira que os movimentos e moradores da ocupação encontraram de articular e mobilizar as redes e a sociedade civil em prol da luta por moradia. Sob risco de sofrerem uma reintegração de posse, mais uma vez a manutenção da ocupação no território foi possível dado o envolvimento da rede de apoiadores da comunidade.

O cenário era de um possível despejo e o governo continuava se negando a negociar com os moradores. No segundo semestre de 2011, a ocupação recebeu uma notificação de que seria expedido o mandado de reintegração de posse que tramitava na 20ª vara Cível da Comarca de Belo Horizonte. Neste momento eram mais de 1000 famílias que viviam no território há mais de dois anos. Ainda assim, o Estado estava disposto a colocar seu contingente policial à disposição do despejo.

Como estratégia de resistência e apoio, dando visibilidade à luta da comunidade, no dia 16 de outubro de 2011, semana das crianças, houve uma grande festa para comemorar o dia dos “filhos de Dandara” (Frei Gilvander, representante da CPT). Para isso, foi organizado um abraço solidário à ocupação. Neste momento, o

²⁷ Para Lefebvre (2001), a cidade é um *locus* privilegiado da política, da festa e do excedente e, portanto, o direito à cidade perpassa por ter acesso aos espaços decisórios (política), à festa e ao excedente de produção.

MST, que já não atuava na coordenação da ocupação, realizava um encontro dos “sem terrinhas” e o movimento se organizou para levar 500 crianças para o evento na ocupação.

“O MST levou 500 crianças! Estava tendo um encontro dos sem terrinhas aqui, estadual, e nós organizamos e eles foram para lá! Teve o abraço, teve helicóptero tirando foto (...)” (Joaquim, Militante do MST).

As famílias e movimentos vinculados organizaram o abraço à comunidade. Centenas de pessoas de diversos locais do país, estudantes, religiosos, moradores da região, apoiadores e artistas estiveram presentes no abraço dando apoio à ocupação. As casas foram enfeitadas com bandeiras vermelhas simbolizando a luta em nome do direito à moradia.

Em um momento ecumênico idealizado pelo Frei Gilvander, houveram falas de diversos setores envolvidos no evento. Os próprios sem terrinhas entoaram palavras de ordem: “Mexeu com a Dandara, mexeu com os sem terrinhas e com o MST” (Joaquim, Militante do MST), em apoio a permanência da comunidade.

Assim como no ato da ocupação do terreno, a comunidade relembrou esta estratégia e se organizou em nove grupos. Levando consigo uma bandeira vermelha, as centenas de apoiadores foram conduzidas pelos moradores que se espalharam entre as áreas da ocupação. Marcados pelos cantos, hinos, palavras de ordem e foguetes, todos se posicionaram e deram as mãos em volta da ocupação.

Em um helicóptero, o arquiteto Tiago Castelo Branco Lourenço fez imagens do abraço solidário, sendo perceptível o preenchimento de grande parte da ocupação. Com cerca de 3000 pessoas, a comunidade conseguiu abraçar todo o seu território de 330 mil m². Este ato simbólico soou como um recado ao governo municipal e estadual que pretendiam desalojar estas mais de mil famílias. Apesar do governo do estado ignorar o ato, o apoio popular era cada vez mais intenso.



Figura 4: Abraço Dandara

Foto: Cedido por Tiago Castelo Branco Lourenço (16/10/2011).

Duas semanas após o abraço da Dandara, no dia 6 de novembro de 2011, a banda de música popular formada em Belo Horizonte, “Graveola e o Lixo Polifônico” fez o lançamento de seu segundo álbum em um show²⁸ na comunidade, seguidos pelas atrações: MC Dedê (morador da Dandara), as bandas Julgamentos e Pequena Morte, e os Djs Luiz Valente e Alexandre Senna. Também foram expostas fotos que contam a história da comunidade, venda de comidas e bebidas para os visitantes e dois ônibus gratuitos saíram do centro de Belo Horizonte em direção à ocupação.

Esta festa, assim como o abraço à Dandara, reacendeu o debate sobre a Ocupação e trouxe notoriedade sobre a ordem de despejo eminente que as famílias sofriam naquele momento. Através desta estratégia, vários grupos puderam, pela

²⁸ O *show* se realizou também mediante embate particular. A promotoria de urbanismo do Ministério Público, claramente desfavorável à consolidação da ocupação, em atitude notoriamente arbitrária, ingressou com ação judicial alegando desconformidade no processo de licenciamento para o evento ocorrer em local público. Ao passo pelo que constava, o local onde a apresentação se realizaria, era um terreno particular sobre o exercício da posse de centenas de famílias, ou seja, local privado, fora da jurisdição da prefeitura e suas normas de licenciamento. Contudo, o *show* ocorreu porque os advogados populares pediram reconsideração do Juiz, apresentando todos os documentos necessários que comprovavam que, mesmo que em local privado, o evento estava em condições seguras de ocorrer (vigilância, bombeiros, limpeza e policiamento) (BITTENCOURT, p.112, 2017).

primeira vez, conhecer a ocupação e seus moradores. Com isso, era cada vez maior o número de apoiadores.

Atualmente, com 8 anos de ocupação, o momento de maior união entre os moradores é a festa de aniversário da ocupação. Comemorado sempre na primeira semana de abril, no ano de 2016 o evento contou com o retorno de muitos apoiadores que fizeram parte desta luta. As atividades se iniciaram às 9 horas da manhã e seguiram até a madrugada com os shows dos MC's. Estes eventos possuem uma programação direcionada às crianças e jovens da ocupação, mas contam com a visita de comunidades vizinhas, apoiadores da luta por moradia, e a própria rede de apoio e militantes da Dandara.

A comunidade possui a tradição de cantar parabéns e oferecer um bolo – que este ano tinha 3 metros de comprimento - para os visitantes e famílias que moram na comunidade. As paredes do Centro Comunitário foram enfeitadas com balões, fitas e cartazes coloridos feitos pelas crianças. Há também uma movimentação econômica em torno do evento, visto que são construídas barracas onde são vendidas bebidas, comidas e artigos sobre a história da comunidade confeccionados pelos moradores e movimentos.

Durante a tarde, várias atrações se apresentaram no palco montado em frente ao Centro Comunitário. Desde palhaços para as crianças, concursos de dança, até rodas de capoeira com jovens que moram na comunidade. Ao anoitecer foi celebrado um ato ecumênico pelo Frei Gilvander, que relembrou momentos importantes da ocupação, seguido de um bingo com brindes cedidos pela igreja. Ao final do evento, shows com Mc's locais encerraram o dia de festividades.

Policiais, ao contrário dos primeiros anos de ocupação, se aproximaram dos moradores com gentileza e se apresentaram enquanto responsáveis pela segurança do evento que é aberto. A comunidade, hoje, consegue com mais facilidade o alvará para que a festa ocorra. Porém, os moradores não se esquecem dos momentos de tensão que estes uniformes já lhes causaram e pude participar de várias conversas onde o assunto “polícia” era repleto de histórias de violências e torturas psicológicas que os moradores suportaram durante os primeiros anos de ocupação.

Nestes momentos de festa, as lembranças dos dias difíceis onde se dormia no chão, debaixo de uma lona preta e cercado pela polícia se fazem mais presentes. O que me chamou a atenção foi o ambiente de gratidão pelas conquistas alcançadas, mas também de saudade da intensidade das relações naquele período. Durante a festa, que

dura todo o dia, foram muitos os moradores que relataram a saudade da união que existia naquele tempo, “(...)todo mundo estava com a corda no pescoço, aquele processo de união, mas depois quanto mais aumentam as casas de alvenaria, mais acomoda” (Frei Gilvander, entrevista setembro 2016).

Enquanto relembavam as histórias de 7 anos de luta, ouvi de muitos moradores que nos primeiros anos na ocupação não haviam cercas, todos se ajudavam e a comida que se fazia para um, era para todos. Hoje, segundo os moradores, a rotina da metrópole alcançou esses lares. Percebo que esta tendência à acomodação e ao individualismo é comum em diversas camadas da sociedade, e mesmo em locais de luta como a ocupação Dandara.

4.3 As mídias como redes de divulgação da luta pela permanência da Ocupação Dandara

Galo cantou, camará!

Os meios de comunicação, divulgação e as redes sociais são da mais alta importância em lutas populares. O grande reconhecimento midiático que a Dandara recebeu, logo em seus primeiros dias, promoveu enlaçamentos com parte da sociedade civil que passou a acompanhar e intervir nos processos vividos no território. Sua luta passou a ser conhecida em diversos países e correntes de resistência se formaram em apoio a manutenção dos moradores na ocupação.

O termo mídia, segundo Azalmora e Salgado (2014) é abordado de distintas maneiras e apresenta significados variados. Segundo a etimologia do verbete *Media* (mídia), é o conjunto de meios. Contemporaneamente, entende-se que a mídia se refere não apenas ao aparato técnico, como também às relações interpessoais constituídas e mediadas por tais aparatos e seus processos de significação. Dito de outra forma, a noção de mídia não se restringe à técnica deste processo comunicacional, pois está implícita e leva em consideração também suas características interpessoais, de semiótica, e culturais deste processo comunicacional.

Portanto, segundo Azalmora e Salgado (*op. cit*), a mídia é pensada enquanto lugar de apontamento de sentidos, de estabelecimento de maneiras interativas; uma espécie de solicitação de disponibilidades entre os sujeitos a fim de compartilharem experiências; uma forma de estabelecimento de contratos e estruturação de

sentimentos. Em um sentido de fluxo, a mídia se apresenta enquanto um lugar de experiências – vividas, narradas, interpretadas e reconfiguradas.

Assim se apresenta a principal ferramenta midiática referente à luta por permanência nos primeiros anos da ocupação. O *blog* coordenado pelas BP's era uma espécie de diário onde as principais notícias acerca da ocupação eram narradas naquele espaço. A própria mobilização dos vários apoiadores se deu via *blog*. Esta foi uma importante ferramenta comunicacional para fortalecer os embates travados durante os primeiros anos de ocupação.

“(...) o *blog*, que o pessoal usava muito para se comunicar, aliás, o *facebook* ainda não era um negócio tão marcante há 7 anos atrás. O pessoal conversava lá, todo mundo falava muito por *blog*, e telefone” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a ocupação).

Da mesma forma, movimentos contrários são facilmente localizados na internet também através de *blogs* que articulam informações e narrativas de moradores aparentemente do entorno da Dandara contra o movimento de ocupação do território. A origem da coordenação do *blog* não é possível ser reconhecida, porém, eles se apresentam enquanto moradores do entorno, ou seja, possivelmente o bairro céu azul.

Desta maneira, analiso estes dois *blogs* que fizeram parte desta trajetória. O primeiro, conduzido pelos movimentos sociais, chamado “Ocupação Dandara”, onde os acontecimentos, visitas, e artigos referentes à luta por moradia tendo sido constantemente atualizado durante os anos de 2009 a 2012. O segundo o *blog* “Invasão Dandara: A verdade sobre a invasão na Pampulha”, com publicações que datam dos anos 2009 a 2015, com notícias, especulações sobre a credibilidade da luta e de moradores, fotos e informações acerca da ocupação.

Outro importante instrumento, este em áudio visual, é o canal do Frei Gilvander no *youtube*²⁹ onde foram registrados os primeiros anos da ocupação em diversos momentos. O canal possui centenas de vídeos sobre a luta por terras no campo e por moradia na cidade. Frei Gilvander está sempre com uma câmera nas mãos quando vai a estes espaços de luta e a partir daí narra as reivindicações dos envolvidos nestes conflitos por terras.

E por fim, o documentário “Dandara: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito” produzido a partir das experiências dos diversos atores envolvidos no

²⁹ Fonte: <https://www.youtube.com/channel/UCwGdEdUO2-e4KgNTd4VSe7Q> Acesso em 19 de abril de 2017. Palavra-chave: Ocupação Dandara.

processo de construção da ocupação. Neste documentário a história da ocupação foi resgatada a partir da fala dos movimentos envolvidos e dos moradores da ocupação.

O *blog* Ocupação Dandara torna-se um importante instrumento de comunicação com a sociedade acerca dos acontecimentos na ocupação. Textos que relatam as violências policiais sofridas pelos moradores, a situação jurídica do processo de ocupação, campanhas de apoio internacional, etc., além de artigos produzidos pela rede de apoio, eram alguns dos tópicos abordados no site.

Algumas cartas, provenientes da campanha internacional “Salve Dandara”³⁰, foram publicadas no *site* de modo a fortalecer o movimento de ocupação. A campanha deu visibilidade ao conflito que passou a receber cartas de apoio de várias entidades ao redor do mundo. Até mesmo visitantes de outros países, pesquisadores e ONG’s passaram pelo território para conhecê-los e contribuir com a ocupação. Entre diversos países e instituições, o Grupo Transnacional de Estudos Antagônicos, com sede na Europa, se pronunciou em defesa da permanência dos moradores no território.

³⁰ Movimento idealizado pelas Brigadas Populares para tornar pública a situação da ocupação ao redor do mundo e que recebeu apoio de vários países através de fotos, cartas e abaixo assinados.

SEGUNDA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2009

Solidariedade de companheiros da Europa

Aos ocupantes da Dandara

Caros amigos,

em nome do Grupo Transnacional de Estudos Antagônicos transmitimos nossa solidariedade absoluta.

No Brasil como na Europa é a mesma coisa: a habitação, quando deixada para empresas particulares e seus governos simpatizantes, vira e fica um problema - e o planejamento urbano sem a participação popular resulta em pobreza de fantasia social: fortalezas (chamadas centro de eventos ou algo parecido) e shopping centers, vias de todas as cores etc e nada mais.

Lembramos aqui que a Holanda - por causa dos grandes movimentos na época - é o único país do mundo (ao menos que nós conhecemos) que desde a década 70 tem uma legislação de ocupação: cada casa abandonada por mais de 365 dias pode ser ocupada (claro que existem forças que querem reverter isto). Para um governo ao menos um pouco progressista poderia ser um modelo...

Em nome do comitê de coordenação do GTEA

Helmut Weiss
(Dortmund, Alemanha)

Javier Pellgardet
(Lyon, França)

Tim van Struiten
(Amsterda, Holanda)

Dandara 21:59

Figura 5: Carta do Grupo Transnacional de Estudos Antagônicos

Fonte: Reportagem retirada do Blog “A ocupação Dandara” <
<http://ocupacaodandara.blogspot.com.br/2009/05/solidariedade-de-companheiros-da-europa.html> >
visto em 30/1/2017.

Com cerca de 116 seguidores, o *blog* possui sua última postagem em 19 de abril de 2012, logo após o aniversário de 3 anos da ocupação. A partir de 2012 as BP's - responsável pela função midiática -, passaram a utilizar com mais frequência o *facebook* da própria organização como ferramenta de divulgação das atividades da ocupação. Moradores da Dandara que militam no movimento possuem acesso a essas redes contribuindo na manutenção das informações, fotos e eventos que ocorrem na comunidade.

Outro meio de informação sobre os acontecimentos na Dandara era (e ainda é) o canal no *youtube*, idealizado pelo Frei Gilvander, apoiador das ocupações e assentamentos e membro da CPT. Possuidor de imenso acervo de áudio e vídeo no decorrer dos 8 anos de ocupação, o canal disponibiliza diversos vídeos de momentos importantes para a ocupação Dandara. Com 1.542 inscritos e 802.134 visualizações, o

canal segue divulgando as reivindicações dos moradores de diversas ocupações e assentamentos de todo o estado.

O canal também traz programas de entrevista gravados pelo Frei Gilvander, e diversos assuntos são abordados, desde arte e cultura das ocupações até manifestações/atos públicos e caminhadas na busca por direitos. O blog também funciona como uma estratégia de segurança para que os moradores em ocasião de conflito - como ordens de despejo e violência policial -, tenham imagens que comprovem as violências sofridas. Sempre dando abertura para que os moradores se expressem, esta ferramenta contribuiu consideravelmente no esforço desta pesquisa em resgatar o cenário dos primeiros anos da Ocupação Dandara.

Outros materiais audiovisuais foram produzidos a partir da ocupação. Em 2013 foi lançado o documentário “Dandara: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito”. sob direção do argentino Carlos Pronzato³¹. O material gravado dentro do território e com ajuda de jovens da ocupação, capta as diversas falas dos moradores, militantes dos movimentos sociais e apoiadores em torno da luta por moradia, além de mostrar a realidade do cotidiano na Dandara.

O foco principal do documentário aponta para esta nova perspectiva de ocupação, com lotes suficientes para as famílias que ali habitam possuírem seus espaços para cultivo de plantas medicinais, hortas e criações de animais. Conta, ainda, a história da ocupação desde a madrugada em que o terreno foi ocupado e os dramas vivenciados nestes primeiros meses.

Este material foi divulgado ao redor do mundo e até hoje é utilizado pelos movimentos sociais, em especial pelas Brigadas Populares, no processo de formação para novas ocupações ou como místicas que precedem reuniões de base em outras comunidades. Através de palestras e seminários, este conteúdo também é trabalhado nas universidades que incluem as agendas de ocupação e acesso à moradia em seus debates, especialmente cursos de arquitetura, geografia e ciências sociais.

Ainda resgatando os arquivos visuais, destaca-se o ensaio fotográfico de Cyro Almeida. Posteriormente, este trabalho se tornou um livro. Após meses de imersão na ocupação, de fato morando na Dandara, o resultado deste trabalho foi o livro e exposição, ambos intitulados “Dandara”, que ocorreu no Palácio das Artes em abril de 2014. A exposição foi composta por uma seleção de mais de 40 fotografias do autor.

³¹ Making Off - Richardson Pontone, Fotos still - Fabiana Leite, Cobertura fotográfica - Maria Objetiva.

Este trabalho foi distribuído entre os moradores e até hoje é motivo de grande orgulho da comunidade.



Figura 6: Só entre se for convidado
Foto: Cyro Almeida. Livro Dandara, 2014.

Todos estes materiais, que até hoje são (re)produzidos, divulgados e trabalhados, fortalecem a dimensão mais profunda de pertencimento e luta por direitos que gira em torno das ocupações. A Ocupação Dandara e todo seu processo político de construção coletiva do espaço/território são reforçados pelas lentes e cadernos destes profissionais que aprofundam a temática e nos inserem no complexo cotidiano destes moradores na luta por reconhecimento.

Nas mídias, segundo Azalmora e Salgado (2014), circulam informações, mensagens e imagens que podem possibilitar a integração entre as pessoas e das pessoas com o mundo. A mídia é parte da sociedade, é uma instituição que faz parte dela. Simultaneamente, ela produz a sociedade ao apresentar distintas representações dela, não apenas enquanto reflexo das dinâmicas interpessoais, mas também como instância produtora destas mesmas dinâmicas.

Ainda segundo os autores Azalmora e Salgado (*op.cit.*), a mídia é este espaço privilegiado onde a sociedade fala consigo mesma, a propósito de si mesma. Um social que por não ser estático, não está dado e nem pronto, mas que se faz a todo instante com base em suas práticas, seus processos e seus textos colocados em circulação pelos sujeitos. “A mídia pode ser entendida assim, como o elo que promove a circulação de

diferentes realidades e integra a fabricação e construção das múltiplas realidades” (p. 113).

Estes arquivos são essenciais na busca por registrar/resgatar a história da ocupação. São materiais que divulgam, informam, sensibilizam e potencializam a luta destas famílias. Foram de excepcional importância para que o território permanecesse ocupado até os dias de hoje, e permitiram que a luta destes sujeitos, por vezes abafada pelo poder do capital e pela mídia, se fizesse conhecida. Protagonistas destes ricos materiais, os moradores puderam sentir-se reconhecidos em suas trajetórias de luta pela moradia.

4.3.1 Invasão Dandara: *outsiders* na Pampulha?

As terminologias “invasão”³² e ocupação³³ possuem sentidos profundos no cotidiano da luta por terra no Brasil. Segundo Lourenço (2014), invasão se associa a um ato ilegítimo, hostil, onde se toma a força um espaço utilizado por outros, caracterizado como infração não apenas à lei, mas às regras tácitas de convívio social. Já ocupação, para Santana e Jesus (2012), significa “dar utilidade a algo, tornar útil um espaço que está sem uso, que não cumpre a sua função social” (p.31)³⁴, preencher um espaço vazio, neste caso terras que não cumprem função social, e fazer pressão coletiva para a aplicação de lei e a desapropriação.

A criminalização das ocupações urbanas pela mídia e pela prefeitura é um exemplo da tentativa de manter a ordem a partir da ideia do consenso. Ao questionar a concentração da propriedade nas mãos de poucos, a ocupação rompe com o imaginário de harmonia, o que não faz parte do interesse dessas instituições. A defesa pela propriedade privada pelo judiciário é uma das ferramentas utilizadas para garantir essa criminalização e está arraigada à Justiça brasileira, que ignora marcos jurídicos recentes sobre o cumprimento da função social da propriedade, conforme o Estatuto da Cidade. (BIZZOTTO, 2015, p.150)

³² Segundo o dicionário Aurélio: Ato ou efeito de invadir; Entrada violenta ou arrogante; Difusão, propagação

³³ Segundo dicionário Aurélio: Tomar posse de; Estar na posse de.; Preencher, encher, estar ;Instalar-se em.; Morar, habitar ;Exercer, desempenhar ;Dar ocupação a.

³⁴ Para além de todo o arcabouço teórico utilizado sobre a reforma urbana e a ocupação de terrenos que não cumprem a função social, o militante e advogado popular Joviano Mayer faz uso de uma metáfora que nos faz compreender melhor o que é ocupação e o que é invasão: Se eu encontro uma cadeira vazia e me sento nela, eu ocupo esta cadeira que não era utilizada por ninguém. No entanto, se eu derrubo uma pessoa que está sentada em uma cadeira, eu invado este espaço para me sentar. Esta é uma definição simples utilizada nos espaços de formação das bases para diferenciar de maneira mais prática a diferença entre as duas terminologias.

Apropriando-se da carga gerada em torno desta terminologia, o *blog* “Invasão Dandara” inicia suas postagens em 28 de julho de 2009 já nomeando a ocupação de “invasão” e considerando-a desordenada. Aparentemente o *blog* foi organizado por moradores da região. Neste espaço são publicadas informações sobre a Construtora Modelo S.A, notícias policiais acerca da comunidade, notas públicas de vereadores e deputados, e reportagens sobre os movimentos MST, Brigadas Populares e CPT, etc.

O *blog* apresenta argumentos que giram em torno do programa “Minha Casa Minha Vida” e das obras da copa, onde os moradores, segundo o *blog*, estão atrasando tais obras e levando criminalidade para a região. O site possui informações aprofundadas sobre o processo de despejo, perpassando, inclusive, pela planta dos apartamentos para o PMCMV que supostamente a Construtora Modelo S.A executaria.

São publicadas fotos de barracos à venda em sites de negócios *online* e imagens panorâmicas da ocupação destacando carros e motos no terreno. Em vários relatos os moradores se mostram indignados pelo fato de alguns moradores possuírem veículo próprio.



Figura 7: Blog Invasão Dandara

Fonte: <http://invasaodandara.blogspot.com.br/2013/09/invasores-de-terrenos-na-capital-e.html> visto em 21 de abril de 2017.

Utilizando o termo *outsiders*, em referência à obra “Os estabelecidos e os *outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”, relaciono a reflexão de Norbert Elias e John Scotson (2000) à realidade interna na região onde se instalou a ocupação Dandara. Os autores descrevem uma clara visão do interior de uma comunidade da periferia urbana onde há o conflito entre os

estabelecidos desde longa data e um grupo mais recente de moradores, onde os novos moradores eram tratados como *outsiders*.

Existem diferenças entre o processo analisado de mudança de novos vizinhos e a ocupação de terrenos. No caso das ocupações, outros interesses, especialmente monetários, são colocados em jogo. Entretanto, os *outsiders* e moradores de ocupações são mal vistos pelo entorno e sofrem diversos tipos de segregação. É importante pontuar que assim como na obra de Elias e Scotson (*op. cit*), os estabelecidos constituíram um *status* de diferenciação entre os moradores – *outsiders* - daquela área.

Todavia, esta assimetria não é tão bem demarcada. Ainda que a Pampulha esteja localizada em uma zona nobre da cidade, dentro dela existem bairros periféricos como em qualquer grande região de uma metrópole. O terreno onde está localizada a ocupação é considerado área periférica da nobre região da Pampulha, e, especialmente nos dias atuais, onde a ocupação já possui casas de alvenaria, ambas possuem estruturas bastante semelhantes.

Entretanto, na forte narrativa apresentada pelo *blog* em questão, esses sujeitos que ocuparam o terreno antes vazio, são considerados inferiores, e estabelecem um processo de “dominação dos melhores” (ELIAS; SCOTSON, *op.cit.* p.19). Os antigos moradores reproduzem preconceitos e retaliações às famílias que agora ocupam o espaço.

Ainda segundo Elias e Scotson (*op. cit*) afixar o rótulo de um “valor humano inferior” em relação a outro grupo é uma das armas utilizadas pelos grupos superiores nas disputas internas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Em tais situações, este estigma social imposto pelo grupo mais poderoso costuma penetrar na autoimagem do grupo menos poderoso e, com isso, enfraquece-lo e desarmá-lo.

No caso do *blog* “Invasão Dandara”, o discurso de superioridade é abertamente divulgado com textos de forte teor classista e de especulação de fatos sem comprovações, como um dos primeiros textos produzidos pelo blog:

“Segunda-feira, 10 de agosto de 2009

Invasão de terreno na Pampulha pelo MST! Quando chegará o fim?

Não posso deixar de postar, pois caso isso ocorra, talvez o MST invada meu blog por considerá-lo improdutivo ou por não cumprir a função social! Eis abaixo o desabafo de uma moradora indignada e garimpado de seu blog. Parece que me esqueci deste assunto aqui no blog, mas não é verdade. Mas como é que eu poderia levar minha vida tranquila como se nada estivesse acontecendo? O fato é que todos os dias um novo barraco aparece!

Tanto os casebres toscos e miseráveis ocupados por desordeiros de todas as espécies, como também os problemas que eles trazem com suas almas

igualmente miseráveis. Parece que sou uma pessoa ruim quando me expresso desta maneira, mas sou uma expectadora diária de tudo que acontece nesta nova tentativa de estabelecimento de mais uma favela em BH. E não porque eu goste ou queira acompanhar tudo isso, mas porque sou obrigada a ver, já que me basta abrir a minha janela para me deparar com um enorme pardieiro. Todos os dias vejo: Homens sem o que fazer, fingindo que trabalham ao construírem aqueles barracos, ao roubarem água e luz, enfim, ao resolverem morar em terras que pertencem a outras pessoas como se aquilo fosse íntegro e normal. Mas o que vejo realmente? Um bando de gente burra que gasta seu pouco dinheiro de bolsa escola com madeirites e lonas, outros roubam, é claro, porque algumas pessoas tem dito a elas um monte de mentiras a respeito deste terreno. Como são pessoas sem instrução, jamais saberão o significado de “massa de manobra” ou até mesmo o popular “boi de piranha”!

Mas eu não tenho sentimento de compaixão pelas mesmas, pois se não temos a instrução, temos a consciência que é a faculdade que todos nós temos para julgarmos os próprios atos.

Tenho observado este movimento intitulado MST. E tem gente que ainda defende tal coisa! Acho que cada um tem suas convicções, mas quando as mesmas são a respeito de coisas que afetam o coletivo deveriam ser repensadas.

Vejo também as lideranças desta catástrofe para a sociedade. Aqui em BH temos pessoas com Mestrado em Direito compondo o quadro efetivo da procuradoria Geral do Município, outros advogados e estudantes de direito e como se não bastasse, um frei da igreja católica. E isso é muito ruim, pois parece que toda a igreja apoia tal coisa. Eu não sou católica e ainda assim fiquei decepcionada com a igreja, pois respeito as outras religiões.

Não sou dona da razão, mas vejo que quando a igreja não exorta esse povo, leva a fama que apoia, assim como no dia 20 de junho passado quando Dom Walmor Oliveira, arcebispo da arquidiocese de BH, veio fazer uma visita. Fiquei me perguntando quando vi aquilo: - Será que ninguém vai dizer a verdade a esse povo?

Bom, a boa notícia é que enfim a comunidade do entorno resolveu se levantar contra este absurdo! Também estávamos levando a fama de apoiá-los, pois essa era mais uma mentira espalhada pela liderança desta já fracassada invasão. Eu me sentia péssima com isso, pois sempre levantei minha voz, desde o início contra essa desfaçatez a ponto tentarem me intimidarem na rua! Ah, mas não ligo para esses mediócras!

Outra coisa muito boa é a posição do Prefeito Márcio Lacerda e da prefeitura como um todo. A prefeitura só concorda em fornecer os ônibus para os mesmos saírem e reafirma que eles tem de ser despejados urgentemente, pois não haverá negociação com invasores. É isso aí prefeito!

- Sr. Prefeito. Escute isso: Não precisa nem dos ônibus, pois eles tem carros, motos e os próprios veículos do MST que vivem estacionados aqui na rua. A maioria também mora na rua de cima, na Vila Bispo de Maura! Dá para ir a pé!

Não gaste o dinheiro da prefeitura com isso. Só precisamos de tratores derrubando logo todo esse lixo em forma de favela!

É abominável o que estamos vendo acontecer aqui na Região da Pampulha. Estamos vendo nosso patrimônio ser dilapidado e não termos a quem recorrer... Estamos nas mãos da Justiça de MG e clamamos para que a mesma tome uma atitude contra essa bandalheira. Agora que os invasores se espalharam pelo terreno, vemos o poder financeiro dos mesmos: São automóveis e picapes estacionadas dentro do terreno e, já está chegando materiais de construção e a Polícia não pode fazer nada. Já ouvi dizer que já estão contratando tratores para abrir ruas dentro do terreno e isso, não pode acontecer. Vai estragar todo o terreno, como o que está acontecendo

com as nascentes dentro do mesmo. Estão sendo poluídas e assoreadas, daqui a pouco não vai existir nenhuma”

Fonte: Artigo retirado do Blog “A invasão Dandara” <<http://invasaodandara.blogspot.com.br/2009/08/nao-posso-deixar-de-postar-pois-caso.html>> visto em 30/1/2017.

Termos como: miseráveis, pardieiro, bando, roubam, medíocres, lixo em forma de favela, bandalheira, invasores; sinalizam um padrão de estigmatização e desrespeito. Honneth (2003) aponta que na nossa linguagem cotidiana está inscrito, como um saber evidente, que a integridade humana se deve de modo subterrâneo a padrões de reconhecimento. A autodescrição daqueles que se veem maltratados desempenha, até hoje, um papel dominante no que tange as categorias morais que, como toda “ofensa”, se referem a formas de desrespeito. Dito de outra forma, a maneira mais dolosa de desrespeito é o reconhecimento recusado.

Por isso, afirma Honneth (*op. cit*), a nossa linguagem possui referências empíricas sobre o nexos indissolúvel que existe entre a integridade dos seres humanos e o assentimento por parte do outro. Sendo assim, é no desrespeito que se instala a vulnerabilidade da condição humana. Estes posicionamentos de subjugação do outro, segundo Souza (2011), apesar de não serem os únicos possíveis, são comuns e acabam se tornando fortemente difundidos. Um deles é o posicionamento classista, que consiste em desqualificar, especialmente se tratando dos atributos intelectuais, as pessoas que vivem sob condições periféricas. Para Souza (2012b) todas as suas formas de adaptação às necessidades e de acomodação, ainda que precárias, sobretudo a racionalidade específica que existe neste contexto é desrespeitada, sendo muitas vezes tido como uma incapacidade de pensar e agir com racionalidade. Ignora-se que mesmo este aparente modo de vida irracional, é apenas o produto de todo um processo de aprendizado que se deu dentro de severos limites e circunstâncias restritivas.

Portanto, segundo Souza (2012a), essa ideologia demonstra a articulação do componente implícito da “ideologia espontânea” nas práticas institucionais operantes na modernidade periférica, a qual estamos inseridos, construindo um extraordinário contexto de desigualdade, tanto para os privilegiados, quanto para as vítimas deste processo. “Esse, parece-me, é o ponto central da questão da naturalização da desigualdade entre nós” (p.189).

O artigo selecionado para análise expressa a falta de conhecimento do discurso de direito à moradia, além, claro, de profundo desprezo pelos sujeitos que ali vivem.

Em “tanto os casebres toscos e miseráveis ocupados por desordeiros de todas as espécies, como também os problemas que eles trazem com suas almas igualmente miseráveis” demonstram o discurso de ódio e uma idealizada desigualdade econômica e social bem definida entre estes sujeitos, como se esta realidade de desigualdade entre as casas da ocupação e do bairro vizinho fosse tão longínqua.

Assim como em Elias e Scotson (2000), os membros do grupo estabelecido se auto representam como humanamente superiores e estigmatizavam o grupo de *outsiders* como pessoas de menor valor humano, sem virtudes humanas, sem carisma grupal, marginalizadas. Entretanto, diferentemente da comunidade pesquisada pelos autores, não há um temor de quebra da tradição ou de valores, mas sim de um *status* econômico que a residência, ainda que precária, numa região como a Pampulha pode angariar aos donos de imóveis.

Em Souza (2012a), refletimos que a mera inclusão no mercado, seja via benefícios do Estado, ou a entrada como voz autônoma na esfera pública, especialmente a inclusão via consumo, gera um fenômeno onde os setores - antes marginalizados - tornam-se incluídos privilegiados, alheios a sua realidade. A ideia de que os que moram em ocupação são subcidadãos e desvalorizam uma área, que já é considerada periferia, gera um falso olhar de superioridade e a desunião de classes populares extremamente semelhantes em seus desafios cotidianos.

Para eles, a ocupação com ares de favela pode prejudicar uma possível valorização das casas da região do entrono da Dandara. “Só precisamos de tratores derrubando logo todo esse lixo em forma de favela! É abominável o que estamos vendo acontecer aqui na Região da Pampulha. Estamos vendo nosso patrimônio ser dilapidado e não temos a quem recorrer (...)”. Os estabelecidos em sua teia de poder e exclusão, ainda que próximos e semelhantes, criam diferenças que os dividem e os colocam em ação pelo controle social, suscitando a estereótipos e preconceitos sociais (ELIAS; SCOTSON, 2000).

4.4 Aspectos jurídicos e a rede de advogados populares pelo direito à moradia

“Em última instância, quem deu a decisão final foi a luta do povo e não o juiz! Porque por diversas vezes o juiz determinou a reintegração de posse, o despejo foi inclusive planejado, e a resistência do povo com a rede de apoio acabou impedindo que isso acontecesse” (Rosário, Advogada Popular e Articuladora da Rede de Apoio).

O caso Dandara abriu e continua abrindo diversos precedentes³⁵ na cidade de Belo Horizonte. No campo institucional, mais precisamente das batalhas jurídicas travadas pela ocupação desde seu surgimento, algumas conquistas também merecem destaque, pois balançaram as instituições do judiciário ao reclamar inovações, ensinar conflitos de competências e conectar ações normalmente vistas de forma separadas, fechadas nas casinhas do positivismo jurídico clássico.

Dois conflitos na esfera judicial merecem especial destaque: o primeiro conflito positivo de competência da história do Ministério Público de Minas Gerais; e o deslocamento da competência judicial para lidar com o caso da esfera cível para a fazendária. Esta conquista beneficiou e beneficia até hoje a luta em Dandara, visto que esferas judiciais compostas por profissionais mais sensíveis e capacitados para lidar com tema são hoje responsáveis pelo direcionamento do caso, o que repercute sobremaneira – ainda que longe do suficiente - na luta por reforma urbana na RMBH.

Desde o início da ocupação, os advogados populares que assessoram juridicamente a Dandara, reivindicaram no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) que a promotoria ligada aos conflitos agrários acompanhasse o caso, dada a natureza jurídica do conflito, seu recorte físico geográfico periurbano, e as violações de direitos humanos ali provocadas, além das propostas construídas na ocupação por uma organização socioespacial de caráter rururbano.

No entanto, houve interesse da promotoria de urbanismo e patrimônio em conduzir o processo, o que acarretou num conflito positivo de competência interna ao MPMG. O interesse desta promotoria na condução do processo no âmbito interno ao MPMG estava longe de ser a mais interessante às pessoas envolvidas na ocupação, pois tendia a se dar no sentido de pensar o conflito num espectro voltado tão somente para a questão patrimonial, civilista, focada apenas em sua dimensão fundiária, ou seja, da desapropriação do terreno ou em sua reintegração de posse.

Tal prerrogativa, além de ter sido veementemente rechaçada pelos moradores das ocupações, os movimentos que o acompanhavam, os assessores jurídicos, a Defensoria Pública do Estado, entre outros atores que atuavam em defesa da ocupação, gerou o primeiro conflito positivo de competências da história do MPMG: “(...) já

³⁵ Precedentes no campo da organização popular, desde a ampliação da luta como a união de redes em torno de uma ocupação tão grande, onde várias estratégias de resistência foram criadas no decorrer do processo de ocupação e manutenção da Dandara no território; até da própria estrutura e organização do espaço, tamanhos de lotes e o planejamento rururbano que sustentou a comunidade nos primeiros anos e serviu de modelos para outras ocupações urbanas na RMBH.

tendo a empresa contra, a prefeitura contra, o judiciário contra, e ter o MP contra também, nós só tínhamos na época a defensoria pública que é a que estava ajudando a segurar, porque tinha entrado com uma ação civil pública” (Frei Gilvander, Representante da CPT).

A justiça estadual de Minas Gerais precisou definir qual promotoria deveria acompanhar o caso, o que posteriormente³⁶ ficou a cargo da promotoria de conflitos agrários. Esta decisão se fundamentou com base numa série de argumentos de fato, mas, sobretudo pela produção de um laudo por especialistas em Portugal, que comprovou o caráter rururbano da ocupação e seu conflito num âmbito fundiário que transcendia toda e qualquer perspectiva meramente urbana.

Aí tinha uma promotoria que não via a ocupação da forma como o povo reivindicava, acreditava que era possível fazer reintegrações de posse e realocar essas famílias em bolsa-moradia e o povo não aceitava. E uma outra promotoria que era a promotoria(...) agrária que tinha outra visão (Rosário, Advogada Popular e Articuladora da Rede de Apoio).

Na Dandara, o conflito de competências, reflexo de um conflito de interesses, gerador de um conflito institucional criado no âmbito do Ministério Público foi acompanhado por vários advogados populares³⁷:

“Começou desde o princípio quando a gente ocupou a Dandara a gente já procurou as promotorias de conflito agrário e elas começaram a acompanhar então a gente fala que se tornaram "preventas", se tornaram competentes para acompanhar o conflito, depois que teve a outra promotoria de urbanismo, queria entrar no conflito e tomar para si o acompanhamento do conflito, principalmente a promotora Cláudia Ferreira (...). E aí nós conseguimos manter (...) o acompanhamento da Dandara com as promotorias de conflitos agrários com base nesse argumento da produção. E agora os conflitos fundiários de outras ocupações estão indo para os direitos humanos, e a Dandara foi um marco para que isso acontecesse, não só com relação ao Ministério Público, mas com relação a própria justiça de mandar para as varas fazendárias a partir da ação civil pública da Dandara, proposta pela defensoria, foi um marco porque conseguia atrair por conexão as ações privadas que estavam nas varas privadas, nas varas cíveis, então isso foi muito importante, foi um marco que depois a Izidora foi no mesmo caminho, as ocupações do Barreiro, Eliana Silva, Camilo Torres, Irmã Doroty, todas passaram a ser discutidas no âmbito das varas fazendárias. Que tem uma abertura maior para discutir esse tipo de conflito” (Joviano, Advogado Popular e Militante das BP's).

³⁶ Cumpre ressaltar que este conflito institucional durou cerca de dois anos.

³⁷ A ação de advogados populares, segundo Santos (2011), envolvidos com os movimentos sociais de luta por terras, encerra um conteúdo epistêmico e uma práxis própria do meio onde atuam, contrapondo a lógica do funcionamento da advocacia tradicional. Há um compromisso com as causas populares que tornam casos em causas; há envolvimento e formação política coletiva; e solidariedade social como forma de intervenção.

A partir de então, da definição da competência da Promotoria de conflitos agrários para lidar com a temática da Dandara, é que foi possível que este conflito por ali fosse acompanhado de maneira mais adequada à complexidade e realidade daquele caso de proporções inéditas para o judiciário mineiro.

Ademais, de acordo com Soares (2013), neste íterim houve outra importante guinada que se deu no âmbito do judiciário para o caso Dandara. Foi quando, em 2011, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, de tanto reivindicar, conseguiu que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais percebesse e reconhecesse a conexão entre a Ação Possessória de Reintegração de Posse³⁸ movida pela Construtora Modelo na esfera cível e a Ação Civil Pública³⁹ e outro(s) movida pela própria Defensoria em favor da ocupação.

Foi aí que elas se juntaram no âmbito da 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual, onde corria a última, nas mãos de um juiz mais sensível à causa, e mais conhecedor da luta do povo e da realidade concreta do caso recebido. Graças à luta no campo institucional travada pela Defensoria Pública, em consonância com a luta popular dos moradores, movimentos e dos advogados que acompanhavam o caso, a liminar que havia deferido a reintegração de posse em favor da pretensa proprietária na esfera cível acabou sendo cassada.

Grande guinada e vitória que transcendeu a cassação da liminar, tendo em vista que a referida Ação Civil pública ampliou sobremaneira o espectro do conflito encampado em Dandara, já que passou a ser talhado não apenas a partir de uma perspectiva de posse ou propriedade, mas de direitos fundamentais, sobretudo à moradia, os direitos sociais e dignidade da pessoa humana, todos de responsabilidade estatal.

Só assim o Poder Público, municipal e estadual, pôde configurar no pólo passivo da ação, passando assim a ter que garantir a moradia digna para famílias que estavam no olho do furacão daquele conflito de múltiplas escalas. Retirou-se assim a comum saída dos tribunais em analisar apenas as preliminares das ações nos pedidos liminares de reintegração de posse, passando então para uma perspectiva quase de mérito, já que se analisou princípios fundamentais na seara dos direitos

³⁸ PROCESSO: nº 0024.09.545.746-1

³⁹ PROCESSO: 3ª FAZENDA ESTADUAL, Núm. CNJ: 0356609-69.2010.8.13.0024 - Distribuição: 24/03/2010, RÉU: ESTADO DE MINAS GERAIS

constitucionais, quais sejam, aqueles voltados para a questão da moradia e da dignidade da pessoa humana.

Em 2012, a ocupação Dandara, era considerada pelos movimentos sociais envolvidos como um dos maiores conflitos fundiários do estado de Minas Gerais. Atualmente este “posto” é ocupado pela ocupação Izidora, na região da Granja Werneck na cidade de Belo Horizonte, que não só é o maior conflito fundiário do estado de Minas Gerais, como, de acordo com a Comissão Especial de Moradia da Organização das Nações Unidas - ONU, o maior conflito urbano de terras no mundo, com mais de 8 mil famílias à beira da reintegração de posse⁴⁰.

Estes processos de luta vivenciados por sujeitos tidos à margem da sociedade, em condições de subcidadania, empodera os diversos atores – ainda que sejam subalternizados nos espaços institucionais-. Segundo Grosfôguel (2010), há uma importância inerente ao distinguir lugar epistêmico e lugar social. Ainda que o indivíduo se situe socialmente do lado oprimido de relações de poder, não significa que este pense automaticamente a partir de um lugar epistêmico de subalternidade.

Sendo o conhecimento sempre parcial, originário de uma dada perspectiva, não há ganhos na concepção tecnicista e hierárquica muitas vezes incentivadas nos espaços do direito e da política formal. “As perspectivas epistêmicas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas” (GROSFOGUEL, 2010, p. 387).

A participação em tribunais, debates e a construção de um imaginário coletivo acerca da construção de uma cidade justa constituem este processo de formação/inserção no campo político formal, não só para os moradores e lideranças de Dandara, como também para os movimentos sociais que os acompanha, como no episódio em que os moradores foram recebidos pelo Ministério Público, ainda que em âmbito municipal a prefeitura não aceitasse negociar com eles.

⁴⁰ Importante destacar que, em decisão proferida pela 2ª turma do STJ em setembro de 2015 sobre recurso interposto para o caso Izidora, este manteve, por unanimidade, suspensa a liminar de despejo de mais de 8 mil famílias. Um grande precedente na esfera judicial, já que jurisprudência de tribunal superior, e por mencionar a moradia e a dignidade da pessoa humana em seus fundamentos. Para mais infos ver: <http://www.coletivomargaridaalves.org/stj-suspende-despejo-das-ocupacoes-da-izidora-em-recurso-promovido-pelo-coletivo-margarida-alves/>. O processo foi remetido para o TJMG que, desde então, tem se manifestado de forma contraditória sobre o caso, haja vista a última decisão colegiada proferida em setembro de 2016 que, por 18 votos a 1, negou mandado de segurança preventivo impetrado para impedir a execução da reintegração de posse, o que colocou as milhares de famílias das ocupações da região novamente sob forte risco de despejo.



Figura 8: Sem casa são recebidos pelo Ministério Público Estadual.

Fonte: Reportagem retirada do Blog “A ocupação Dandara” <
<http://ocupacaodandara.blogspot.com.br/2009/05/sem-casa-sao-recebidos-por-ministerio.html>> visto
em 30/1/2017.

Segundo Gonçalves (2012), a partir de uma nova lógica desempenhada pelo sistema hegemônico jurídico, torna-se possível uma transformação da realidade social, do Estado e do Direito. Nestes processos de formação, os moradores de ocupações urbanas falam em vários momentos, ou seja, protagonizam as discussões e participam efetivamente de alguns “campos de atividade” (TURNER, 2008) que impactam sobre suas próprias vidas.

Seja em audiências públicas ou em outras arenas públicas de democracia com aspas⁴¹, com seus próprios corpos que ampliam suas dimensões territoriais e impedem tratores de demolir suas moradias, ou mesmo por meio do ato de resistência cotidianos, estes sujeitos ampliam diuturnamente sua inserção individual e coletivamente numa luta contra hegemônica que é também por um contra-espço (MOREIRA, 2006), ou um outro projeto de cidade onde caibam todos e todas.

⁴¹ Crítica à essa democracia nestas instâncias de poder que não inclui todos os cidadãos de maneira a promover a equidade. Há segregação na fala, vestimenta, escrita, entre vários outros meios de diferenciação entre os que dominam e os que não dominam determinada linguagem.

4.5 Da distância entre o planejado e o executado: O papel da arquitetura na Ocupação Dandara

“Eu acho que ainda é uma cidade da contradição” (Tiago Lourenço, Arquiteto Social responsável por projetar a ocupação Dandara).

O aspecto arquitetônico da ocupação Dandara é um dos elementos principais que definem sua trajetória. A participação do arquiteto social Tiago Castelo Branco Lourenço gerou significativa contribuição ao longo do planejamento urbano da ocupação. As demarcações, o modo de ocupar o terreno, os tipos de construção que foram utilizados na ocupação Dandara, são resgatados pelos moradores de outros espaços também ocupados ao longo da RMBH. As medições pensadas para os terrenos da Dandara se tornaram, de certo modo, um modelo de ocupação para outras famílias que iniciam semelhante processo de ocupação em terrenos, muitas vezes, completamente distintos.

“Essas ocupações todas, especialmente a Dandara, ela vai influenciar muito no formato que essas ocupações vão acontecer, as pessoas vão aprendendo um pouco que pode ser aplicado. Eu já vi, por exemplo, na Rosa Leão antes de a gente ter um envolvimento maior com o Rosa Leão, já chegamos lá com o discurso do lote 12x36 que é o lote do Dandara!” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

Portanto, neste tópico lanço mão deste assunto direcionado à intervenção desta rede de apoiadores provenientes das Escolas de Arquitetura e Geografia da PUC-Minas e UFMG, dedicados à elaboração do plano urbano na comunidade. Dentre os arquitetos sociais, Tiago Lourenço, que assina o projeto da ocupação, começou sua trajetória profissional vinculada a produção de espaços coletivos em ocupações na Dandara, “no dia 18 de abril, uns 9 dias depois do início da ocupação Dandara” (Tiago, entrevista novembro 2016).

“(...) eu conhecia o terreno do Dandara muito bem porque por uma coincidência, uma felicidade do destino, eu estava naquele semestre dentro das últimas disciplinas que eu estava fazendo dentro do curso de arquitetura que era projeto de urbanismo 2 e uma disciplina que era projeto de arquitetura, eu estava desenvolvendo um trabalho naquele terreno, então conhecia vários condicionantes do terreno, era um terreno muito grande, com várias elementos que as vezes você não consegue aprender rápido e eu já estava ambientado com aquilo” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

O conhecimento prévio que Tiago possuía do terreno ocupado o aproximou dos movimentos que naquele momento passavam pelo primeiro mês de ocupação. A possibilidade de ter um arquiteto que conhecia o terreno fez com que as lideranças das

Brigadas Populares o convidasse a se juntar ao processo de avaliação e planejamento do terreno ocupado.

A Dandara, segundo Lourenço (2014), se encontra localizada em uma área com excelentes características de ocupação, o que destoa de parte das ocupações no município que muitas vezes tem que lidar com riscos ambientais, geológicos, etc. Este fato potencializou a divulgação do conflito pela mídia nos primeiros momentos, retomando a discussão sobre o direito à moradia. A ausência de “desculpas” cabíveis para o despejo daquelas famílias gerou uma proporção maior do que esperada.

Após o “boom” da Dandara, já com mais de 1000 famílias ocupando o local, cerca de 5 mil moradores, de acordo com os números apresentados pelos movimentos sociais, o planejamento inicial de ocupação rururbana do terreno foi descartado. A partir de então a equipe de arquitetos sociais e geógrafos passou a conduzir estes planejamentos com a participação ativa da comunidade.

“A gente fez uma reunião lá com vários moradores, a gente reuniu num barraco improvisado que tinha no meio da ocupação, eu fiz uma maquete do terreno numa escala de 1:1000 eu acho, e nessa maquete a gente começou a traçar umas ruas, discutindo com os moradores, mas eu já tinha em mente o que era possível, eu já tinha elaborado... Nessa fase a Leta também participou muito dessa discussão, a gente tinha elaborado alguns croquis, algumas possibilidades de ocupação daquela área e aí no primeiro momento pensamos lotes coletivos de 1000m² com 8 unidades habitacionais em cada lote, e isso era em função da legislação específica daquela região porque está dentro da região da Pampulha e aí tem toda uma peculiaridade para atuar naquela área, é uma área que não pode ser adensada como outras regiões da cidade, e aí já nesse primeiro momento aconteceu isso, e acaba que a ideia do lote coletivo ela combinava um pouco com o projeto dos movimentos sociais que estavam envolvidos na época que era a ideia de fazer uma ocupação rururbana. Porque aí era cada lote ele poderia se tornar uma, começar a desenvolver pequenas produções de agricultura, e aí foi nisso, esse foi meu primeiro contato” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

Nesta fase da ocupação surge a proposta do lote coletivo. Na primeira proposta de plano urbano foram respeitadas as condicionantes do terreno e a legislação municipal. Entretanto, Lourenço (2014), pontua que nestas discussões nem sempre foi possível garantir a participação dos moradores. O caráter técnico de certas áreas ainda possui dificuldades em transpor barreiras em busca de uma horizontalidade de saberes.

“O que isso significa dentro dos meios populares? E é algo que nos escapa! Nos escapa porque daí é uma postura teórica minha, que ela é teórica mas

hoje ela é quase que como a maneira como eu entendo o mundo. É uma questão de diferenças de classes, e o nosso discurso ali, o desenho do Dandara é um desenho pequeno burguês, é um desenho da pequena burguesia, e quem mora ali não são os pequenos burgueses. Então o lumpemproletariado, o precariado, que é um outro grupo que a gente precisa entender e eu acho que eu particularmente como técnico eu tive essa oportunidade e não consegui compreender isso ainda, e não consegui expressar isso num desenho para essa nova cidade. Eu acho que ainda é uma cidade da contradição” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

Sob esta ótica de lotes coletivos, a proposta era, segundo Lourenço (*op.cit*), de um parcelamento de 140 lotes coletivos de 1000m². Seria um total de 1069 unidades habitacionais, otimizando o espaço e reduzindo o número de ruas de modo que coubessem mais residências. “Os lotes coletivos foram propostos com a intenção de privilegiar os espaços de habitação e as áreas de uso coletivo e preservação ambiental, favorecendo a integração da comunidade” (p.44).

Entretanto, neste momento ocorre uma maior resistência dos moradores a esta ideia. Nos primeiros três meses essa proposta era vista com receio, entretanto, o risco de despejo os mantinha ainda solícitos a essa opção de moradia. Porém, a partir do momento em que a barreira foi ultrapassada e os moradores ocuparam todo o lote, a ideia coletiva tornou-se central na discussão (LOURENÇO, 2014).

“Foi uma pressão dos moradores, de alguns moradores, porque inclusive no plano dos lotes coletivos você tinha uma situação, você tinha a Avenida Dandara, ela dividia além dessas características ela dividia também uma maneira de ocupar, de um lado, do lado norte, a gente teria um adensamento maior, iam ter 8 famílias a cada 1000 m², para o lado sul onde era mais acentuado, eram 4 famílias a cada 1000m², então você trabalharia de um lado com 125m² e do outro você trabalharia com 250m² para tornar o terreno menos denso, tá? A ideia do lote coletivo no primeiro momento para mim ele significava essa questão do ponto de vista técnico, sabe? Além das questões políticas também que eu acho que é uma pauta muito mais interessante da própria organização do acampamento, do assentamento com o passar do tempo. Ia fomentar uma vida coletiva, mas a escolha foi técnica e foi também tendo como objetivo diminuir o número de ruas, porque na legislação brasileira quando você fala lote, lote é uma porção de terra em contato direto com uma via pública, e uma via pública é uma rua! Na nossa cultura na nossa legislação. Então, isso cria um problema muito grande! Você perde muitas áreas dessa forma. Só para você ter uma ideia, com essa condição que eu te falei você tinha no lote à direita da via voltado para a vertente sul que tinha uma declividade maior, você tinha 4 famílias a cada 1000m², uma família a cada 250m² e do outro lado uma família a cada 125m², fazendo isso dava se não me engano 1024 unidades habitacionais, distribuídos se não me engano” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

Apesar das vantagens técnicas e ideológicas que estavam expressas na ideia de estruturação em lotes coletivos, algumas implicações decorrentes da complexidade

destes ambientes se fazem presente nesta etapa do planejamento. A emergência de respostas aos diversos conflitos e situações que surgem trazem desafios de ordem prática na ação de ocupar e resistir em um dado território. Nesse sentido, os tensionamentos surgem aparentemente, tanto do estranhamento de um novo modelo de moradia, quanto das necessidades e expectativas prementes por parte dos grupos que se formam dentro da comunidade.

“(...) teve, talvez, um tensionamento, um esforço se deu no projeto do Tiago (...) na época eles trouxeram essa ideia para a gente discutir e tal, mas quando o projeto dele foi rechaçado por intervenção direta do tráfico, isso de certo modo ficou abandonado” (Joviano, advogado popular e militante das BP's).

Este exemplo nos sugere o quanto a cidade é reproduzida por aqueles que a habitam. Não vemos constantemente, para além de apartamentos, formas de vida coletiva nas cidades. A ideia de compartilhar um espaço gera tensionamentos e conflitos internos, o que naquele momento seria evitado pelos moradores de todo modo, afinal, já bastavam os conflitos para a permanência no local.

A ideia de morar e não ser o único proprietário do terreno, também traz a tona o medo da falta de moradia que aquelas famílias já conheciam bem. Morar em uma terra coletiva ainda é um elemento desconhecido para maioria das pessoas que vivem em metrópoles. Adaptados à concepção da propriedade, o risco de morar em um ambiente coletivo, naquele momento, poderia significar perder sua moradia.

“(...) porque tinha poucas ruas, e eles queriam que tivesse um acesso de carro no interior do lote, aí eles começaram a fazer isso de certa forma a morar no lote coletivo e de imediato começou a ter conflito. Como alguns outros grupos que discordavam daquilo, achavam que aquilo não fazia sentido nenhum, e aí eles foram e me convidaram para uma reunião, um morador de lá que chamava Ronivon, chegou para mim e disse que era possível dividir aquilo de outra forma, e aí ele fez um estudo com vários lotes individuais, mas tudo assim, ele fez numa cartolina, eu tenho até foto desse desenho, ele foi e me chamou lá, e aí a gente teve uma conversa e aí ele me questionou lá que não fazia sentido aquele negócio do lote coletivo, que aquilo estava dando briga e que eles queriam que todos os lotes fossem individuais e que fossem iguais, não podia ter diferença, e a diferença era um lado estar mais adensado que o outro, todo mundo tem que estar na mesma situação, se ficar sendo essa diferença ia dar conflito, ia dar morte” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

Segundo Lourenço (*op. cit.*), os moradores de ocupações vivem em cidades onde também são submetidos aos discursos ideológicos, e conseqüentemente, à desconfiança acerca de qualquer tipo de coletivização. Somado à urgência das ocupações urbanas, os problemas nestes espaços requerem respostas imediatas. Neste

sentido, torna-se difícil discutir alternativas com os moradores envolvidos, ainda mais com uma comunidade de tamanha proporção.

Até mesmo a lógica de planejamento das ruas inviabilizaria a locomoção via automóveis. Os moradores sentiram-se cerceados do direito de adquirir ou manter carros e motos ao reduzir as ruas da comunidade. Havia, neste plano coletivo, uma lógica visionária que ultrapassa o comum das metrópoles, porém, é uma concepção de moradia que nem mesmo outras comunidades estavam dispostas a vivenciar.

Acreditar nesta nova organização é ideal do ponto de vista da ausência de uma experiência semelhante e que fosse próxima às famílias que de fato vivenciariam este planejamento. Os processos de formação, por mais profundos que sejam, necessitam de situações tangíveis para que consigam validar suas lógicas em meios tão complexos como as ocupações.

“(...)e era aquele negócio: Ah! estava querendo uma coisa que eu não precisasse ficar negociando com o outro, que era só eu e minha família que íamos definir sobre o território” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

Para a equipe de arquitetura que atuava no projeto, não foi uma decisão fácil. Desistir de meses de trabalho, desistir de todo um projeto idealizado e desempenhado coletivamente com aos moradores. Porém, a voz dos moradores, a partir deste momento, se fez forte, e até dura. Poderia soar como possíveis razões de conflitos e complexidades internas, entretanto, não deixam de expressar a autonomia daqueles que vivem na comunidade.

“Ai eu fui peguei esse material, num primeiro momento eu pensei inclusive em não continuar, eu falei não, não vou...Façam do jeito que vocês acharem que convém, só que ai eu fui e falei não, eu entrei nessa para poder tentar entender um pouco também essa lógica, ai eu fui para casa e comecei a pensar numa solução de como poderia colocar os lotes individuais, e ai foi uma semana intensa, eu me lembro que isso foi dia 22, alguma coisa assim, dia 22 de julho, eu sei que 6 dias depois eu apresentei uma proposta com os lotes individuais que é um pouco o que está acontecendo lá hoje, foi assim, foi intenso” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

Desejamos uma nova perspectiva de cidade, entretanto, não a executamos para nós, executamos para o outro. Ainda que o planejamento, a nível arquitetônico, fosse excepcional, a sua execução, assim como reflete o próprio arquiteto responsável, é impossibilitada pelo poder do grande capital que padroniza os modos de vida e nos

leva a pensar como eles, ainda que nossa formação nos direcione para questões mais amplas. Reproduzimos a cidade que vemos, e assim aconteceu na Dandara.

4.5.1 As construções dos lotes individuais e o efetivo processo de ocupação

Após o rompimento com o primeiro plano urbano de lotes coletivos na ocupação, inicia-se o segundo planejamento para o território, os lotes individuais. Segundo Lourenço (2014), este segundo modelo passou a apresentar 887 lotes individuais de 128m² (8m x 16m), divididos em 32 quadras. O projeto anterior abarcaria cerca de 1069 unidades habitacionais.

“Eu segui com projeto dos lotes individuais e ai nós fizemos uma adaptação de algumas coisas, porque como o terreno era muito grande a gente já tinha feito vários trabalhos de demarcação desses terrenos, e ai a gente tentou aproveitar parte daquilo que já estava feito nos lotes individuais (...) Então, ai quando fizeram a opção pelo lote individual passou a ser 897 lotes. Você perdeu quase 200 lotes e todos os lotes ficaram iguais, porque ai não tinha mais a diferença da vertente sul para a vertente norte. Todos os lotes ficaram do mesmo tamanho, e ai na outra ideia não, a vertente sul seria mais rarefeita, teria uma densidade populacional menor do que a vertente norte. A proposta original era essa!” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

A Avenida Dandara (Via 220⁴²) que corta a comunidade de um extremo a outro, Avenida Contorno que contorna a ocupação, assim como as áreas de preservação ambiental foram mantidas conforme o primeiro projeto. A partir da assimilação dos moradores com esse novo (tradicional) ideal de cidade, a demarcação foi rapidamente realizada.

“E ai quando apresentamos essa proposta do lote individual, eu apresentei numa terça-feira à noite numa assembleia, numa reunião da coordenação, eles de imediato já falaram assim: agora nós temos que dividir isso para aqueles grupos, aqueles 8 grupos, e ai era importante que aqueles grupos ficassem mais ou menos num lugar, ai eu comecei a tentar redistribuir todo mundo dentro daquilo, ai foi feito um mapa, esse mapa eu tenho foto dele, na época a reunião, como é que foi feito isso, esse mapa ele tinha tudo colorido, ai tinha um grupo que era o grupo rosa, grupo marrom, grupo vermelho, tinha um monte de cor e ai cada um sabia mais ou menos em que ponto estava. O fato é que eles aceitaram o plano numa terça-feira, dia 28 eu acho de julho, e eu combinei com eles no sábado naquela semana mesmo, acho que era dia 2 de agosto, 3 de agosto, eu ia apresentar para eles a distribuição final dos lotes dos grupos, eu cheguei no sábado de manhã para entregar esse material para eles e eles já tinham demarcado

⁴² Avenida Dandara faz parte de uma avenida que está prevista no plano diretor da cidade deste 1996, chamada Via 220. São anéis rodoviários que ligariam pontos da cidade sem a necessidade de passar pelo centro de Belo Horizonte.

quase a metade de todo o setor norte, porque os lotes eles ficaram modulares, eles era iguais e aí eu lembro que nessa terça-feira quando eu apresentei o plano veio um senhor que chama seu José Marques, ele me perguntou: Tiago por onde a gente pode começar a demarcar o terreno? Aí eu falei assim: Vamos começar daqui! Aí a gente escolheu um ponto, lá no lugar, na rua mesmo na esquina, escolhemos um ponto, esticamos uma linha e marcamos assim: O senhor vai considerar para cá considerando uns 15m para um lado e 15 m para o outro que era o eixo da avenida Dandara que é onde está hoje mais o menos o Centro Comunitário, que aquela área. Aí ele partiu daquilo ali, eu falei para ele o senhor marca 15m aí depois o senhor marca 8m, marca um piquete, 8m, 8m, 8m. Você vai marcando toda a rua e depois vai marcando 16 de fundo. E aí eles foram marcando isso, marcando, colocando barbante, e eles conseguiram demarcar quase toda área já nos primeiros dias. Em 15 dias depois do plano do lote demarcado eles já tinham demarcado o terreno todo!” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

Este modelo de divisão prevalece até hoje. A Dandara possui ruas e avenidas passíveis de carros e até caminhões transitarem. Ela possui casas em tamanhos iguais, e a cada dia mais muros. A comunidade é o espelho de qualquer bairro da região. Ainda que atualmente esteja asfaltada - o que em última instância a diferencia de bairros mais antigos do entorno -, a sua divisão é igual à que vemos em diversos bairros planejados. Claro, no que diz respeito aos aspectos físicos!



Figura 9: Croqui Tiago Castelo Branco Lourenço.

Fonte: Arquivo pessoal do arquiteto social Tiago Lourenço. Proposta Croqui (8/5/2009).

Então, a partir da divisão feita entre os lotes e a participação dos moradores neste processo de loteamento, outros desafios de urbanização começaram a ser propostos. Um importante momento para aquelas famílias foi a nomeação de ruas e numeração de casas. Algo simples como ter um endereço torna-se uma conquista para moradores de ocupação. Ainda que o Estado tenha levado 7 anos para formalizar estas ruas e casas, entre os moradores era possível uma lógica de espaço.

“Isso aconteceu da seguinte forma: isso já estava, essa ocasião do lote demarcado, em final de julho. E ele ficou assim durante todo mês de agosto. Em setembro a coisa já está consolidada, mas era tudo letra e número de lote. Era só número de lote, então: “o cabra lá da rua A”. E aí, no início de 2010, eles começaram uma discussão sobre nome de rua. Eles estavam querendo colocar nome de rua, como é que poderia resolver isso, e tal!” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

Em um processo coletivo de eleição de nomes, a comunidade em assembleia se junta para discutir as sugestões. A maioria das ruas na ocupação possuem nomes de referências nas lutas populares. Entretanto, são figuras importantes do meio acadêmico, literário, ou de revoluções em outros países e que muitas vezes são desconhecidos dos moradores.

“Ah! Eu lembro rua Che Guevara, a rua Che Guevara por exemplo. Eu me lembro de vários moradores que não queriam morar na rua Che Guevara. Ficaram indignados com o nome rua Che Guevara, porque falavam que quem morava na rua Che Guevara era chegado na vara! E aí começou a gozação... (risos)” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

Portanto, a própria militância promove essa fase de nomeação, o que para a cidade tem um grande valor. O forte significado de nomes como Chico Mendes, Irmã Doroty, Paulo Freire, traz à tona o caráter de luta das famílias que ocupam aquela comunidade.

“(...) e aí sobraram 3 ruas que eu me lembro assim que não tinham nome. Aí eu coloquei lá no meio, e alguns, inclusive, ficaram puto. Eu lembro que teve morador que não concordava não, porque tem a rua que chama Maria Diarista, e Pedro Pedreiro” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

É inegável a dificuldade em organizar tantas famílias e promover coletivamente a construção destes espaços. Como dito anteriormente, há uma necessidade de respostas imediatas em espaços como este. Mas é também necessário apontar estas dificuldades buscando otimizar estes processos em futuras ocupações.

No momento de ocupar, no momento da luta, são tantos os conflitos que questões aparentemente simples como nomenclaturas de ruas passam despercebidas,

mas devemos retomar tais debates, que em primeiro plano parecem simples, porém dizem muito sobre o processo de pertencimento das famílias que ocupam e constroem uma comunidade.

O Estado já dita este papel taxativo de nomear ruas e bairros, sem grandes consultas populares. Em toda a cidade podemos ver “heróis” de guerra e militares que promoveram verdadeiras chacinas, cedendo seus nomes ao endereço daqueles que seriam suas vítimas outrora. Obviamente em ocupações os nomes representam de fato a luta destas pessoas, mas a maneira como ele é “imposto” talvez ainda nos remete, mais uma vez, à cidade que estamos acostumados a ver.

Podemos perceber a importância do processo de nomeação das ruas a partir da experiência do arquiteto responsável pela delimitação das casas. O processo de numeração, executado de maneira coletiva, com a participação e aprendizado dos moradores acerca de como demarcar os números, ainda que se tratasse de um processo de demarcação informal, fora dos ditames do modelo jurídico-administrativo de organização socioespacial da cidade formal, trouxe a possibilidade de acesso àqueles que eram, até aquele momento, invisibilizados pela prefeitura.

“Eu me lembro que cheguei para esse evento de 1 ano da Dandara com esses 3 *banners* e 2 eram um desenho todo colorido da ocupação! Nesse desenho tem a numeração das casas, a numeração de cada casa, e isso foi uma coisa interessante porque a gente fez a numeração como se faz na cidade, a gente considerou o início da rua, aí falou: “essa casa, o número dessa casa vai ser 20 porque ela está há 20 metros do início da rua. Essa aqui é o número 100 porque está há 100 metros do início da rua”. Fomos fazendo isso, e eu me lembro que cheguei, entreguei esse *banner*, aí eu lembro que falei numa assembleia, expliquei que eu trouxe um mapa que estava lá no centro comunitário, nesse mapa estava a numeração de cada um, e aí, cara, todo mundo foi ver a numeração! Porque aquilo ali era o endereço, e aí eles podem colocar um endereço do lugar! Isso foi uma das coisas mais marcantes que eu tive até uma experiência” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).



Figura 10: Banner Ocupação Dandara – Ruas e Casas.

Fonte: Arquivo pessoal Tiago Castelo Branco Lourenço.

Outros projetos na ocupação foram planejados e construídos de maneira coletiva. O centro comunitário, segundo Lourenço (*op. cit*) é o plano de áreas coletivas para atender demandas específicas, como: reuniões, arquivamento de documentos, e recepção do público externo à ocupação. A construção se iniciou em 2009 e foi praticamente concluída ao final do ano seguinte.

“O centro comunitário foi um processo muito interessante de construção, ele teve um desenho, projeto arquitetônico inicial, que depois ele foi sendo transformado. Assim, em vários momentos, moradores se apropriando da ideia, e aí ligava e perguntava: “Ganhei uma doação de janela, pode trocar a janela?” Eu falava: “Pode!”. Por isso que ele é um prédio que tem janela diferente, porque ele foi sendo construindo aos poucos na medida que foi acontecendo!” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

O centro ecumênico foi outro exemplo de edifício coletivo que, como pontua Lourenço (*op. cit*), mobilizou a população. Localizado no centro geográfico da ocupação, o centro ecumênico começou a ser construído no final de 2010 pelos próprios moradores. Em menos de um ano já estava sendo utilizado para celebrações religiosas.

“Ela (a igreja) era para ser um centro ecumênico, apesar que desde o princípio ela tinha uma forma de crucifixo. Ela tem uma forma de crucifixo,

porque ela tem um corpo central e tem duas entradas laterais, inclusive, hoje você entra pelo meio também, fruto também dessas coisas que vão mudando a ideia. Aquilo ali, aquela porta central, na verdade ela é no fundo do altar e a ideia é que aquilo não seria uma porta, seria uma janela! Um grande janelão, onde na hora que você estivesse assistindo a missa o fundo é a cidade, porque você tem uma vista interessante da cidade ali. E tinha uma possibilidade de fazer uma missa campal, então eu podia rezar a missa para dentro da construção ou rezar para fora. A ideia era ali que o altar ele funcionasse, que eu pudesse rezar para dentro ou para fora, e você entrava pela lateral, pelas ruas laterais! Ai você entra pelas ruas laterais e visualiza a cidade. Só que o interessante é que desde o início, já nos primeiros instantes, eles colocaram o altar ao contrário. O altar ficaria lá do outro lado e aquilo ali nunca chegou a ser construído como janela, conseguia ter acesso e tal, mas com o tempo o povo fez uma escada e acessa por aqui e ai ela foi consagrada. Ela virou uma outra coisa, ela foi sendo apropriada de uma outra forma, mas que era o espírito também, sabe? Eu acho que isso foi uma coisa que eu fui aprendendo até como arquiteto, nesse processo todo, que é um edifício em aberto assim, e que as pessoas que usam o edifício muitas vezes não foram aquelas pessoas que pensaram esse edifício. A ideia do autor, que é forte na concepção da coisa dentro do campo da arquitetura, ela na verdade, todo mundo é autor, na realidade, eu e o Bruno Jacomini que a gente desenvolveu as primeiras propostas, mas aquilo foi se transformando numa coisa que hoje não dá para definir quem que é autor! São várias pessoas que são autores. Dentre eles, eu sou uma pessoa que foi autor, e os moradores da comunidade que foram transformando tanto o centro comunitário quanto a igreja” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

Posteriormente, o edifício foi consagrado como igreja católica, e hoje é a Igreja Sagrado Coração de Jesus, mais conhecida como Igreja da Dandara. Seu padroeiro é o Sagrado Coração de Jesus, e recebe celebrações católicas, não mais ecumênicas. A igreja é vinculada à paróquia de Imaculada Conceição, sendo o vigário responsável o Padre Antônio Paulo Sagrilo. Frei Gilvander, importante ator no processo de ocupação, que atuou pela CPT, quinzenalmente ministra missa na igreja da Dandara. A igreja também é utilizada como ponto de encontro para reuniões e assembleias. Mais recentemente o PRU – Programa de Revitalização Urbanística⁴³ busca reunir parte dos moradores – chamado grupo de referência - da ocupação para discutir questões relativas à revitalização do território utilizando a igreja como ponto de encontro.

Segundo Lourenço (*op. cit*), todos os lotes da Dandara já estavam com construções em alvenaria, grande parte com blocos cerâmicos, mas até hoje sem reboco externo, como é comum em periferias brasileiras. Devido ao sucesso da ocupação, ainda hoje existe uma pressão para a entrada de novos moradores. Por isso,

⁴³ A partir do Orçamento Participativo de 2015/2016 a Ocupação Dandara se torna a primeira ocupação em Belo Horizonte a receber o PRU. O plano é desenvolvido a partir de assembleias, caminhadas pelo território e grupos focais, sob a coordenação da Companhia Urbanizadora e de Habitação (Urbel) e a Secretaria Municipal Adjunta de Políticas Urbanas (Smapu).

existem novas demarcações de novos lotes em áreas até então não previstas para moradia, dentre elas as áreas de preservação ambiental e os córregos.

O processo de planejamento arquitetônico da Dandara carrega consigo parte da explicação dos caminhos diferentes pelos quais o projeto rururbano foi levado. Na verdade, a estrutura física concebida inicialmente no projeto da rede de apoio era uma condição importante para uma série de elementos inerentes à natureza daquela ideia. A dicotomia entre os lotes coletivos e o que o arquiteto chama de “desenho pequeno burguês” diz muito sobre esses caminhos.

A sociabilidade, integração da comunidade e convivência com o meio ambiente diferenciadas, associadas à proposta dos lotes coletivos, estavam bem mais de acordo com o que se pensara para o modelo de ocupação rururbana. Entretanto, o que se percebe são pressões que levam à reprodução da estrutura do modelo de cidade excludente que se almejava ultrapassar. Nas palavras do arquiteto, é a estrutura de cidade pequeno burguesa para habitantes não-burgueses. E isso tem implicações determinantes sobre o modelo que vigora na Dandara: um rururbano possível, que se distingue em muitas maneiras do rururbano planejado, mas que não pode ser descaracterizado nem tampouco desmerecido.

No capítulo 5, o trabalho rompe com o recorte temporal abordado até o presente momento e passa a fazer uma leitura contemporânea dos caminhos deste rururbano possível frente às pressões da lógica neoliberal de produção da cidade e as razões de sua trajetória divergente do rururbano planejado. Esta abordagem que nasceu em um dos questionamentos durante as entrevistas trouxe para o trabalho uma perspectiva de análise acerca do futuro da ocupação nos próximos 10 anos em vista do processo de entrada do Estado e das políticas comuns à cidade tradicional.

Essencialmente, podemos ver o rururbano planejado como uma proposta alternativa de produção do espaço na cidade. Nesse sentido, a entrada de elementos próprios do capitalismo e suas contradições inerentes nos espaços ocupados foram promovendo deslocamentos e transformações nos caminhos originalmente traçados. Nesse sentido questiono: “Há saída para o modelo de cidade neoliberal?”.

5. HÁ SAÍDAS PARA A CIDADE NEOLIBERAL? O DESENVOLVIMENTO ESPACIAL PRÓPRIO DO CAPITALISMO E AS CONTRADIÇÕES EM ESPAÇOS OCUPADOS

Pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos, a burguesia conquista a terra inteira. Tem que imiscuir-se em toda a parte, instalar-se em toda parte, criar relações em toda parte (MARX e ENGELS, 2014 p. 29).

“Ela está caminhando, vou te falar a verdade, daqui a 10 anos se eu viver até lá, pobre não vai morar aqui mais não, fia! (...) Então é aquilo que eu falei com você, o futuro para mim, pela minha opinião, aqui vai ser um bairro de elite, futuramente vai ser um bairro de elite.” (Dona Ângela, moradora da ocupação e militante da Dandara).

Neste capítulo pretendo trazer algumas reflexões sobre a reprodução do antigo modelo neoliberal de cidade que, por vezes, notamos se perpetuar mesmo em ambientes de ocupação, onde as famílias passaram por processos de formação e luta contra a (in)justiça e o Estado. Há uma lógica diferente dos outros capítulos desta estrutura, pela natureza dos questionamentos e reflexões, voltados para algo semelhante a uma análise contrafactual do que a ocupação poderia ter sido e conjecturas sobre o que a ocupação pode vir a ser. É a Dandara conjugada no futuro do pretérito e no futuro do presente.

Utilizando como base a teoria crítica de Horkheimer (1983), essa análise é dirigida pelo interesse no futuro. Na relação entre os primeiros nexos conceituais com o mundo factual não é essencialmente aquela entre gêneros e espécies, mas sim entre aparência e essência, forma e conteúdo. O papel dessa análise é apresentar a dinâmica de reprodução do mecanismo social, na tentativa de apreender por aprofundamento crescente a sua complexidade.

Todo o processo que leva à escrita destes tópicos refere-se a uma reflexão do que a Dandara não foi – e por que não foi – unido aos processos que a tornam o que é e por que é. O passado idealizado em contraponto ao futuro previsto, pensando desde a sua sociabilidade até os aspectos físicos do local.

Ao longo destes 8 anos de Dandara, muitos moradores já notam grande diferença na relação entre os vizinhos. Nesta reprodução das cidades comuns, muros são cada dia mais altos e a ocupação, aos poucos, replica os modelos de casas dos bairros vizinhos. A própria relação entre os sujeitos cria novas tramas e aos poucos a união da comunidade, comum do início, já não é a mesma.

Aqui retomo o que considero ser a primeira grande dificuldade posta ao estabelecimento do rururbano planejado: o *boom* da Dandara. A expansão vultosa das famílias que ocuparam o território em seus primeiros dias, em contraste com a centena de famílias do planejamento inicial, tem seu impacto evidente sobre a sociabilidade que se estabelece na ocupação.

A segunda grande barreira que se levanta ao rururbano planejado consiste na rejeição da estrutura baseada nos lotes coletivos, de forma autônoma e validada pelos moradores. A opção pelo “desenho pequeno burguês”, para manter a caracterização da fala do Tiago Lourenço, arquiteto responsável pelo planejamento da Dandara, evidenciou a dificuldade em se criar espaços que rompam com a lógica individualista do sistema dominante.

Para além desses dois elementos concretos e de natureza física, o ideal rururbano foi confrontado por uma série de *barreiras simbólicas*, postas pelas bases ideológicas do neoliberalismo, automatizada nas ações dos sujeitos. Percebe-se assim que, por mais que se tenha tentado aprofundar um processo de formação dos sujeitos, a dificuldade em romper com a lógica neoliberal e os duros prazos frente as demandas sociais de uma ocupação, levam os movimentos sociais a promoverem um modelo de cidade semelhante ou mesmo igual ao tradicional.

São inúmeras realidades, repletas de famílias que se encontram, muitas vezes, em situações de extrema pobreza. Muitas vezes, a casa se torna a sua única possibilidade de renda. Emergem situações como o aluguel em um barracão nos fundos para complementar a renda, repasse do terreno pelo valor da benfeitoria visando, muitas vezes, o retorno para o interior, e, até mesmo, necessidade de abrir mão da moradia para arcar com um caro tratamento de saúde.

Ao conhecer as diversas histórias, percebemos a complexidade das realidades de vida daqueles moradores ainda precarizados em muitos de seus direitos frente ao poder da dominação da forma-mercadoria.

As duas tinham sido as duas primeiras lideranças da Dandara no primeiro ano! Não estão mais na Dandara! E aí foi ver a mãe delas teve que vender a casinha dela para tratar de saúde um problema sério do netinho dela que é esse filho da (...) Então assim, e hoje está morando de aluguel em algum lugar aí, por causa de um problema de saúde que o programa SUS não atende, aí a mãe e a avó veio, e agora vou deixar filho netinho morrer? Não, vou vender minha casinha, então os pobre estão sujeitos a esse tipo de coisa. O que freia um pouco isso é só o trabalho permanente de formação e organização ne? (Frei Gilvander, Representante da CPT).

Por isso, entendemos que a cidade possui o poder de “expulsar” os pobres. Seja por suas altas tarifas, seja pela violência em regiões periféricas, ou por seus grandes empreendimentos imobiliários. O fato é que regiões consideradas “nobres” se tornam regiões “onde pobre não pode morar” como define Seu Orlando, morador da ocupação. Os altos custos de estar na Pampulha, uma região nobre da cidade, dificulta a vida de muitos daqueles que precisam trabalhar fora para manter suas famílias.

“Já tem essas tendências das pessoas migrarem, até porque a comunidade está ali na região da Pampulha, tem esse problema que você está falando, é uma região supervalorizada, uma região nobre, embora ela esteja na divisa com Ribeirão das Neves, que tem todos esses problemas e tudo, mas Dandara está em uma região que se você observar as casas, as chácaras que tem por perto da Dandara...Então desde o início! No início a gente ficou naquela coisa, inclusive no regimento da comunidade tinha uma das regras que era proibido passar o lote, mudar, enfim, mas depois a gente foi vendo que é muito comum a população mais pobre migrar mesmo, as vezes a pessoa está ali e arrumou um trabalho lá em Sabará, lá em Sabará, e aí não tem jeito, não dá conta essa coisa do tempo de deslocamento, transporte, mas isso eu acho que é muito pelo ápice da gentrificação. Infelizmente a região vai, cada vez mais se enobrecendo e as pessoas vão tendo dificuldades de se manter, né? E até hoje você olha assim a Dandara uma boa parte do povo que estava no início, participou no nosso movimento, não está mais lá... Muita gente! Naturalmente teve que desistir das suas casas, dos lotes. O problema da cidade é capitalismo!” (Rosário, advogada popular e articuladora da Rede de Apoio).

A cidade tradicional aos poucos invade as ocupações junto com suas taxas e serviços, os mesmos cobrados em grandes mansões da região. O Estado entra nestes espaços auto gerenciados e não se preocupa com essa dimensão de união e construção coletiva. Sujeitos que até então recebem no limite para dar o alimento a suas famílias, passam a pagar tarifas pelos serviços de água, luz, esgoto. As regiões periféricas não são poupadas pelo Estado dos altos impostos de se morar em metrópoles. E as contradições alcançam as demandas dos moradores que lutavam pela regularização dos espaços ocupados. Porém, regularizar significa isso?

A dificuldade e encarecimento das tarifas de transporte, a dificuldade no atendimento do sistema público de saúde, todas estas ineficiências relativas ao direito à cidade não são levadas em consideração. O sistema neoliberal aos poucos adentra os espaços ocupados, resignados da batalha perdida pela posse dos terrenos, mas ainda em guerra. Em guerra pelo lucro, e com a tradicional paciência dos donos do capital, para esperar as ocupações se tornarem comunidades, bairros, e lentamente (ou nem tanto) se transformarem em uma nova perspectiva de mercado.

Aos poucos, o esquecimento é uma estratégia, uma arma para vencer o poder popular. O Estado e o modelo neoliberal de cidade possuem meios de apagar a memória coletiva que compõe estes espaços através da sua própria inserção. Os fluxos de pessoas passam a compor o espaço e a lógica de mercado dá lugar ao processo de construção coletiva. O esquecimento é uma maneira de desmobilizar os grupos que antes atuavam na formação da ocupação e que hoje são silenciados pela força do tempo e do dinheiro. A partir do seu enfraquecimento, a lógica tradicional de cidade é impulsionada.

Ao iniciar esta pesquisa, ainda na fase de campo, primeiramente pensei no conceito de gentrificação⁴⁴ e seus possíveis desdobramentos nas periferias urbanas. Porém, tratar este fenômeno enquanto processo de gentrificação seria utilizar um conceito muito específico para um fenômeno muito específico. Deste modo, começo a trabalhar com a ideia de um paradoxal desenvolvimento espacial próprio do capitalismo latente nas cidades e as diversas contradições que as ocupações carregam consigo.⁴⁵

Sendo assim, busco levantar alguns pontos acerca deste sistema de cidade tradicional que se forma lentamente na ocupação, analisando a possibilidade em um futuro próximo que emerge de reflexões provenientes de moradores da própria ocupação. Outro aspecto levantado neste tópico é o desenvolvimento espacial próprio do capitalismo e suas contradições nas ocupações urbanas tratando dos processos de expulsão dos pobres de seus terrenos e casas, ainda que muitas vezes pareça um movimento consentido.

Este é um movimento da cidade enquanto sistema comum e tradicional que se replica também em locais ocupados: a construção de muros, tão cara à vida em cidade. A replicação dos diversos bairros nas áreas periféricas, apesar de todo processo de união e resistência, provenientes da formação da comunidade, são as contradições dos espaços ocupados frente à força da cidade neoliberal.

⁴⁴ (...) O processo de gentrificação, que emergiu inicialmente como uma anomalia esporádica, pitoresca e local nos mercados de habitação de algumas *cidades de centro de comando*, está agora completamente generalizado como uma estratégia urbana que assume a política urbana liberal. Não mais isolada ou restrita à Europa, América do Norte ou Oceania, o impulso por trás da gentrificação é agora generalizado; Sua incidência é global e está densamente conectada aos circuitos do capital global e da circulação cultural (Smith, 2002 p.427) Tradução livre.

⁴⁵ Faço devida referência neste ponto do trabalho ao pesquisador Thiago Canettieri, citado em alguns trechos, que a partir de uma conversa informal me orientou nesta nova perspectiva apresentada.

5.1. Comunidade dos muros: A reprodução da cidade tradicional

Venho reforçando, desde o capítulo anterior, os significados da opção pelos lotes individuais na Dandara, em oposição ao estabelecimento de lotes coletivos, considerado, talvez, o primeiro passo para a reprodução da cidade tradicional. Entretanto, identifico nos processos atuais de construção, na ocupação, um elemento adicional dessa reprodução que complementa e, em certa medida, aprofunda os significados do elemento anterior: os muramentos.

Nesse aspecto, Caldeira (2000) argumenta que as atuais transformações na sociedade estão gerando espaços nos quais diferentes grupos sociais estão próximos e, ao mesmo tempo, separados por muros e tecnologias de segurança, o que a autora chama de enclaves fortificados. Isso os leva, segundo ela, a não interagir ou circular em determinados espaços comuns.

Na cidade, a cidade tradicional a qual estamos habituados, este é o protocolo comum nos diversos prédios e condomínios. Caldeira (*op. cit.*) aponta que estes enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residências, lazer, trabalho, entre outros. Estes novos espaços, murados, atraem os que abriam mão da esfera pública, em nome de uma segurança contra a violência, deixando as ruas aos pobres, “marginalizados” e sem-teto.

Em cidades que se fragmentam pela construção destes enclaves, emerge a dificuldade em manter os princípios de acessibilidade e livre circulação que estão entre os principais valores relativos à cidade. Através destas construções, o caráter do espaço público é modificado, assim como a participação dos cidadãos na vida pública (CALDEIRA, *op. cit.*). Essa ideia do “muramento” e da “segurança” ultrapassa os limites das regiões de condomínios nobres na cidade, sendo replicado nos muramentos e gradeamentos nos bairros periféricos e populares.

Entretanto, ainda que Caldeira (*op.cit.*) trabalhe apenas com a concepção de enclaves fortificados em relação à classe média e alta na cidade de São Paulo, este fenômeno acontece em uma nova configuração nos espaços ocupados. A ocupação Dandara, após 8 anos no território, já possui características desta cidade tradicional.

“Eu acho que o Dandara daqui uns 10 anos vai ter prédio de 3, 4 andar, 5 andar, agora sabemos uma coisa, que infelizmente do jeito que nós vivemos no Brasil a violência vai estar junto, daqui 10 anos” (Joaquim, Militante do MST).

Para além de questões de segurança, há uma característica individualista/simbólica na construção de seus muros. A violência na ocupação, apesar dos alardes midiáticos que marginalizam as periferias das cidades, possui índices reduzidos se comparados aos bairros de famílias com maior poder aquisitivo em Belo Horizonte.

Como aborda Caldeira (2000, p.9), “a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social”. O conceito de segurança é espetacularizado pela mídia, e reflete-se na realidade destes moradores através dos muros e portões cada vez mais altos. Esta é a cidade conhecida, esta é a cidade reproduzida! Nela, o meu lote é o meu território, e não há mais necessidade de lutar pelo coletivo.

Os espaços ocupados, em especial na metrópole, são um espelho da sociedade que cria, a cada dia, mais muros em relação aos seus vizinhos. O maior problema do homem moderno, segundo Simmel (2005) é preservar a sua singularidade (autonomia – particularidade), frente à superioridade do meio-social, do processo histórico, da cultura e da técnica. Este homem não quer se submeter a estes fatores e acaba se exilando em si mesmo, sentindo-se só na multidão.

Em parte esta circunstância psicológica, em parte o direito à desconfiança, que temos perante os elementos da vida na grande cidade, que passam por nós num contato fugaz, obriga-nos àquela reserva, devido à qual, muitas vezes, nem sequer conhecemos de vista os vizinhos de muitos anos (...) (SIMMEL, 2005, p. 10).

O simbolismo de um muro exacerba o caráter privado, individual, da propriedade do lote. O muramento é a expressão da antítese do coletivo. Esta concepção individualizada é de difícil desconstrução. Ainda nas ocupações - espaços tidos como coletivos -, a individualidade é inegavelmente importante. Porém, mesmo em espaços construídos a partir de processos de luta, resistência, formação e construção coletiva, não há uma efetiva desconstrução da cidade tradicional que se apresenta com sua segregação e individualidade.

Nos primeiros passos da ocupação ainda é possível que esta perspectiva de construção de um espaço contra-hegemônico seja trabalhada através dos processos de formação e da própria organização do espaço conduzida pelos movimentos sociais. Entretanto, a partir do estabelecimento e de uma certa segurança dos moradores no

espaço, este processo passa a ser mais complexo e aqueles que de fato construirão a ocupação começam a se pronunciar contrários aos modelos idealizados por outros.

Deste modo, impossível, nesta altura da análise, não nos perguntarmos se, caso os lotes coletivos propostos tivessem sido mantidos, estes fenômenos ainda aconteceriam? Seria mantida uma coesão entre os moradores, possibilitando uma continuidade do processo de formação iniciado pelos movimentos sociais? São questões que ficarão sempre sem uma resposta.

No entanto, a realidade atual é de muitos muros na Dandara. São cada dia mais altos, e representam um momento de individualismo vivenciado no local. A rotina de trabalho, o cotidiano doméstico, afastou consideravelmente a relação entre a vizinhança. Nesse ponto ressalto que o convívio entre os moradores é muito mais próximo que dos diversos bairros da proximidade, todavia, esta sociabilidade de outros tempos vem perdendo sua força ao longo dos anos.

(...) cada vez que eu vou na Dandara eu vejo mais muros, né? Então eu vejo que uma forma padrão de relacionar com território, do território atomizado de cada família vivendo no seu quadrado, essa é uma tendência, uma tendência muito forte dentro da comunidade, para mim é o maior vetor, a tendência mais forte. De uma comunidade que tem uma memória de luta que tem um passado, mas que esse passado fica cada vez mais na memória de poucas pessoas que passaram (Joviano, advogado popular e militante das BP's).

Este processo de esquecimento, retratado pelo advogado popular e militante Joviano Mayer, é semelhante aos meandros do “descaso planejado” usado por Scott (2009) em seu trabalho sobre os impactos da barragem de Itaparica. Trata-se de uma perspectiva de desenvolvimento que desconsidera as relações que grupos tradicionais, de maneira geral, estabelecem com seus espaços de memória. Esta é mais uma face da dinâmica social atuante nas cidades. O fluxo de pessoas em regiões periféricas não é contemplado em momento algum nos debates governamentais e essa dificuldade de permanência e fixação desta massa precarizada é útil para desmobilizar o processo de luta dos territórios.

Este descaso planejado desmobiliza os agentes que atuaram e atuam no processo de manutenção da Ocupação. Esta responsabilidade novamente recai sobre os militantes, parceiros e apoiadores da Dandara no sentido de contribuir para a construção deste espaço autogestionado e emancipatório.

(..)a preservação dessa memória, mas mais do que a preservação da memória, a continuidade de um projeto de uma outra forma de se relacionar com o território, de ocupar um território de uma comunidade de luta e que digamos assim que produz ali novos modos de vida de se relacionar e de se mobilizar para conquistar os seus direitos, na construção de um espaço

emancipado nesse sentido, vai depender da capacidade dos movimentos e das forças políticas que acompanham esse território disputarem esses outros vetores de subjetivação (Joviano, advogado popular e militante das BP's).

Já entre os moradores existem pessoas que lutam pela continuidade de uma vida coletiva. Alguns, semelhante ao modelo dos primeiros anos de ocupação, percebem a ocupação para além da moradia, a consideram um modo de vida. Já outros optam pela reprodução da cidade tradicional à qual estamos habituados a viver e conviver. Provenientes de outros bairros, com outras experiências e muitas vezes sem passar pelo processo de formação característico do início da ocupação, seguem seus cotidianos e rotinas de maneira individual.

O processo formativo, ainda que seja fragmentado pelas diversas demandas que povoam um espaço que acaba de ser ocupado, é o único meio de manter um território de maneira cooperada. O projeto rururbano, em última medida, visava manter esta cooperação não apenas através da moradia em lotes coletivos, mas, e talvez principalmente, através da produção e manutenção das famílias e da comunidade.

Sendo esta desconstrução da cidade tradicional uma das lógicas defendidas pelo projeto, o retorno a uma vida coletiva, aos meios de produção cooperados, à autonomia no trabalho e na moradia foi sua estratégia. Entretanto, executar tais preceitos se torna um grande desafio visto que a vida coletiva não é de fácil convívio. A necessidade da decisão coletiva em espaços tão urgentes se transforma em um grande dilema na vida de sujeitos já expostos a tantas dificuldades.

Essas são contradições dos espaços ocupados, que se apresentam de modo paradoxal aos movimentos e apoiadores, que idealizam uma vida quase romanceada nestes espaços. Reproduzir um ideal, e mais que isso, introduzir este ideal para que outros vivam, seria uma tarefa que traria ainda mais contradição a estes espaços, ainda que de certo modo esta fosse uma das alternativas mais viáveis de emancipação e autonomia para os moradores.

Neste cenário atual, superar a cidade tradicional e abrir mão dos muramentos significaria romper com o que há para além dos limites da ocupação. Projetar uma nova maneira de morar, ser diferente dos demais bairros e comunidades do entorno, quiçá, da cidade. Este sentimento não é genuíno a maioria de nós. Abrir mão da individualidade, da rotina e do sistema que já nos acompanha desde sempre é algo que se limita quando chega à ordem prática.

“E aí o que mais me preocupa que nós pequenos burgueses somos as pessoas que dão valor, valor não, a gente que acaba dando potência para o discurso capitalista! Nós que garantimos o funcionamento do capitalismo, eu acho que até mais que a burguesia, (...) a gente que vai, de certa forma, incorporando esse discurso e vai reproduzindo ele o tempo todo. E eu acho que a gente pode ter levado o discurso burguês ou pequeno burguês para esse grupo de pessoas que não precisava desse discurso, que poderia ter feito uma outra cidade, poderia ter feito de uma outra forma, hoje eu penso que talvez teria sido mais acertado que naquele momento, em que eu pensei em sair, quando eles questionaram o lote coletivo, se eu tivesse saído e ficasse só observando como que ia acontecer, seria uma realidade, seria uma outra cidade, talvez uma cidade muito parecida com a que a gente fez o molde, sim!” (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

Portanto, esta emancipação dos moradores de ocupação deve ser refletida em engajamento, porém de maneira autêntica, visto que “ninguém liberta ninguém, e ninguém se liberta sozinho” (Freire, 2015, p. 71), os movimentos sociais urbanos possuem a complexa tarefa de formação das bases de maneira horizontalizada, coletiva e reflexiva, para além do seu maior desafio que é a violência do Estado, a discriminação do território e o poder do capital.

As contradições desta cidade confusa e complexa são constantes, e cabe aos mobilizadores e ativistas sociais pensar conjuntamente com as bases. A Dandara mostrou que a imposição de um meio de vida não é possível, e sequer sairia do papel. Portanto, o retorno às bases na tentativa de traçar estratégias de ruptura contra hegemônicas é a possibilidade viável nesta tela contemporânea.

5.2. O Inevitável (?) Sistema Mercadológico Capitalista

Sigo com o questionamento sobre a existência de saídas a esse modelo de cidade vigente, visto os processos contemporâneos de desenvolvimento na comunidade ligados ao sistema de mercado. Além dos processos já em curso, discuto se com a entrada da urbanização através dos serviços do Estado, a comunidade passa a incorporar ainda mais fortemente a lógica de mercado vigente.

Nesse sentido, Abramo (2007, 2009) destaca que o principal mecanismo de coordenação das decisões de uso do solo na cidade neoliberal é a predominância do mercado. Há o que o autor chama de “retorno da ‘mão inoxidável do mercado’”, como principal mecanismo de coordenação das materialidades urbanas, tanto através da privatização das empresas públicas urbanas quanto pela hegemonia do capital privado na produção das materialidades residenciais.

As cidades modernas da América Latina, segundo Abramo (2007, 2009), são produzidas como resultado de duas lógicas: A primeira delas é a lógica do Estado, que impõe aos indivíduos ou grupos sociais algum acúmulo de capital, podendo ser político, institucional, simbólico ou mesmo de outra natureza, de modo que permita o seu reconhecimento como parte integrante da sociedade e da distribuição das riquezas sociais. Nesta segunda lógica, a lógica do mercado, por sua vez, o acesso ao solo urbano – em possibilidades e magnitude – depende diretamente do volume de capital monetário que os indivíduos ou grupos sociais acumularam.

Mas há ainda, segundo Abramo (2007), uma terceira lógica da produção do espaço urbano nas cidades, uma lógica que emerge da ausência de um capital institucional, social ou político para se ter acesso ao solo pela lógica do mercado – via programa habitacional como o PMCMV, por exemplo. Assim, surge a “lógica da necessidade” de ter acesso à vida urbana.

Portanto, quando o Estado se ausenta, o processo de ocupação, frequentemente motivado (ou respaldado) pelos movimentos sociais, traz esta lógica para famílias sem teto. Para Abramo (2007, 2009), a lógica da necessidade foi, e é, responsável por mover um acúmulo de ações individuais e em grupos que promoveram a produção de ‘cidades populares’ com o seu ciclo ocupação/autoconstrução/auto-urbanização e, enfim, o processo de consolidação dos assentamentos populares informais. Sendo assim, a emergência das ocupações urbanas, coletivas ou individuais, organizadas ou espontâneas, possuem como motivação a lógica da necessidade.

Contudo, e aqui resgatamos o processo em curso na Dandara, o autor relata um fenômeno recente em que emerge uma variante da cidade popular. Esta última articula a lógica da necessidade com a “lógica do mercado”, levando à manifestação social do que Abramo (2007) vai chamar de “mercado informal de solo”, ou seja, um mercado que não regulado pelo sistema de direitos do Estado de Direito, porém, que garantiria o acesso a bens e serviços pela via de transações monetárias e/ou mercantis.

A produção da moradia nessas ocupações decorre na visão de Abramo (2009), do esforço familiar, posterior a aquisição do lote, por um trabalho de autoconstrução ou mesmo pela contratação de alguma mão-de-obra. Assim, tem-se uma edificação construída em um processo individualizado e direcionada pela família que a habita, ou habitou.

Estes fenômenos se encontram em curso na ocupação que já se consolida nos seus 8 anos de permanência no território. De acordo com Abramo (2009), nestas ocupações já consolidadas, o primeiro processo que leva a entrada da dinâmica do mercado consiste numa dinâmica de fracionamento do solo, mesmo que movido inicialmente pela lógica da necessidade. Entretanto, como frisa Bastos *et al.* (2017), algumas restrições emergem para quem possui um lote numa ocupação, especialmente em relação a mercantilização da terra, já que os lotes devem ser usados para uso residencial e não para fins especulativos ou lucro.

O fato de ter venda de lote nesses espaços para mim não é problema nenhum! Sinceramente, isso não tem problema nenhum, faz parte da dinâmica imobiliária da cidade, do próprio capital, e aí como você tem um público que mora nas ocupações que ainda é um público muito pobre e que constantemente muda de trabalho, tem muito cara que trabalha em obra, acaba que ele hoje está trabalhando numa obra ele está ali do lado, ele muda, passa para uma obra do outro lado da cidade e aí morar ali se torna um problema e aí ele tem que resolver e ir morar no morro das pedras, por exemplo, que ele vai estar mais próximo do trabalho (Tiago, Arquiteto Social responsável por projetar a Dandara).

Entretanto, para Bastos *et. al* (2017), o mercado imobiliário pode surgir nas ocupações e ganhar força, apesar das tentativas de contenção ou regulação por parte de organizadores e/ou lideranças especialmente durante o período onde os movimentos possuem maior inserção no território, normalmente o período de formação. No decorrer desse processo, os movimentos sociais pontuam constantemente a importância de não abrir mão do lote que se conquista na difícil luta por moradia, porém, como reflete Joviano:

(...) a Dandara ela não é uma bolha, fora da realidade, ela não é um laboratório de mundo novo isolado da realidade! Ela é atravessada o tempo inteiro pela forma hegemônica de produção e de se relacionar e de viver na cidade, né? E essa tendência ela é hegemônica, ela é mais forte! (Joviano, advogado popular e militante das BP's).

Portanto, pensando no caso específico da Dandara, este processo de fracionamento e mercantilização trazem ainda outras complicações. O adensamento da comunidade impossibilita a constituição de novos espaços de produção de alimento, espaços de lazer e áreas públicas.

Esta é, mais uma vez, a difícil decisão entre manter o planejado ou gerar mais casas e mais possibilidades de moradia para as famílias. Primeiramente, esta opção foi demandada aos movimentos sociais no chamado “*boom*” da Dandara. Posteriormente, os próprios moradores fizeram estas opções, seja por interesses mercadológicos ou por

questões familiares. O fato é que mais uma vez o “boom” é o importante divisor do processo de ocupação da Dandara.

A partir do fracionamento individual, quando o projeto de construção coletiva foi rejeitado, uma nova (velha) dinâmica começa a se instaurar na ocupação. A lógica da troca pelo valor da benfeitoria, a verticalização dos lotes, entre outros processos mercadológicos, começa a dar seus primeiros sinais. Como aponta Joaquim, militante do MST, “Eu acho que o Dandara daqui uns 10 anos vai ter prédio de 3, 4 andar, 5 andar (...)”.

A partir deste processo, a lógica da necessidade pela dinâmica demográfica sobre a estrutura familiar motiva a um fracionamento do lote inicial para construção de novas unidades habitacionais para acomodar filhos, netos, etc. Este fenômeno é comum na ocupação, quando familiares passam a construir no terreno e isso, segundo Abramo (2009), leva a uma maior densidade nos espaços, geralmente via verticalização.

(...) ai a minha irmã, eu entrei aqui por causa da minha irmã, mas o ex-companheiro dela deu ela uma casa, ela falou assim "ah madrinha eu não quero mais não! Você dá para alguém da família", era um lote de baixo que eu tinha pego, ai o morador desse lote aqui de cima falou a esposa dele não queria vir, ele pegou e me devolveu o lote, ele falou "mas ai você me dá o dinheiro que eu gastei para fazer a barraca" foi 200 reais, ai eu fiquei com os dois, mas eu não tirei espaço de ninguém, que hoje eu moro em um e outro meus meninos moram! (Dona Ângela, moradora e militante das BP's).

Entretanto, essa própria dinâmica de fracionamento, por fatores geracionais, pode levar à emergência da lógica do mercado informal:

(...) a saída de filhos e de netos da unidade domiciliar original, ainda que utilizando o mesmo lote, abre a possibilidade de uma reutilização de quartos e/ou outras áreas do lote para fins locacionais. Essa possibilidade locacional representa a oportunidade de receitas familiares adicionais e vai se constituindo em uma nova estratégia familiar de reprodução da vida popular nos APIs (ABRAMO, 2009, p. 36)

Mas o fracionamento do solo urbano nesses territórios já consolidados pode ser, ele mesmo, fruto de uma lógica de mercado. A redução dos ganhos familiares dado, por exemplo, à precarização das condições do emprego (sejam formais ou informais), aponta Abramo (2009), pode induzir as famílias a redefinirem a

composição de seus rendimentos. A locação de uma parte do lote tende a surgir como uma possibilidade para recompor ou aumentar a renda familiar. Portanto,

Os imóveis novos informais produzidos para serem comercializados, geralmente, representam um fracionamento do lote original familiar, seja verticalizando, seja ocupando parte do lote e/ou casa (produção de quartos), mas com a manutenção da residência (ou parte) da unidade familiar original. (ABRAMO, 2009, p.28)

No meu primeiro contato quando estive na Ocupação Dandara, em setembro de 2015, conheci a história de um morador que aos poucos construía um apartamento em seu lote para que suas filhas pudessem morar quando crescessem. Enquanto isso, ele alugaria o apartamento - a um preço abaixo dos altos padrões da região - para tentar futuramente comprar um sítio e sair da metrópole, pois, gostava de espaço para plantar e dizia ser muito violenta a vida na cidade.

São muitas histórias como essa de pessoas que planejam voltar para suas cidades ou mesmo que necessitam por diversos motivos entrar nesta lógica de mercado. Em dado momento, ouvi de uma moradora que os movimentos sociais deveriam dar direito a dois lotes por família para que em um fosse construída a moradia e em outro um meio de manutenção dos gastos, no caso dela, uma horta para fins comerciais.

Ainda segundo Bastos *et al.* (2017), a partir desta entrada do mercado inicia-se um incremento e mobilização da renda da terra internamente nos territórios ocupados, alterando as relações internas de poder, muitas vezes com a neutralização do poder dos movimentos sociais nestes espaços, e internalizando uma dinâmica imobiliária que reconduz a lógicas de exclusão e segregação muito semelhantes àquelas que criaram a necessidade da própria ocupação.

Não podemos ignorar, ainda, a possibilidade de comercialização da totalidade do lote inicial em função da impossibilidade de uma parcela dos moradores permanecerem no território. A maior parte da literatura a esse respeito, segundo Abramo (2009), atribui esse fator a momentos imediatamente posteriores a intervenções de urbanização, isto é, melhoramentos. Assim, segundo ele, argumenta-se que esse fenômeno se manifesta por uma “saída de um número significativo de famílias do assentamento e a sua substituição por famílias com nível superior de

rendimento familiar, após uma melhoria nas condições de saneamento, urbanísticas, etc., promovida por um programa público” (Abramo, 2009, p. 31).

Bastos *et.al* (2017) afirmam, nesse sentido, que, quando as ocupações são oficialmente reconhecidas e (re)integradas à cidade (comum) (ou mesmo antes disso), elas podem acabar subordinando-se às dinâmicas do mercado imobiliário. As ocupações urbanas vivem uma forte contradição visto que enquanto os movimentos sociais e moradores aspiram ao reconhecimento do Estado (e, a posse da terra assegurando não mais haver o risco do despejo), eles também reconhecem que “essa entrada na “cidade formal” pode significar a perda de muitos dos projetos coletivos e dos arranjos de propriedade mais comuns que eram possíveis enquanto muitos estavam engajados na resistência e em experimentações sócio-espaciais (p. 262).

Atualmente a ocupação passa por um período de urbanização a partir da entrada de serviços do Estado. A priori, a empresa de água e esgoto iniciou suas obras no território trazendo parte do sistema comum da cidade a estes espaços ocupados. A COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais já se encontra em processo de finalização da distribuição de água na comunidade.

Não há em nenhum sentido um sinal de uma possível construção coletiva neste processo. Entretanto, não houve grandes dificuldades nesta implementação dos serviços de saneamento, visto a distribuição e planejamento da ocupação que passou por uma estruturação arquitetônica profissional.

Este processo é considerado pelos moradores como um avanço, uma batalha vencida na luta pelo direito a fazer parte da cidade. Entretanto, não há uma abertura para um debate junto aos moradores de modo a pensar estes a urbanização. Uma comunidade que nasce da autoconstrução se vê invadida pelos tratores do sistema comum de cidade sem direito a palavra.

Outro exemplo disso é o próprio PRU que limita seus espaços de atividades aos grupos de referência e numa agenda exclusivamente da Urbel impõe a participação e presença dos moradores. A partir da ausência em duas ou mais reuniões os mesmos são cortados da lista. Diversos moradores que poderiam promover um debate crítico problematizando este processo de urbanização que poderá trazer sérias implicações (como remoção de casas em determinadas regiões da ocupação) não podem participar das reuniões que são durante a semana à noite. No horário em que muitos estão estudando ou trabalhando.

Os próprios movimentos sociais que organizaram e ocuparam o território não possuem inserção nos grupos, acabam por se fazer presente a partir da militância enquanto um ato de resistência. Estes movimentos só são convocados e de fato ouvidos em momentos como o de um grupo focal onde foi (re)contada a história da ocupação para os agentes da Urbel que executam o trabalho na ocupação.



Figura 11: Prefeitura de Belo Horizonte conhecendo o território da ocupação.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A postura dos agentes envolvidos nesta tarefa se mostra despreparada, visto a maneira como os próprios profissionais se colocam perante os moradores. É uma concepção colonizadora e um total despreparo (para não dizer desrespeito) em relação a estes atores que já possuem uma trajetória política e de auto gestão.

No entanto, o território, já antes planejado por arquitetos, com ruas, locais reservados para praças, espaços comuns, potencializa a entrada do Estado, que por vezes pode trazer benefícios já há tanto tempo almejados, porém, também implementa, definitivamente, a cidade tradicional, excludente e onerosa. Não há uma reflexão nestes processos, apenas o Estado visando regularizar territórios ocupados, não com consciência da batalha perdida para o povo, mas sim visando os lucros possíveis que estes territórios podem gerar a longo prazo para a cidade neoliberal.

O papel da arquitetura, mais uma vez, se mostra decisivo no processo histórico da ocupação. Agora, os serviços de tarifação, asfalto, e todos os outros meios de tributação do cidadão chegam ao espaço ocupado sem grandes dificuldades.

“[...] Como arquitetos, planejadores e formadores de cidades, enganamo-nos diariamente na criação de infraestrutura capaz de permitir a interação social ou tornar-se uma fonte de exclusão e dominação. Mas precisamos fazer perguntas mais profundas e duras sobre os impactos sociais da forma construída para criar políticas mais igualitárias que deem forma a nossas cidades” (BURDETT, 2011, p. 116-118).

Não há ainda sequer um sistema de correios que chegue nas casas, porém, as contas já começaram a encontrar seus endereços recentemente oficializados pelo município através de placas e numerações das casas⁴⁶. O que nos motiva ao questionamento de que maneira esta urbanização se apresenta? Há um apelo quase colonizador deste processo financiado pelo Estado e de interesse das empresas responsáveis pelo fornecimento de serviços. Entramos em um campo de contradições, onde obviamente, a comunidade junto aos movimentos luta pelo acesso à cidade e aos serviços que ela fornece, porém, quando eles entram, como se dá essa inserção?

De acordo com Canettieri *et. al* (2013), ao urbanizar vilas, ocupações e favelas, e com a consequente formalização dos custos de vida personalizados pelos serviços urbanos, como água e luz elétrica, esta população pobre muitas vezes se vê obrigada a deixar suas moradias para procurar áreas mais coerentes com sua renda mensal, deixando o espaço anterior livre para o jogo imobiliário. Gastos com água, energia elétrica e limpeza urbana, etc., são elevados de maneira insustentável para famílias pobres que a partir destes processos de urbanização passam a ver parcela substancial dos rendimentos serem consumidas por esses serviços.

Canettieri *et al.* (2017) aponta que os pobres são sempre as maiores vítimas destes processos perversos. Em primeira análise, pensando as classes trabalhadoras, as transformações prometidas se revelam em melhoramentos, benfeitorias e proporcionam melhores condições de vida, o que as leva a serem aceitas com euforia. No entanto, qualquer investimento realizado nos territórios implica maior valorização destes espaços, em geral, muito acima do que esta parcela mais explorada da classe trabalhadora poderá pagar. E a partir daí ela é então expulsa para as áreas menos valorizadas.

Como Bastos *et al.* (2017) argumentam, tais dinâmicas tensionam o funcionamento das ocupações, redirecionando seu funcionamento para a lógica tradicional da cidade neoliberal da qual se tentava desvencilhar, a partir da construção

⁴⁶ Tanto as casas quanto as ruas já eram identificadas, porém, a COPASA quando adentra estes territórios faz como exigência que sejam trocadas as placas “improvisadas” pelos moradores por placas e numerações oficiais do município.

de forma autônoma. Dito isso, essas dinâmicas atuam na direção de uma produção de novos ativos imobiliários, ainda que temporariamente informais. Dentro da ocupação, este mercado imobiliário em expansão reconduz o cotidiano para uma nova lógica de canais de extração de renda da terra por meio da produção do espaço.

Em suma, como pontua Bastos *et. al* (2017), tais manifestações frequentemente possuem a capacidade de anular os impulsos emancipatórios. Suas bases são pautadas nas limitações e exploram fraquezas próprias de experiências embrionárias, como a Dandara, impondo-se em função de seu caráter consolidado como força hegemônica que se faz presente nesses espaços autogestionados. Sendo poderes constituídos e forças hegemônicas, estes tendem a atuar na direção de sua própria reprodução e crescimento, mirando na direção daquilo que busca descaracterizar as relações heterônomas e contradições que estes mesmos poderes engendram.

(IN)CONCLUSÕES

Esta pesquisa, como dito anteriormente, se inicia na tentativa de trazer elementos que justifiquem/expliquem/demonstrem o conceito de ocupação rururbana. Os diversos aspectos e representações encontradas na Dandara poderiam nos levar a crer que ela é ou mesmo que ela não é rururbana em uma tentativa enviesada de fazer pesquisa.

No entanto, e por isso o título neste tópico, a experiência vivida e a proximidade com famílias e lideranças dos movimentos sociais me levaram a crer que este primeiro objetivo, se de fato feito honestamente, é impossível de ser atingido. Não há condições de um pesquisador “de fora” nomear o que a ocupação é ou deixa de ser. A Dandara é a ocupação autônoma que se define por diversos períodos, e por vezes até hoje, como rururbana.

O campo de disputa que se forma na academia é um aspecto importante levantado neste trabalho. Uma escrita mais baseada na vivência, ou na escrevivência, trouxe uma nova dinâmica e uma nova relação pesquisador-pesquisa. A flexibilização da escrita gera, uma flexibilização nas ideias. Uma maneira menos taxativa de expressão possibilita uma perspectiva mais ampla da realidade estudada, especialmente em se tratando de um espaço fluído de fronteira como é uma ocupação urbana, em especial, a ocupação rururbana pesquisada.

A sua dinâmica e seu fluxo de famílias traz uma característica de constante transformação em seu território. Ou seja, para muitos que não passaram pelo processo de formação junto aos movimentos sociais, as percepções acerca da comunidade são distintas daqueles que vivenciaram a forma ocupação debaixo da lona.

Estas características se apresentam em algum momento quando a ocupação passa a se tornar comunidade perante os olhos do Estado e até mesmo dos moradores. Características de cidade tradicional adentram estes territórios o que os faz percebê-lo de maneiras distintas. Com o rururbano não poderia ser diferente! Sendo esta a primeira (in)conclusão deste trabalho. O processo de aceitação de que não é possível definir o que o rururbano, no caso específico da Dandara, se tornou. Ou mesmo se é o rururbano o modelo presente neste espaço.

Porém, e por isso me dedico a estudar os movimentos sociais, o próprio processo de ocupação da Dandara já possui algo de extrema relevância aos movimentos de luta por reforma urbana e agrária na esquerda brasileira.

Primeiramente, uma tentativa de superação de uma dicotomia rural x urbano se apresenta através da concepção da ocupação.

Este esforço gera uma reflexão pertinente à sociedade e especialmente ao Estado que até então encara movimentos rurais e urbanos como questões absolutamente distintas. Mesmo com todo o histórico de migração no país, ainda que conheçam as conexões, e mais que isso, as dependências, inerentes a estes modos de vida, a burocracia jurídica, municipal, estatal e federal opta por desvincular as demandas entre eles.

O projeto rururbano, e a união da agenda de movimentos de campo e cidade trazem este debate tão pertinente. Afinal, o que nos diferenciaria a tal modo que pudesse impedir um projeto único de moradia que possibilitasse assistência a tantas famílias em condições de pobreza? A tradução desempenhada por estes movimentos traz interessantes experiências e troca de experiências a partir do projeto rururbano e da ocupação unificada destes movimentos.

O planejado rururbano foi se ressignificado a partir da experiência vivida pelos moradores daquele local e a própria aceitação dos movimentos acerca de suas impossibilidades, dada as complexidades de um território ocupado, e a compreensão da autonomia que a Dandara conquistou já logo em seus primeiros dias de ocupação. Entrementes, o próprio planejamento, por vezes um engessamento do possível, foi transformado dentro das possibilidades que havia naquele momento.

Entretanto, este modelo de ocupação que compreende estes dois modos de vida como um fluxo segue sua própria trajetória, onde hoje na RMBH, por exemplo, encontramos ocupações que já se denominam rururbanas e lutam para permanecer no território a partir da compreensão que possuem do que é uma ocupação rururbana.

A dinâmica deste modelo torna-se autônoma inclusive neste aspecto. O próprio conceito é ressignificado não apenas por moradores, mas também por outros movimentos que incorporam este termo à sua luta por acesso à moradia. Esta, sem dúvida, é mais uma das (in)conclusões geradas por este trabalho. Ainda que seja possível mapear a partir dos movimentos de Belo Horizonte qual foi a definição de rururbano planejada, os rumos que o rururbano toma hoje são sempre muito específicos e fluídos.

Outro aspecto importante que emerge a partir da análise deste trabalho é o fundamental papel das redes de apoio na consolidação e permanência da ocupação. O trabalho coletivo desempenhado pelos apoiadores produz uma corrente que fortalece

os moradores e militantes, e que – talvez este seja o ponto principal deste envolvimento – produz uma troca de saberes e de vivências que são impossíveis de serem mensuradas.

A empatia que estes espaços promovem forma na sociedade uma construção mais pautada na equidade e na justiça social. Uma experiência como esta, de ocupar, acompanhada por futuros profissionais, como é o caso das universidades envolvidas, podem promover nestes sujeitos (trans)formações. Ainda que não sigam sua trajetória junto ao trabalho popular, a sua compreensão deste universo nunca mais será a mesma.

A mesma lógica se emprega a todos os outros grupos que se envolvem. E a força que estes espaços trazem às famílias que se encontram em situações como as apresentadas neste trabalho, além do elo de empatia formado, dão potência a uma construção e participação política entendendo-se enquanto sujeito de direitos. Há um processo de emancipação e autonomia no ato de ocupar e que as redes de apoio contribuem consideravelmente para este fortalecimento e manutenção.

Concluindo estas (in)conclusões que o trabalho trouxe, a perspectiva de futuro da ocupação talvez seja um dos aspectos mais complexos a serem refletidos. A entrada do modelo neoliberal da cidade nos aponta para uma árdua direção. A direção que nos demonstra a força do capital se instaurando mesmo em locais de ocupação, resistência e construções.

A lógica do sistema das cidades tradicionais seria inevitável, visto que em vias práticas, não conhecemos outros modelos de construção de comunidade? Estas são questões que não possuem respostas prontas. Em alguns momentos, em alguns aspectos, as comunidades rompem com o modelo tradicional, em outros já nem tanto. Com o passar do tempo, os espaços ocupados passam a ser inseridos na cidade, tornam-se bairros, passam a ter acesso aos serviços (muitas vezes precários) que o Estado fornece aos demais, e a partir daí a luta torna-se uma lembrança.

E nessa lembrança, os muros sobem na mesma velocidade do cotidiano das famílias que ali habitam, o preço das casas é elevado, visto suas ruas planejadas, casas amplas, ainda que no reboco, junto com esta valorização o aumento das taxas, impostos, e logo outros desmembramentos se formam.

O projeto rururbano, inicialmente planejado pelos movimentos, poderia ser uma saída para esta nova/velha realidade aos territórios ocupados. A produção de bens de consumo dentro destes espaços promoveria uma autonomia também financeira que

possibilitaria a permanência e manutenção do território não apenas financeiramente, mas também em constantes processos de formação e união.

Por outro lado, a demanda por moradia é uma urgência, e visto a necessidade de cada dia mais famílias possuírem um local para viver, este projeto, em terrenos como a Dandara, são cada dia mais propensos a sofrerem um “*bomm*” de famílias ocupando o território conjuntamente.

Seguimos esta dificuldade em de fato concluir alguma das reflexões apontadas no decorrer desta dissertação. A realidade das ocupações é bastante complexa, de processos complexos, e dificilmente será passível de generalizações. Cabe, aos trabalhos futuros, a tentativa de descrever as trajetórias destas ocupações que se tornam bairros sempre com foco nos processos de formação.

Para além de todas as pontuações acerca da dificuldade na estrutura e na continuidade do trabalho de ocupação, o processo de formação, aos quais os movimentos e redes de apoio protagonizam, é a principal resistência ao modelo comum de sociedade. Apenas por meio de uma formação que nos liberte das amarras do sistema comum é que será possível iniciar um novo modelo de cidade, um novo modelo de sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro. **A Cidade Com-Fusa: A Mão Inoxidável do Mercado e a Produção da Estrutura Urbana nas Grandes Metrópoles Latino-Americanas**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9, n. 02, p. 25–53, 2007.
- ABRAMO, Pedro. **Favela e Mercado Informal: A nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre: Antac, 2009. 336 p.
- ALMEIDA, Cyro. **Dandara**. Fotografia e edição/ Cyro Almeida; [textos Joviano Mayer; [et al.]; versão em inglês Luciana Tanure. Belo Horizonte, MG : Ed. do Autor, 2014.
- ALMEIDA, Daniela A. O. de; COSTA, H. S. M. **Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana**. III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo. Belém – PA, 2014.
- ALVES, Fernando. **Polícia age com violência contra famílias que não tem casa para morar**. Site: A verdade. Disponível em < <http://averdade.org.br/2017/05/policia-age-com-violencia-contras-familias-que-nao-tem-casa-para-morar/> > acesso em 10/6/2017.
- ANDRADE, R.; LELIS, A. **Por trás dos olhos de Dandara**. Belo Horizonte: Tsuru, 2010.
- AZALMORA, Geane C.; SALGADO, Tiago B. P; Mídia. In: FRANÇA, V. V.; MARTINS, B. G.; MENDES, A. M. (Orgs.). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): trajetórias, conceitos e pesquisa em comunicação**. Belo Horizonte : Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PPGCom – UFMG, 2014.
- ANZALDUA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The new mestiza**. San Francisco. Aunt Lute Books, 1987.
- BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In: **A Antropologia das Sociedades Contemporâneas**/ Org. Bela Feldman-Bianco - São Paulo: Global, 1987.
- BARROS, Claudia. **De Rural a Rururbano: Transformaciones Territoriales y Construcción de Lugares al Sudoeste del Área Metropolitana de Buenos Aires**. In: IBEROAMÉRICA ANTE LOS RETOS DEL SIGLO XXI. Número extraordinario dedicado al I Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio). Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona - Nº 45 (51), 1999.
- BASTOS, C. D.; *et al.* **Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte**. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS (ANPUR), v. 19, p. 251, 2017.
- BERNARDINO-COSTA, JOAZE. **Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Sociedade e Estado (UnB. Impresso), v. 30, p. 147-163, 2015.

BITTENCOURT, Rafael Reis. **Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006 - 15)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2017

BIZZOTTO, L. M. **#ResisteIzidora: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Belo Horizonte: Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci, 2014.

BURDETT, Ricky. Pensar a cidade para construir a cidade. *In: Microplanejamento: práticas urbanas criativas* = Microplanning, Urban Creative Practices. São Paulo: Editora Cultura, 2011.

CAIADO, A. S. C.; SANTOS, S. M. **Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos sócio-espaciais em curso no Estado de São Paulo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n.3 - 4, p. 115-124, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A cidade de muros**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo - USP, 2000.

CANNETIERI, T.; DO VALE, W. A. **Dos excluídos da cidade à revolução urbana: definições de um novo sujeito político**. e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. 23, p. 35-43, 2015.

CANETTIERI, T.; PEREIRA, T. G.; LIBERATO, R. C. **Explorando Algumas Causas para a Expulsão da População Pobre de Belo Horizonte/MG**. Revista de Geografia. v. 3, p. 1-8, 2013.

CANNETIERI, Thiago. **Ocupações, remoções e luta no espaço urbano a questão da moradia**. Revista E-Metropolis, n. 17, ano 5: pp: 22-29. Julho, 2014.

CASTORIADIS, Cornelius. **Poder, Política, Autonomia**. *In: Un mundo fragmentado*, Buenos Aires, Altamira, 1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>> visto em 8 de maio de 2017.

COTTA, Ana Lúcia. **Questão Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte: A luta por moradia na comunidade Dandara**. 2016. 79f. Monografia- Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A reconstituição da realidade: um estudo sobre a obra etnográfica de Bronislaw Malinowski**. São Paulo, Ática, 1978.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ENGELS, Friedrich. **Para a Questão da Habitação.** In: Obras Escolhidas em três tomos. Lisboa: Editorial "Avante!", 1887.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia.** Tradução Nélcio Schneider. 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2015.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** Belo Horizonte: Mazza, 2006.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

FERNANDES, Patrícia. C. A. **Transcendências da forma: o projetado, o induzido, e o espontâneo em Belo Horizonte.** In: XVII Encontro Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR, 2017, São Paulo. Anais do XVII Enanpur, 2017.

FERRARI LIMA, J. M.; SILVA, A. F. C.; ALENCAR, V. G. S. L.; GROSSI DE OLIVEIRA, L.; ESCADA, G. S.; CRUZ, M. M. **Habitação na RMBH - Programa Social ou de Mercado?** In: XVI Seminário sobre Economia Mineira, 2014, Diamantina. Anais do XVI Seminário sobre a Economia Mineira, 2014.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Dicionário da língua portuguesa.** <<https://dicionariodoaurelio.com/>> acessado em 21 de abril de 2017.

FONSECA, Maria Teresa Louza. **Extensão Rural: uma educação para o capital.** 1985.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** ed. 59 rev. e atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: Que é?** Recife: Massangana, 1982.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014 / Fundação João Pinheiro.** Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** Edições Loyola. São Paulo, 1997.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GROSFOGUEL, Ramón. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-Coloniais: Transmodernidade, Pensamento de Fronteira e Colonialidade Global. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. *In*: MARICATO, E. *et al.* (org.). **Cidades rebeldes**. São Paulo, Boitempo/Carta Maior. 2013.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Tradução: Jairo Pinheiro. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HISSA, Cássio. E. V. **Entrenotas: Compreensão da pesquisa**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2013.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução: Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre – São Paulo: Ed. 34, 2003. p.296.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. *In*: BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor W., HABERMAS, Jürgen. Textos escolhidos. (Col. Os Pensadores, Vo. XLVIII). São Paulo, Abril Cultural, 1983. P 117-161

INVASÃO DANDARA. **Invasão de Terreno na Pampulha pelo MST! Quando chegará ao fim?** Disponível em: <<http://invasaodandara.blogspot.com.br/search?updated-min=2009-01-01T00:00:00-02:00&updated-max=2010-01-01T00:00:00-02:00&max-results=48>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. Ed. 10. – São Paulo: Ática, 2014.

LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo, Centauro, 2001.

LOURENÇO, Tiago C. B. **Cidade Ocupada** [manuscrito]. 2014. 232f Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2014.

MANIFESTO DE FUNDAÇÃO E PROGRAMA DAS BRIGADAS POPULARES. **Documentos Fundamentais das Brigadas Populares**. Caderno nº2. Edição: Brigadas Populares, 2014.

MARQUES, Ângela C. S. **Relações entre comunicação, estética e política: tensões entre as abordagens de Habermas e Rancière**. Revista Compólitica, n. 2, vol. 1, ed. set-out, ano 2011.

MARTINS, Helena H. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, (USP) São Paulo, v.30, n.2, p. 287-298, maio/ago, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2014.

MAYER, J. G. M.; ASSIS, M. P. F. **Por uma teoria e uma prática radical de reforma urbana**. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008.

MELLO, LUIZ; GONCALVES, E. **Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde**. Cronos (Natal. Impresso), v. 11, p. 163-173, 2010.

MIRANDA, Isabella G. **Ocupando Sonhos. A Comunidade Dandara e as ocupações de terras nas cidades: Emancipação Social e Reforma Urbana**. 2012. 139f. Monografia - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2012.

MONTE-MÓR, Roberto. **A Relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo**. In: Anais de II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS – Brasil - 28 setembro a 01 de outubro, 2012.

MORADO NASCIMENTO, Denise; BRAGA, R. C. Q. **Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida? Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, v.0, p.98, 2009.

MORADO NASCIMENTO, Denise; **As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade**. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 145-164, 2016.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M. *et al.* (Orgs.). **Território, territórios- ensaio sobre o ordenamento**. 2ª. Ed. Niteroi-RJ. DP&APPGEO/UFF, 2006.

NASCIMENTO, E. A. **Contradições e Deficiências Do Programa Minha Casa, Minha Vida: Implicações e Rebatimentos sobre a Dinâmica Socioespacial das Cidades Médias Brasileiras**. Revista Geographia, nº32 Vol.16. Niterói: UFF/EGG. p. 68–89. 2014.

NEVES, Delma. P. **Desenvolvimento social e mediadores políticos/ Org. Delma Pessanha Neves**. – Porto Alegre : Editora UFRGS : Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

OCUPAÇÃO DANDARA. **Solidariedade de companheiros da Europa!** Disponível em: <<http://ocupacaodandara.blogspot.com.br/2009/05/solidariedade-de-companheiros-da-europa.html>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

RANCIÉRE, Jacques. **A crise da razão**. Organizador Adalberto Novaes – São Paulo: Companhia das Letras: Brasília, DF: Ministério da Cultura: Rio de Janeiro: Fundação Nacional da Arte, 1996, p.367 a 382.

ROLNIK, Raquel. *et al.* **O Programa Minha Casa Minha Vida nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação.** Cadernos Metropolitanos, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 127-154, 2015.

SANTANA, Jobson; JESUS, Valdeck A. de. **MST e a mídia: Um discurso sobre o Movimentos dos Sem Terra na Mídia.** São Paulo: Livrus, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma Revolução Democrática da Justiça.** São Paulo: Cortez, 3ª edição. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** Tradução Mouzar Benedito. – São Paulo: Boitempo, 2007.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SIGAUD, Lygia. **A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana.** Novos Estudos Cebrap. Nº 58: pp. 73-89, 2000.

SIGAUD, Lygia. **As condições de possibilidade das ocupações de terra.** Tempo social, vol. 17, n. 1, 2005.

SIMMEL, Georg. **A natureza sociológica do conflito.** In: MORAES FILHO, Evaristo (org.), Simmel, São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito.** Mana, v.11, n.2, 2005.

SMITH, Neil. **New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy.** Nova York-USA. Antipode 34: 427–450. 2002.

SOARES, Mirelle F. **O caso Dandara: Tensão entre direito à moradia e direito de propriedade.** (Congresso). XXII Congresso Nacional do CONPEDI. 2013.

SOUZA, Jessé. **A construção da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** 2ª. Ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012a.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2ª ed rev. e ampl. / Jessé Souza; colaboradores Brand Arenari... [et al.]. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012b.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive** / Jessé Souza; colaboradores André Grillo [et al.] – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

THOMPSON, Edward. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos/** Org. Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas – SP : Editora da Unicamp, 2001.

THOREAU, Henry David. **A vida nos bosques.** Tradução Astrid Cabral. - 7.ed. - São Paulo : Ground, 2007.

TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas: Ação simbólica na sociedade humana.** Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** Soc. estado. [online]. vol.21, n.1, pp.109-130, 2006.

WEITZMAN, Rodica. **Entre a Roça e a Cidade: um processo de invenção de práticas alimentares e agrícolas.** 2011. 203f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura.** Tradução: Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ANEXO I – A VIGÍLIA QUE AGUARDA O DESPEJO

Na madrugada fria de 10 de junho de 2016 vivi a triste situação de uma ordem de despejo. Eram 60 famílias que moravam há mais de 1 ano nas ocupações “gêmeas” Maria Bonita e Maria Guerreira, localizadas na região do bairro Copacabana, em Belo Horizonte. Uma das cenas mais aterrorizadoras, tristes e opressoras, que jamais sairá da minha lembrança.

Acredito ser importante, neste ponto do trabalho, trazer um pouco das narrativas do meu diário de campo acerca destes momentos de tensão e tristeza. Em uma linguagem mais próxima, retrato as horas que passei junto às famílias e militantes envolvidos com a ocupação.

Os sentimentos de angústia, solidão e o temor vivenciado neste despejo não são sequer a sombra do que estas famílias suportaram e seguem suportando até hoje, visto que sua segunda tentativa de ocupar um terreno - logo após o primeiro despejo – foi frustrada mais uma vez por uma polícia autoritária, um Estado despreparado e um judiciário aniquilador.

Algumas ocupações receberam estes moradores que já reconstroem suas vidas, no entanto, a lacuna psicológica que se forma nestes sujeitos esquecidos pela sociedade, estes subcidadãos, é permanente. Meses após o despejo, conversei com a liderança da antiga ocupação que até aquele momento não havia conseguido recuperar sua saúde, sendo hipertensa, ainda não havia conseguido regular novamente sua pressão arterial tendo várias complicações médicas.

Durante o despejo não houve resistência, como em outras situações já ocorreu, o que poderia trazer uma resposta ainda mais violenta da Polícia Militar, porém, a violência simbólica é tão ou mais devastadora do que o processo físico em si. Acompanhar aquelas famílias que oscilavam entre a raiva e a tristeza, entre a resistência e a vontade de desistir, me possibilitou um pouco daquilo que não pude acompanhar no início da ocupação Dandara, um pouco daqueles anos de repressão e medo que os moradores da Dandara também suportaram, porém, as Marias, como é carinhosamente chamada pelos militantes, não tiveram a mesma sorte que a Dandara, a ocupação foi despejada.

Após a inserção em campo e o contato com algumas lideranças/militantes da Dandara recebi o convite para estar junto das famílias quando ocorresse o despejo. Esta vigília que é feita na noite anterior, seguiu dia adentro até que os últimos barracos⁴⁷ fossem demolidos e as famílias cadastradas para programas de habitação, sendo algumas encaminhadas para abrigos municipais. Trago esta narrativa sem grandes pretensões antropológicas - visto minhas limitações bibliográficas para produzir um material de maior profundidade-, por dois motivos.

O primeiro da ordem política e social, acredito que experiências como esta nos torna mais passíveis de compreender o lugar do outro, entender a dor e a dificuldade de grupos tão subjugados não apenas pelo Estado, mas pela sociedade também. E o segundo motivo é de ordem pessoal, acredito que a experiência vivida mudou os rumos da pesquisa, me tornando de fato mais próxima dos sujeitos que lutam pela moradia, até que um dia decidi me tornar um deles.

O diário de campo: Domingo, 19 de junho de 2016.

Foi um dia diferente, estava muito frio e não queria levantar da cama. Já acordei ansiosa. Sabia que de alguma forma o dia terminaria e recomeçaria de uma maneira que eu não fazia ideia... Eu aguardava a ligação de “José”⁴⁸. E assim se passou o domingo, dia todo na cama, de pijama, trabalhando em projetos e artigos, mas com aquela sensação de “radar ligado” no celular e a cabeça imaginando, o que estão sentindo estas pessoas? Em alguma medida eu conheço esse sentimento!

Já havia desistido de atravessar essa cidade hostil e fria (o que é raro) no meio da noite, mas de repente às 22 horas toca meu celular... Era ele! Nos falamos rapidamente, a cabeça já doeu, tomei um remédio e na mesma velocidade vesti as primeiras peças de roupa muito quentes que tinha e entrei em um *uber*⁴⁹...

Lá estava eu, rumo ao desconhecido! Estava sozinha e me sentia ainda mais desamparada que nunca em Belo Horizonte. A sensação de que parte da minha alma ficaria naquele despejo! Sentimento de que ao sair eu não seria a mesma a regressar!

⁴⁷ Barraco é o termo nativo dos moradores da ocupação ao se referirem às casas de Madeirit ainda construídas precariamente.

⁴⁸ Para não expor os militantes dos movimentos sociais, neste ponto do trabalho opto por utilizar nomes fictícios.

⁴⁹ *Uber* é um sistema de carona de carros que funciona por um aplicativo, semelhante ao taxi.

Mas o incerto não me assusta nesse momento... A vontade de estar junto daquelas famílias era maior.

Chegando à Dandara, procurei por José nos bares que ainda estavam abertos na entrada da ocupação. Lá estavam dois homens que prontamente me disseram para espera-lo ali que não teria problema. Alguns minutos depois José chega, com roupas diferentes do normal, roupas de frio, e uma mochila. Ele me disse “se fosse outra pessoa não ligaria tão tarde, mas como é você eu liguei! Sei que você quer estar lá! “. Agradei e perguntei se os outros estariam conosco, visto que “Joana” havia me dito que devido ao filho estar sob prisão domiciliar ela preferia não sair, mas José me avisa que quem é do movimento não consegue ficar em casa sabendo do que pode acontecer lá, e que ela ia sim!

Este sem dúvida foi o meu sentimento quando José me ligou chamando para a Vigília, ainda que eu não fosse do movimento, era impossível conviver com a disparidade de oportunidades naquela noite! Ficar em casa debaixo de um edredom quente se tornou insuportável.

Nesta hora uma militante do movimento (“Elza”, que conheci depois) ligou para José dizendo que estava na casa da Joana já esperando por ele. Chegando lá vi um carro com vários militantes e imediatamente a Elza me perguntou quem eu era, em um tom bastante preocupado, quase hostil, eu diria... No momento fiquei um pouco sem ação, mas respondi que fazia mestrado e estava pesquisando a Dandara e conhecendo o movimento, pedi inclusive a ajuda do José nesse momento para explicá-la.

Quando tudo se esclareceu ela me pediu desculpas (algumas vezes inclusive) e disse que essa desconfiança às vezes é necessária. Fiquei pensando sobre isso! A que ponto o Estado nos faz chegar. Soube que durante as obras da Copa descobriram pessoas infiltradas no movimento colhendo informações para evitar que os militantes promovessem ou apoiassem qualquer tipo de ocupação. Por isso, e tantas outras coisas, há um temor no ato de ocupar.

Chegando ao local, a primeira ação foi pensar onde deixar o carro, visto que a polícia isolaria toda a área e o carro deveria estar num local acessível caso fosse necessário uma saída urgente. Mais uma vez a necessidade de medidas extremas, já prevendo uma postura extrema do Estado.

Na rua, em frente à ocupação, fomos recebidos com quentão, canjiquinha, e todos muito agradecidos com a nossa chegada, apesar do ambiente de tristeza e medo.

Éramos mais ou menos 50 pessoas. Neste momento conheço a Dora (já tínhamos sido apresentadas na ocupação da Funarte) e ela me dá boas vindas ao movimento dizendo: “Seria melhor estarmos resistindo para ocupar, mas que bom que você está aqui para resistir com a gente!”

Nesse momento senti o quão doloroso é para os militantes saber que no outro dia tudo se resumiria a entulhos. Eram sonhos dos moradores, mas também dos militantes que seriam destruídos por tratores e escudos policiais.

Em vários momentos fui questionada se havia participado de alguma ordem de despejo. Quando dizia que não, as pessoas já logo falavam: “É pauleira... pesado”, termos dessa natureza. Ficamos conversando até cerca de 1 hora da manhã, apenas os militantes. Neste mesmo local, onde a comunidade se reunia para assembleias e decisões coletivas, passamos a noite conversando. Um clima nostálgico, mas também ativo, algo entre a tristeza e a vontade de lutar pelo território, mesmo sabendo que não seria possível permanecer.

Entre os moradores alguns grupos tocavam violão, outros se esquentavam em volta de uma fogueira em um local próximo, outro grupo se reunia em conversa, um cadeirante fitava cada uma das pessoas que chegavam enquanto ouvia modas de viola no violão de outro morador.

Em certo momento, com os nervos à flor da pele, houve tensão entre dois moradores, mas logo foi resolvida pelas lideranças da ocupação, e com ajuda de alguns militantes. Logo depois descobrimos que um deles (o mais bêbado) estava armado, e a liderança, Ana (uma mulher forte e com uma fala determinada), pediu que ele fosse dormir para passar o efeito do álcool e para que não fizesse nenhuma bobeira.

Após algum tempo, alguns militantes foram dormir no barraco mais próximo ao local onde estávamos. Todas as casas ainda possuíam estrutura de Madeirit e em situação de extrema pobreza. Havia muitos moradores que saíram das ruas para morar nesta ocupação.

Neste momento, vejo Elza conversar e prestar algum tipo de atendimento a uma senhora. Elza trabalha em áreas de serviços públicos à população em situação de risco. Este tipo de atendimento acontece com muita frequência, cada um em sua área profissional. Há um intercâmbio entre profissões e uma rede de apoio se forma naturalmente.

Por volta de quase 2 horas da manhã mais militantes chegam à ocupação. Interessante pensar que foi criado um evento no *facebook* como ferramenta para que

apoiadores passassem a noite e acompanhassem o despejo em solidariedade às famílias, porém, apenas militantes aparecem para contribuir neste momento difícil, e mais que isso, apenas militantes de um determinado movimento.

Não há, neste episódio, um apoio direto de outros movimentos. Nem de outros moradores de ocupações. As pessoas naquela noite eram basicamente os militantes envolvidos na ocupação e os moradores das “Marias”.

Sentamos ao redor da fogueira, passava das 2 horas da manhã, e neste momento a polícia passa constantemente acelerando o carro, fazendo barulho, luzes do carro acesas, passam olhando e até filmando a ocupação e nós que ali estávamos. A polícia se presta a um doloroso terrorismo psicológico, provocando os moradores, o que gera medo, mas também revolta.



Estas provocações duram toda a noite, e alguns conflitos internos surgem. Quando os policiais passavam no camburão (3 viaturas fazendo a ronda da Maria Vitória), algum morador gritava que iam resistir, etc. Essa atitude irritava outros moradores que desdenhavam dizendo que os corajosos na hora do despejo são os primeiros a sumirem (um fato constatado).

Um senhor, com curioso apelido de policial, estava muito alterado. Ele era o que mais incomodava, especialmente os militantes. Aparentemente embriagado, ele fazia discursos de resistência violenta e incomodava os outros moradores e militantes. Porém, exemplo do destempero emocional que essa pressão psicológica causa em todos que estavam em vigília, o senhor começa a chorar e dizer que não sabe o que

fazer. Segundo ele haviam pessoas que não tinham onde morar, ele já tinha um barracão alugado, mas muitos ali não tinham sequer para onde ir.

Um morador nos avisa que preparou o barraco dele para nós dormirmos, neste momento todos os outros militantes já estavam dormindo. Já eram quase 3 horas da manhã e o cansaço devido a toda tensão era muito grande. Além disso, sabíamos que precisávamos estar descansados para enfrentar o que aconteceria de manhã.

Em alguns momentos, moradores ansiosos com a situação procuram os policiais. A resposta da polícia era sempre que “só estavam fazendo a segurança do local, que era para o próprio bem da ocupação, e que não seriam eles que fariam o despejo”. Os moradores passam a noite pensando as estratégias da polícia, como chegaria, a que horas, como fariam a troca de turno para o despejo, como seria a entrada deles na ocupação, etc.

Enfim, decidimos nos deitar. Já passava das 3 horas. Numa cama de casal, em um barraco simples de Madeirit. Nos apertamos em quatro pessoas de modo a cabermos todos!

Os três na cama dormiram, eu não... Talvez por estar muito desconfortável apertada entre três pessoas e, sentindo falta da minha cama, meu quarto, mas sinceramente, o que me angustiava era o medo. Não sabia o que poderia ser daquele momento em diante! Lá fora, os moradores que não dormiam gritavam (brincando) olha a polícia, estão demolindo a casa, entre outras brincadeiras, em tom de desespero!

Na tensão do momento, não consegui dormir e preferi levantar para ver o que estava acontecendo. Logo que sai do barraco, Dora pede que eu acorde os militantes pois precisavam articular o que fazer e já dividir os grupos entre as ocupações Maria Vitoria e a Guerreira.

Os moradores continuavam sem dormir. Em volta da fogueira eles continuavam a conversar, mas com o nascer do sol se tornavam mais e mais tensos. Dava para notar a tensão, e o assunto era apenas um: a polícia, violência e o despejo!

No decorrer das primeiras horas do dia, mais precisamente às 6h20, a violência ultrapassa os limites simbólicos. Policiais especializados, portando armas de guerra, cavalaria, tropa de choque, motos e carros (Rotam) e até helicópteros – da polícia e da mídia- se aproximam das famílias que, desarmadas, se encontram à mercê de um Estado em atitudes autoritárias e violentas.

Para além do medo, e ainda que haja união do grupo, o sentimento é de solidão. Especialmente ao pensarmos que aqueles que se propõe a proteger, passam a ser

opressores e nos isolam de qualquer proteção para nos oprimir violentamente. Se algo acontecesse não haveria testemunhas, ou mesmo defesas, pois o próprio Estado era o algoz. Não havia até este momento defensoria pública, assistência social ou qualquer órgão de defesa destas famílias, eram eles (nós) e a polícia, apenas.

No decorrer do processo de negociação, os policiais mais uma vez justificam sua atuação - após diversas vezes indagados pelos moradores - como sendo apenas o “cumprimento de ordens, tanto judiciárias quanto do poder executivo”. Ao redor da ocupação, os apartamentos e casas (de estrutura dicotômica aos barracos de Madeirit) têm suas sacadas disputadas por membros de uma família que verbalizam, inclusive com os moradores, a satisfação pelo despejo.

Famílias brancas, de classe média, riem da situação que se apresenta. Vestidos com seus roupões felpudos, enquanto tomam seus cafés em canecas de louças. Estas famílias legitimam a ordem policial e depreciam a situação daqueles sujeitos que sofrem a ordem de despejo. A higienização de seus bairros é aclamada por essa “nova burguesia”.

Desde cedo os militantes tentam negociar a permanência das moradias, porém a polícia é implacável. Chegam representantes do Ministério Público, da prefeitura, CRAS, Por volta das 11 horas da manhã, após muitas tentativas de negociação, os advogados dos movimentos decidem informar aos moradores que de fato não será possível permanecer no território.

Os militantes se esforçam para mostrar aos moradores que neste momento não seria possível uma resistência. Caso eles optassem por resistir, a polícia poderia nos massacrar. Eram centenas de policiais para despejar dezenas de pessoas. Neste momento senti medo. Percebi que se essa fosse a opção, estaríamos isolados, e massacrados por um Estado que deveria nos defender.

Por fim, os moradores das ocupações aceitam a situação e são despejados. Como brecha de uma lei precária, aqueles que não têm para onde ir são realocadas para abrigos precários da prefeitura do município. Este é o direito à moradia que o Estado fornece. Não há escolha e nem voz às negociações ensaiadas pelos movimentos. Foi dada a opção e apenas isso, seria o abrigo ou a rua nas noites frias de inverno.

Aos poucos, o papel dos movimentos sociais ressurge ao conseguir mover estas famílias - que não possuíam condição alguma de se manter em outros locais - para outras ocupações na RMBH. As famílias vão aos poucos sendo recebidas por ocupações mais recentes que ainda possuem terrenos vagos. As famílias retiram seus

pertences e levam as placas de Madeirit, as lonas e telhas para construírem seus barracos em outros lugares.

As barricadas, armas, escudos dão espaço aos tratores que se aproximam e rapidamente destroem o que resta das moradias. Os sonhos de um ano e quatro meses e o pouco que cada uma destas famílias possuía vão ao chão. Para o Estado, um despejo pacífico e tranquilo, a sensação de dever cumprido. Para os moradores, o desamparo e a tristeza promovidos pela opressão daqueles que deveriam protegê-los. Para o movimento, um projeto destruído, uma batalha a menos.

Não aguentei permanecer mais tempo! Por volta de meio dia retornei para casa. Passei pelas tropas policiais que me fitavam desdenhosas. No caminho, várias pessoas comentavam o que havia acontecido, em diferentes tons que vão de apoio à indignação.

Cheguei em casa e dormi, estava exausta como nunca! Acordei às 17 horas com uma sensação de ressaca, me sentei na cama e me deparei com o desenho que um menino de uns 5 ou 6 anos que morava na ocupação e me deu na primeira vez que estive na Maria Guerreira. Ele me perguntara de que cor era minha casa, disse: “É branca!” E para minha surpresa ele respondeu: “Mas como branca?”. Ele só conhecia as casas feitas de restos de madeira.

Enfim, pude chorar.

ANEXO II – UMA BREVE BIOGRAFIA

Neste anexo do trabalho resgato um pouco da fala dos entrevistados acerca de suas trajetórias pessoais e profissionais. Ainda que não tenha sido possível trabalhar sob uma perspectiva de história oral, como gostaria, acredito na importância de conhecer um pouco mais sobre a vida destes lutadores que tanto fizeram para manter a Ocupação Dandara no território.

Esta biografia é um singelo agradecimento à disponibilidade de todos eles e uma maneira de gravar a história de pessoas tão envolvidas na luta por moradia, pela reforma agrária e pelo direito à cidade. Dentro das informações disponibilizadas pelas lideranças no decorrer das entrevistas semi estruturadas, elaboro esta breve biografia que ilustra melhor o envolvimento destes militantes/moradores/apoiadores à Dandara.

Ângela Fagundes Pinto - Nascida e criada em Belo Horizonte, no bairro Padre Eustáquio. Viúva, mãe de dois filhos. Moradora da Ocupação Dandara e militante das Brigadas Populares. Admiradora de plantas e flores pretende morar em um sítio onde possa ter mais espaço para suas hortas. “Pagando aluguel, pesou demais para mim, foi onde eu optei entrar em ocupação! Porque quem paga aluguel não dá para curtir filho, estudar, porque na minha época não tinha bolsa escola, não tinha bolsa família igual tem hoje, a gente tinha que morrer ali pagando aluguel com salário mínimo não dava para pagar aluguel, alimentar, que eu sempre gostei que meus filhos alimentassem bem, e água, luz, então tudo pesava... foi aonde que eu participei da ocupação”.

Felter Rodrigues dos Santos – Nascido e criado em Belo Horizonte, no bairro Aparecida. Pai de dois filhos trabalha como autônomo como eletricista e encanador. Morador da Ocupação Dandara e militante das Brigadas Populares. Conhecedor e admirador da história de Che Guevara. “É estava na lona, só que a gente tinha moradia de favor, né? Inclusive na casa do meu pai, nas proximidades aqui! E aí com o tempo depois de 6 meses que eu comecei a vir para a comunidade, aí ela já desceu a gente começou a construir, eu mesmo já sai do emprego, já deixei de trabalhar de carteira assinada para trabalhar autônomo para ter mais tempo para construir, e aí foi tendo esse vínculo sabe? De lá na sua comunidade e aí chegou um determinado tempo que

eu também passei a ser coordenador porque eu já tinha mais tempo hábil para estar nesse momento e aí que eu fui me integrando na comunidade, sabe?”.

Gilvander Luís Moreira – Nascido no sítio Pindaíba, no município do Rio Paranaíba, “a minha vida é viver na pindaíba”! Aos 4 anos de idade se tornou migrante e com a família se mudaram para Unaí, em busca de terra e uma vida melhor. Estudou em escolas rurais até ingressar no Seminário em Brasília. Posteriormente fez noviciado em Pernambuco. Depois se formou em Filosofia pela UFPR, e fez mais 4 anos de teologia em São Paulo. Voltou para Minas Gerais e iniciou seu vínculo com a CPT no centro ecumênico de estudos bíblicos, como assessor das comunidades eclesiais de base. Posteriormente fez mestrado em Ciências Bíblicas em Roma, e atualmente acaba de defender seu doutorado em educação na UFMG. Representante da CPT, frei e padre, atuou no planejamento da Dandara desde seu início até hoje. “Primeiro fator que explica muito a minha opção pelos pobres e o meu fato de eu ter me tornado frei e padre, é porque na minha infância experimentei no meu próprio corpo o que é as agruras do latifúndio.”

Joaquim Martins Toledo – “Eu trabalhava para o capital, trabalhava para uma iniciativa privada! Eu era funcionário de uma empresa em Belo Horizonte e essa empresa eu trabalhei nela 19 anos e 10 meses. Nesse período que eu trabalhei nela, o MST começou a dar uma pressão em MG e o ex patrão chegou a mandar eu e mais 2 seguranças para o Norte de Minas contra o MST... Eu sai de lá, fui para a casa do meu sogro na roça no município de Inhapim, e toda vida sonhei em ter um pedacinho de terra, cheguei a ir em Itamaranjiba trocar minha casa em Betim numa terra lá, depois eu acabei desistindo porque o lugar é muito seco, aí eu voltei de lá e desci para a casa do meu pai, fiquei na casa do meu pai, telefone lá era muito ruim, muito difícil, e de lá fui para a casa do meu sogro, depois, voltei para o Dom Carvati, que é onde é que meu pai tá morando hoje, aí o que aconteceu? Eu fiz um contato em casa com a minha esposa, e a minha esposa disse assim: Ó, o pessoal do Movimento Sem Terra está convidando você para poder participar de ocupação, aí eu falei com ela: Então estou indo embora!”

Joviano Gabriel Maia Mayer – Nascido em Belo Horizonte, no bairro Barreiro. Advogado Popular e um dos fundadores das Brigadas Populares. Mestre em Arquitetura e atualmente faz doutorado dentro de uma perspectiva de co-pesquisa cartográfica (no grupo (in)disciplinar) na FAU-UFMG. Também membro da ocupação cultural “Espaço Luiz Estrela”, do Coletivo de assessoria política e popular

Margarida Alves. “Eu, enfim, a minha formação política coincide com a criação das Brigadas quando a gente tinha o Núcleo de Estudos Marxistas, que digamos foi o meu primeiro contato (..) porque papai inclusive, estudou na Fafich muitos anos e teve uma formação marxista, mas eu lia os livros lá em casa. Mas eu comecei a ter acesso a essas leituras a partir do NEM, o Núcleo de Estudos Marxistas, então hoje eu já tenho mais essa postura mais heterodoxa do pensamento do ponto de vista assim, mas sempre a partir das resistências. Isso foi uma coisa que fez muito parte da minha trajetória política, esse vínculo permanente sempre vinculado com as resistências, com as lutas, coisa que ne? Enfim acho que foi a minha formação, ela tem uma dimensão teórica de formação, de leitura, mas muito mais pragmática, sabe? Até onde isso é útil para as lutas, para os territórios que eu estou inserido, para as lutas que eu estou inserido, até onde isso contribui, ou não. Então o substrato maior sai daí, dessas resistências que é a minha aposta política!”.

Maria Conceição Amaral Renan de Menezes - Maria Conceição Menezes, socióloga, mestre em geografia. Atuante nos movimentos sociais desde a década de 90, iniciou sua militância através da atuação em movimentos ambientalistas na cidade de Belo Horizonte. Trabalhou na assessoria de uma ONG e uma entidade ligada aos direitos humanos, e a partir de então começou seu envolvimento com os direitos humanos, direitos por moradia, direito ao emprego, de renda. Posteriormente trabalhou na Fundação Caritas. Atua na Dandara desde a ocupação do terreno quando “Nós fomos estudar Paulo Freire com eles, então ia para a reunião debaixo lá da lona, tinha um galpão que hoje desmanchou, mas que tinha lá, a gente acendia a luz de noite e a luz começava a apagar porque era a hora que todo mundo acendia para tomar banho, a luzinha ficava fraca, e eu ficava me sentindo o Paulo Freire na época devia ser assim ne? Lá em outro contexto, lógico, mas lendo com as pessoas, todo mundo participando”.

Maria do Rosário de Oliveira Carneiro – Nascida na Bahia, em um povoado chamado Candéal, zona rural e fica na região de Feira de Santana, “eu costumo dizer que quem nasce na Bahia, sobretudo para aquelas regiões mais do interior, do recôncavo, já nasce na luta: na luta pela água, né? na a seca, convivência com o semiárido, enfim...”. A quarta filha de uma família de 8 irmãos, ao concluir o ensino fundamental se mudou para Feira de Santana e começou a trabalhar enquanto seguia

seus estudos. Logo entrou para a vida religiosa e mudou-se para São Paulo, trabalhou em estados como Piauí, Rio de Janeiro, e posteriormente Minas Gerais. Ingressou no curso de Direito. Atualmente, Rosário não é mais freira. A Advogada integra a Rede Nacional de Advogados Populares, sendo ligada a diversas lutas por direitos na cidade de Belo Horizonte, entre elas, a luta por moradia. “Eu estava no final do curso de direito, quase preparando para a prova da OAB. Foi uma luta: monografia e prova da OAB. E não conseguia estudar, mas na verdade eu fiz a prova primeiro na ocupação”.

Orlando Soares Lopes – “Mas primeiro vou dizer meu nome é Orlando Soares Lopes, sou morador da ocupação Dandara, e sou militante pela frente da reforma urbana das Brigadas Populares. Me nasci numa cidade aqui no interior de Minas que chama Água Boa, e nasci dia 16 de janeiro de 1957, estou com 59 anos, essa é a trajetória de vida que eu vim até chegar até aqui”. Seu Orlando, como é conhecido, antes de se mudar para a capital trabalhava de lavrador na fazenda onde cresceu. Se mudou para Belo Horizonte com a família há 38 anos. “Morei nos bairros aqui perto de aluguel, depois morei de favor, depois eu vim para o céu azul, morando de favor e tomando conta, depois eu mudei para uma vila que tem aqui do lado que é a Bispo de Maura, e de lá eu vim aqui para o Dandara e estou aqui até hoje”.

Tiago Lourenço Castelo Branco – Formado em História, Arquitetura e exerce a profissão de maquetista, “eu sempre fui muito vinculado ao campo da arquitetura porque meu pai é maquetista e eu inclusive aprendi essa profissão com ele, hoje exerço essa profissão, eu sou maquetista, arquiteto e professor de história”. Leciona nas escolas de arquitetura da PUC e UFMG, e como arquiteto social. “Eu estudava nessa escola (PUC), eu comecei a fazer arquitetura aqui em 2005, eu comecei, eu fiz o curso de arquitetura durante quase 10 anos. E aí eu comecei a despertar o interesse de pensar sobre as favelas, e eu via que esse era um elemento que acontecia nas cidades brasileiras que eu precisava de alguma forma dar conta no campo profissional”.

ANEXO III – ROTEIROS DE ENTREVISTAS



Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Economia Rural
Programa de Pós Graduação em Extensão Rural

A OCUPAÇÃO DANDARA (BELO HORIZONTE/MG) E OS DESAFIOS DA MORADA PARA ALÉM DO RURAL E DO URBANO

Roteiro entrevistas ao grupo de moradores da Ocupação Dandara em Belo Horizonte – Minas Gerais

Data:

Local da entrevista:

Nome do entrevistado:

Horário de Início:

Horário de Término:

1. Trajetórias de vida

- a) Fale um pouco sobre a sua história... onde nasceu? Quando?
- b) Há quantos anos você mora em Belo Horizonte?
- c) Qual a sua principal atividade e geração de renda? Qual o seu trabalho?

- d) A sua trajetória teve relação com rural ou a produção de alimentos?
- e) Onde o rural estaria presente na sua vida, se estiver.
- f) O que é rural para você?
- g) O que é urbano para você?
- h) Onde o urbano estaria presente na sua vida, se estiver.
- i) Fale um pouco dos locais onde você morou antes de vir para a Dandara.

2. Histórico da ocupação e a implementação do rururbano

- a) Fale um pouco da história da ocupação, como foi o contato antes de vir para a ocupação, o processo de formação...
- b) Como foi a sua vinda para cá? Os primeiros dias, o contato com movimento, as lideranças...
- c) Você saberia me contar como foi esse plano da Dandara ser rururbana? Você se lembra das primeiras conversas? Como surgiu esta proposta?
- d) Na sua opinião o que é e como é uma ocupação rururbana? Quais características esta ocupação deve ter para ser rururbana?
- e) Quando surgiu a questão rururbana na ocupação você participou das assembleias e debates prévios ao dia da ocupação para conversar sobre esse tema? E no decorrer dos últimos 7 anos?
- f) Quais as vantagens e desvantagens, na sua opinião, acerca da concepção de ocupação rururbana?
- g) Em sua avaliação o rururbano saiu como planejado? Porque?

3. Avaliação acerca do Rururbano

- a) Sobre o envolvimento da ocupação... Existe ou já existiu um processo de mobilização dos moradores para implementar este projeto? Como foi?
- b) Para você o conceito de rururbano contribuiu para o fortalecimento da ocupação perante a prefeitura e governo do estado?
- c) Existiu ou existe horta comunitária na Dandara? Você participou deste processo? Como ela se encontra neste momento?
- d) Em sua casa, você possui horta ou criação? Se não, já houve?

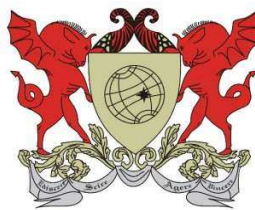
e) Na ocupação você conhece muitas pessoas que possuem horta ou criação de animais nos quintais? Estas hortas e criações são para consumo ou comércio?

4. Avaliação da rede de articulação – O papel dos parceiros

- a) Quem trouxe essa ideia para a Dandara de chamar a ocupação de rururbana?
- b) Qual o papel dos movimentos sociais, grupos, Universidades e coletivos envolvidos neste processo de denominação do rururbano?
- c) Você acha que esse conceito rururbano foi pensado em conjunto ou foi trazido por pessoas ou grupos externos?
- d) Se você pudesse modificar alguma coisa na maneira como essa ideia foi implementada, qual seria?
- e) Como se deu a arquitetura da ocupação e a nomeação das ruas?
- f) Como você foi alocado neste lote?

5. Expectativas

- a) Se pudesse fazer uma previsão... como você imagina a Dandara nos próximos 10 anos?
- b) O que você achou da nossa conversa? Esqueci de perguntar alguma coisa que você acha interessante contribuir?
- c) E aí, você considera a Dandara rururbana ou não? Se não, porque ainda a denominam assim?



Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Economia Rural
Programa de Pós Graduação em Extensão Rural

A OCUPAÇÃO DANDARA (BELO HORIZONTE/MG) E OS DESAFIOS DA MORADA PARA ALÉM DO RURAL E DO URBANO

Roteiro entrevistas aos movimentos sociais vinculados à Ocupação
Dandara em Belo Horizonte – Minas Gerais

Data:

Local da entrevista:

Nome do entrevistado:

Horário de Início:

Horário de Término:

1. A Formação

- j) Há quantos anos você é militante?
- k) Como se deu a sua formação nos movimentos sociais e organizações políticas?
- l) Por quais movimentos você militou e em qual corrente de atuação?
- m) Como se deu o início da sua atuação na Dandara? Você participou do processo de formação? Como foi?
- n) O que é rururbano para você?

6. Histórico da ocupação e a implementação do rururbano

- h) Como foi feito o cadastramento e formação destas famílias antes da ocupação? Na sua análise houve algum tópico referente à trajetória com agricultura?
- i) Você saberia me contar como foi esse plano da Dandara ser rururbana? Você se lembra das primeiras conversas?
- j) Como surgiu esta proposta de rururbano? Por meio dos movimentos envolvidos, dos futuros moradores ou de ambos?
- k) Qual movimento trouxe esta ideia de uma ocupação rururbana?
- l) Quais foram os esforços ou ações para implementar esta ideia antes de ocupar o terreno?
- m) Na sua opinião, o que e como é uma ocupação rururbana? Quais características esta ocupação deve ter para ser rururbana?
- n) Após a ocupação, e o surgimento de centenas de famílias, quais foram as reestruturações no planejamento da ocupação? Como o rururbano foi inserido nessa nova realidade?
- o) Quais as vantagens e desvantagens, na sua opinião, acerca da concepção de ocupação rururbana?
- p) Quais as barreiras e dificuldades encontradas na implementação do rururbano?
- q) Em sua avaliação o rururbano saiu como planejado? Porque?

7. Avaliação da rede de articulação – O papel dos parceiros

- a) Na sua opinião, existiu uma articulação entre movimentos sociais na concepção da Dandara? Quais foram esses movimentos? De que forma eles contribuíram?
- b) Dentre estas contribuições, alguma influenciou na implementação ou a não implementação de um modo rururbano?
- c) Os movimentos sociais que apoiaram a Dandara em sua formação ainda estão presentes no território?

8. Avaliação acerca do Rururbano

- a) Sobre o envolvimento da ocupação... Existe ou já existiu um processo de mobilização dos moradores e apoiadores para implementar este modo de vida? Como foi?
- b) Para você o conceito de rururbano contribuiu para o fortalecimento da ocupação perante a prefeitura e governo do estado?
- c) Como foi pensada a arquitetura da ocupação, nomeação das ruas e definição de lotes?

9. Expectativas

- d) Se pudesse fazer uma previsão... como você imagina a Dandara nos próximos 10 anos?
- e) O que você achou da nossa conversa? Esqueci de perguntar alguma coisa que você acha interessante contribuir?
- f) E aí, a Dandara é rururbana ou não?